



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Socioeconômico
Departamento de Ciências da Administração

Curso de Graduação em ADMINISTRAÇÃO

Introdução à Economia de Empresas

Professor Silvio Antônio Ferraz Cario



Graduação em
ADM
Administração

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Socioeconômico
Departamento de Ciências da Administração
Laboratório de Produção de Recursos Didáticos para Formação de Gestores (LabGestão)

Introdução à Economia de Empresas

Professor Silvio Antônio Ferraz Cario



Florianópolis – 2017



1ª edição – 2009

2ª edição revisada e atualizada – 2012

3ª edição – 2014

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA UAB
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORA DE CURSO
Marilda Todescat
COMISSÃO EDITORIAL E DE REVISÃO
Alessandra de Linhares Jacobsen
Mauricio Roque Serva de Oliveira
Paulo Otolini Garrido
Claudelino Martins Dias Junior

LABORATÓRIO DE PRODUÇÃO DE RECURSOS DIDÁTICOS PARA A FORMAÇÃO DE GESTORES

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DE RECURSOS DIDÁTICOS
Denise Aparecida Bunn

SUPERVISÃO DE PRODUÇÃO DE RECURSOS DIDÁTICOS
Claudia Leal Estevão

DESIGN INSTRUCIONAL
Patricia Regina da Costa

PROJETO GRÁFICO
Annye Cristiny Tessaro
Cláudio Jose Girardi

DIAGRAMAÇÃO
Cláudio Jose Girardi

REVISÃO DE PORTUGUÊS
Claudia Leal Estevão
Patricia Regina da Costa

ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO
Silvio Antônio Ferraz Cario

C284i Cario, Silvio Antonio Ferraz

Introdução à economia de empresas / Silvio Antonio Ferraz Cario.
– Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2017.
198 p. : il.; figs.

Inclui referências
Curso de Graduação em Administração

1. Economia de empresas. 2. Pensamento econômico – História.
3. Mercado. 4. Teoria monetária. 5. Comércio Internacional.
6. Desenvolvimento econômico. 7. Educação a distância. I. Título.

CDU: 33:65.012.2

Sumário

Apresentação	9
 Unidade 1 – Conceitos Fundamentais de Economia	
Conceitos Fundamentais de Economia	12
Produção de Bens e Serviços	13
Escolha e Decisão em Economia.	15
Agentes e Setores Econômicos	17
Sistemas de Organização Econômica	18
Estudo da Economia: divisão de áreas	22
Resumindo	24
Atividades de Aprendizagem	25
 Unidade 2 – Evolução do Pensamento Econômico	
Evolução do Pensamento Econômico.	28
Escola Clássica	28
Escola Neoclássica	32
Escola Keynesiana	35
Resumindo	38
Atividades de Aprendizagem	39
 Unidade 3 – Demanda e Oferta	
Demanda e Oferta	42
Demanda	42
Oferta	47
Equilíbrio de Mercado	50
Elasticidade.	53
Resumindo	56
Atividades de Aprendizagem	57

Unidade 4 – Estruturas de Mercado

Estruturas de Mercado	60
Mercado: significado e características	60
Variáveis que Definem a Estrutura de Mercado: uma primeira classificação	62
Estruturas de Mercado: uma classificação abrangente	64
Resumindo	72
Atividades de Aprendizagem	73

Unidade 5 – A Empresa como Organização: custos de transação e seus fundamentos

A Empresa como Organização: custos de transação e seus fundamentos	76
Custos de Transações: significado e características	76
Custos de Transação: atributos	78
Natureza dos Contratos.	80
Tipos de Transações e Estrutura de Governança.	80
Resumindo	84
Atividades de Aprendizagem	85

Unidade 6 – A Empresa como Organização: determinantes e características da inovação

A Empresa como Organização: determinantes e características da inovação	88
Inovação: significado e características	88
Procedimentos Inovativos: busca, rotina e seleção	91
Inovação: aprendizado e conhecimento	92
Inovação, Empresa e Ambiente Tecnológico	93
Padrão Setorial de Inovação	95
Estratégias e Assimetrias Tecnológicas.	96
Resumindo	99
Atividades de Aprendizagem	100

Unidade 7 – Mensuração da Atividade Econômica

Definindo a Contabilidade Social e seus Objetivos.	102
--	-----

O Papel da Despesa e da Renda na Economia	103
Produto Interno Bruto: conceito e forma de cálculo	104
Diferença entre o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Nacional Bruto (PNB)	106
Limitações no Cálculo do PIB	107
Algumas Identidades Macroeconômicas	108
Resumindo	112
Atividades de Aprendizagem	113

Unidade 8 – Teoria Monetária: conceitos básicos

Moeda: conceito, funções e evolução	116
Demanda de Moeda	118
Oferta de Moeda	119
Política Monetária: significado e instrumentos	120
Sistema Financeiro Brasileiro: composição e destaques	122
Resumindo	125
Atividades de Aprendizagem	126

Unidade 9 – Setor Público e Política Fiscal

Importância do Setor Público na Economia: evolução histórica	128
Participação do Setor Público na Economia: algumas evidências	130
Funções do Setor Público	131
Princípios Teóricos da Tributação	132
Tipos de Impostos	133
Déficit Público: conceitos e financiamento	134
Política Fiscal e Objetivos da Política Econômica	136
Resumindo	139
Atividades de Aprendizagem	140

Unidade 10 – Inflação: características principais

Inflação: significado e distorções no sistema econômico	142
Tipos de Inflação	143

Indicadores de Inflação	145
Principais Enfoques Teóricos sobre o Processo Inflacionário	147
Controle da Inflação: principais políticas econômicas	148
Resumindo	150
Atividades de Aprendizagem	151

Unidade 11 – Comércio Internacional: noções principais

Comércio Internacional: significado	154
Taxa de Câmbio: conceito, regime e impacto na economia	155
Política Comercial e Órgão Regulador do Comércio Mundial	158
Regionalização do Comércio Internacional	159
Balanço de Pagamentos: conceito e contas	160
Resumindo	163
Atividades de Aprendizagem	164

Unidade 12 – Desenvolvimento Econômico: características determinantes

Crescimento e Desenvolvimento Econômico	166
Indicadores de Desenvolvimento Econômico	168
Subdesenvolvimento Econômico	170
Resumindo	173
Atividades de Aprendizagem	174

Unidade 13 – Globalização e Desenvolvimento: significado, expressões e características

Globalização e Desenvolvimento: significado, expressões e características	176
O que é Globalização	176
Formas de Expressão da Globalização	178
Globalização e Cadeias Globais de Valor	181
Resumindo	186
Atividades de Aprendizagem	187
Referências	188
Minicurriculo	195

Apresentação

Caro estudante de Administração,

Convidamos você para iniciar conosco o estudo de economia. Trata-se do conteúdo da disciplina *Introdução à Economia de Empresas*, do qual destacamos conceitos e classificações de variáveis importantes para a compreensão do funcionamento dessa área do saber que tanto nos afeta, diariamente e em todo momento. Afinal, somos afetados pelo comportamento dos preços, por desejos de consumo frente às restrições orçamentárias, pelo nível da taxa de juros que encare o crédito, pela taxa de câmbio que facilita a entrada de produtos importados, pelo imposto de renda retido dos ganhos, enfim, por inúmeras variáveis econômicas. Logo, é relevante saber o significado dessas variáveis para melhorar o nível de informação acerca da realidade que nos afeta.

Além desse aspecto, destacamos a vinculação da área de economia com outras áreas, sobretudo as relacionadas às ciências sociais, como: administração, contabilidade, história, sociologia, serviço social, direito, geografia, meio ambiente, filosofia, educação etc. Tal aproximação lhe confere caráter de interdisciplinaridade, daí a importância de buscar a ampliação do conhecimento, tornando rico esse estudo como importante fonte para a formação profissional.

Esse vínculo contribui para uma nova concepção de domínio do saber em sua forma mais abrangente e totalizante. Tal fato está em sintonia com a formação profissional requerida pela Terceira Revolução Tecnológica que presenciamos, afinal, as pessoas devem, hoje, possuir conhecimento em várias áreas e serem capazes de atuar em muitas funções.

Embora nosso estudo seja abrangente, é relevante destacar que ele terá por foco o conteúdo da área de economia voltado para a formação do Administrador de Empresas, área esta que tem sido amplamente facilitada pela tecnologia de informação e comunicação. Há uma nova forma de trabalho em curso, que pode ser realizada sem tempo fixado e lugar estabelecido, e que promove o conhecimento entre as pessoas que estejam conectadas à rede. Nesse formato, insere-se o Curso de *Graduação em Administração* em sua modalidade a distância, cujo desenvolvimento tecnológico possibilita a obtenção, independentemente da hora e do lugar, de conhecimento valioso para a formação profissional.

A disciplina *Introdução à Economia de Empresas*, ministrada sob esse formato, permite a você obter conhecimento dessa área por meio da exposição de conceitos teóricos fundamentais e de aplicações simplificadas no cotidiano das transações econômicas.

Desejamos a você, caro estudante, um ótimo estudo da disciplina *Introdução à Economia de Empresas* e que ela contribua para sua formação profissional.

Professor Silvio Antônio Ferraz Cario

UNIDADE 1

Conceitos Fundamentais de Economia

Objetivo

Nesta Unidade, você vai:

- » Conhecer os conceitos de variáveis que tratam do fundamento da área de economia.

Conceitos Fundamentais de Economia

Caro estudante!

É com grande satisfação que iniciamos esta disciplina, ofertada na modalidade a distância, procurando aprimorar seu conhecimento em economia sem que você tenha a necessidade de abandonar suas atividades pessoais e profissionais. Leia com atenção este material, busque conteúdos complementares e procure realizar todos os exercícios aqui sugeridos. Nesse processo de aprendizagem, saiba que estamos com você, estimulando sua aprendizagem e o ajudando na solução de suas dúvidas.

Nesta primeira Unidade, vamos apresentar conceitos de variáveis que tratam do fundamento da área de economia e que estão presentes em seu objeto de estudo como: produção de bens e serviços; escolha e decisão e tipos de agentes; e setores econômicos. Também classificaremos os tipos de organização econômica, com destaque para o funcionamento de uma economia de mercado; afinal, vivemos nela; logo, é relevante saber aspectos fundamentais de seu funcionamento. Então, vamos aos estudos!

Muitas vezes lemos ou ouvimos em noticiários diversos informes relacionados a questões econômicas que nos afetam direta ou indiretamente, por exemplo: inflação dos alimentos, cotação do dólar, Bolsa de Valores asiáticas, aliança Brasil e Argentina, entre outras. Discutir economia é tão comum quanto discutir futebol, depois de uma rodada de domingo, em uma mesa de bar, com amigos, ou no chão de fábrica das empresas, com colegas de trabalho; mas, também, em instituições financeiras ou em reuniões ministeriais, que ocorrem durante os dias úteis. O que pode diferir nessas discussões é o nível de conhecimento que cada um tem sobre o assunto e o objetivo que espera alcançar. Assim, ainda que intuitivamente, todos nós somos condicionados a pensar economicamente

todos os dias. Isso ocorre porque cotidianamente somos influenciados por uma infinidade de produtos e pela quantidade de renda de que dispomos, sendo necessário optar por uma quantidade limitada de bens de consumo.

A compreensão de como fazer a melhor opção de consumo dentro da renda disponível constitui um dos objetivos da economia.

A gênese do termo “economia” deriva do termo grego *oikonomos* (*oikos* significa casa; *nomos*, lei), que pode ser entendido como administração da casa, ou do Estado. Porém, atualmente, a economia se dedica ao estudo do modo como o indivíduo e a sociedade decidem empregar recursos produtivos escassos, visando à obtenção de bens e serviços, com a finalidade de distribuí-los entre as várias pessoas e os grupos da sociedade e, desse modo, satisfazer suas necessidades.

A economia se insere no campo das ciências sociais, pois estuda como a sociedade emprega recursos na produção de riqueza e como ocorre a distribuição dessa riqueza entre seus participantes. Nessa perspectiva, trata não somente de variáveis quantitativas, como preço e quantidade, mas também de variáveis qualitativas, consideradas não quantificáveis, como gosto, preferência, expectativas, valoração e incerteza, entre outras.

Produção de Bens e Serviços

Sabemos que os seres humanos são dotados de necessidades ilimitadas e que a disponibilidade de recursos para suprir essas necessidades é escassa. Há, então, uma situação em que os recursos são limitados em termos de quantidade disponível necessária para uso imediato. Isso significa que a sociedade não possui os recursos de que gostaria para produzir todos os bens e serviços de que necessita para oferecer aos seus participantes. Ocorre tal fato nas situações em

Unidade 1

que o desejo por determinado tipo de bem é maior do que a quantidade de que se dispõe dele. Por exemplo, o ouro: ainda que apresente diversas características que lhe confirmam determinada utilidade para os seres humanos, se esse metal fosse tão abundante como a areia o é em um deserto, não teria o valor que lhe é imputado. Dessa maneira, o fato de ser escasso lhe confere alto valor.

Esse exemplo também permite a apresentação de outros dois conceitos: **bem livre** e **bem econômico**. O que caracteriza um bem livre é o fato de ele ser tão abundante que não há a preocupação de mensurar seu valor. A existência em quantidade abundante e o fato de ser obtido sem nenhum esforço qualificam um bem a não ter preço no mercado. Por outro lado, temos um bem econômico quando a quantidade disponível desse bem é menor do que a desejável e sua produção supõe a ocorrência de esforço humano para obtê-lo, o que origina, por consequência, preço no mercado.

Outra distinção se refere a **bens materiais** e a **serviços**. Os bens materiais são tangíveis e podem ser estocados, enquanto os serviços são de natureza intangível e não podem ser estocados.

Cumpra ainda evidenciar a classificação dos bens materiais, cuja característica está fortemente ligada a sua função no atendimento às necessidades humanas e empresariais. Assim sendo, temos dois tipos de bens materiais: **de consumo** e **de capital**. Os bens de consumo são diretamente usados para satisfação da necessidade humana; e os bens de capital são aqueles que possibilitam a produção de outros bens.

Apresentamos, no Quadro 1, tipos, definições e exemplos de bens e serviços na economia. Confira a compilação e, em caso de dúvida, contate seu tutor antes de continuar a leitura desta Unidade.

TIPO DE BENS	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
Bens Livres	São produzidos sem qualquer esforço da natureza.	Ar, água, luz solar.
Bens Econômicos	Supõem a ocorrência de esforço humano e são escassos.	Calçados, carros, fogões, Geladeiras.
Bens Materiais	São tangíveis e podem ser estocados.	Roupas, alimentos, livros, TV.
Serviços	São intangíveis e não podem ser estocados.	Serviço médico, de advogado.

Bens de Consumo	São usados para satisfação das necessidades humanas.	Roupas, alimentos, carros.
Bens de Consumo Duráveis	Apresentam duração por determinado tempo.	Carros, móveis, Eletrodomésticos.
Bens de Consumo não Duráveis	Não apresentam duração ao serem consumidos.	Gasolina, cigarros, alimentos.
Bens de Capital	São bens de produção utilizados na produção de outros bens.	Máquinas, equipamentos.
Bens Finais	São bens acabados.	Carros, TVs, bicicletas.
Bens Intermediários	São bens que precisam ser transformados para atingirem seu fim.	Borracha, cimento, aço.
Bens Públicos	São bens não exclusivos e não disputáveis.	Segurança, justiça.
Bens Privados	São bens exclusivos e disputáveis.	Carros, computadores.

Quadro 1: Bens e serviços em economia

Fonte: Adaptado de Souza (2007)

Outras denominações presentes nos tipos de bens são: **bens finais** e **bens intermediários**. Os bens finais são os acabados; e os bens intermediários são os inacabados, ou seja, que precisam ser transformados para alcançar seu objetivo principal.

Os bens podem também ser classificados em **públicos** e **privados**. Os bens públicos são aqueles não exclusivos e não disputáveis oferecidos pelo setor público; e os bens privados são aqueles exclusivos e disputáveis no mercado, produzidos e possuídos de forma privada.

Escolha e Decisão em Economia

O fato de haver grande quantidade de bens escassos nos leva cotidianamente a escolher determinada quantidade de um bem em detrimento de outro. Veja este exemplo: um indivíduo precisa escolher entre quantas horas dedicará ao trabalho e quantas horas dedicará ao lazer, considerando que sua renda será proporcional à quantidade de horas trabalhadas. Logo, ele deve escolher entre determinado tempo de trabalho e de lazer em razão da renda que deseja obter. Essa necessidade de escolha recebe o nome de **custo de oportunidade**, já que

Unidade 1

o indivíduo poderá gozar de um número maior de horas de lazer em detrimento de uma renda menor ou de uma renda maior, porém com menos tempo para descansar e conviver com sua família.

As escolhas de cada um resultam nas características do que será produzido em sociedade, ou seja, o que, quanto, como e para quem será produzido em virtude do conjunto de escolhas e preferências individuais. Veja:

- » **O que e quanto:** a sociedade deverá decidir o que produzir, ou seja, se irá produzir automóveis ou alimentos e em que quantidade deverá ser produzido, dependendo da renda da sociedade e de suas preferências.
- » **Como produzir:** a sociedade deverá indicar como serão utilizados os fatores produtivos segundo maior eficiência produtiva, ou seja, deverá decidir se a produção irá ocorrer por meio de emprego de maior número de mão de obra ou de máquinas e equipamentos. Essa decisão será influenciada pela disponibilidade dos fatores de produção em cada país.
- » **Para quem:** a sociedade também deverá mostrar quais setores serão beneficiados por determinados bens produzidos em detrimento de outros, ou seja, deverá decidir se os esforços estarão concentrados na indústria ou no campo, no sul ou no norte, entre os mais abastados ou os mais pobres etc.

Confira, na Figura 1, um esquema sobre a relação entre a resultante da escassez e sua consequente necessidade de escolha.

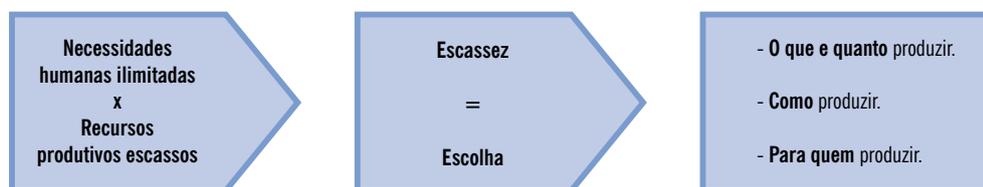


Figura 1: Escolha e decisão em economia

Fonte: Vasconcellos (2007, p. 4)

Agentes e Setores Econômicos

Em economia, agentes econômicos são considerados pessoas, de natureza física ou jurídica, que, por meio de suas ações, contribuem para o funcionamento do **sistema econômico**, a saber:

- » **Empresas:** são os agentes encarregados de produzir e comercializar bens e serviços. Por meio da combinação dos fatores produtivos adquiridos com as famílias, as empresas produzem com objetivo de conseguir lucro.
- » **Família:** inclui todos os indivíduos e as unidades familiares da economia, os quais adquirem os mais diversos tipos de bens e serviços, no intuito de atender as suas necessidades a partir de rendimentos recebidos pelo trabalho.
- » **Governo:** diz respeito a todas as organizações que, direta ou indiretamente, estão sob o controle do Estado, nas suas esferas federal, estadual e municipal, voltadas à prestação de serviços, incluindo casos de produção de bens.

Sistema econômico

Forma organizada que a estrutura econômica de uma sociedade assume. Engloba o tipo de propriedade, a gestão da economia, os processos de circulação de mercadorias, o consumo e os níveis de desenvolvimento tecnológico e de divisão de trabalho. Fonte: Sandroni (2005).

A economia é dividida em setores que são encarregados de produzir bens e serviços e de colocá-los à disposição de consumidores no mercado. São considerados setores econômicos:

- » **Primário (agropecuária):** lavoura, pecuária, caça, pesca, extração vegetal, reflorestamento.
- » **Secundário (indústria):** extrativa mineral, mineral não metálico, petróleo e gás; de transformação, composta das indústrias têxtil, do vestuário, de calçados, de alimentos, da metalurgia, eletrônica, mecânica, química, de material de transportes etc.
- » **Terciário (serviços):** comércio atacadista, comércio varejista, administração pública, instituições financeiras, transporte, comunicação, educação, saúde, autônomos etc.

Sistemas de Organização Econômica

Do ponto de vista econômico, uma sociedade define o que e quanto, como e para quem produzir. Sob essa perspectiva, as formas de organização da sociedade são duas:

- » **Economia de mercado** (ou descentralizada), subdividida em:
 - » sistema de concorrência pura (sem interferência do governo); e
 - » sistema de economia mista (com interferência do governo).
- » **Economia planejada** (ou centralizada).

Economia de Mercado

Na economia de mercado, sob um **sistema de concorrência pura**, não há interferência do Estado, predominando a influência do mercado como forma de alocação dos recursos. Nesse sistema, é o mecanismo de preços que ajusta o que, quanto, como e para quem produzir.

Esse mecanismo atua da seguinte maneira: se houver uma elevação na quantidade ofertada além da quantidade que a sociedade demanda de determinado bem ao preço de equilíbrio, isso gerará a formação de estoques nas empresas produtoras, o que é indesejável, levando as empresas a diminuírem o preço com a finalidade de eliminar o estoque. Por outro lado, quando se verifica a elevação na demanda em relação à quantidade que é produzida a determinado preço, isso faz subir o preço de equilíbrio.

A Figura 2 apresenta graficamente como são formados os preços em uma economia de mercado. O eixo vertical representa o preço (P) de um determinado bem ou serviço, enquanto o eixo horizontal representa sua quantidade (Q). Note que a curva de demanda apresenta uma inclinação negativa, pois, à medida que o preço cai, a quantidade demandada pelo bem ou serviço cresce. Por sua vez, a inclinação positiva da oferta indica exatamente o contrário; em outras palavras, à medida que o preço do bem ou serviço se eleva, cresce o interesse do produtor em ofertá-lo ao mercado. O **equilíbrio de mercado** ocorre justamente no ponto em que essas duas curvas se encontram (tangenciam).

Equilíbrio de mercado

Condição hipotética do mercado na qual a oferta é igual à procura. Expressa a estabilidade do sistema de forças que atuam na circulação e troca de mercadorias e títulos. Um sistema econômico é considerado em equilíbrio quando todas as variáveis permanecem imutáveis em determinado período. Fonte: Sandroni (2005).

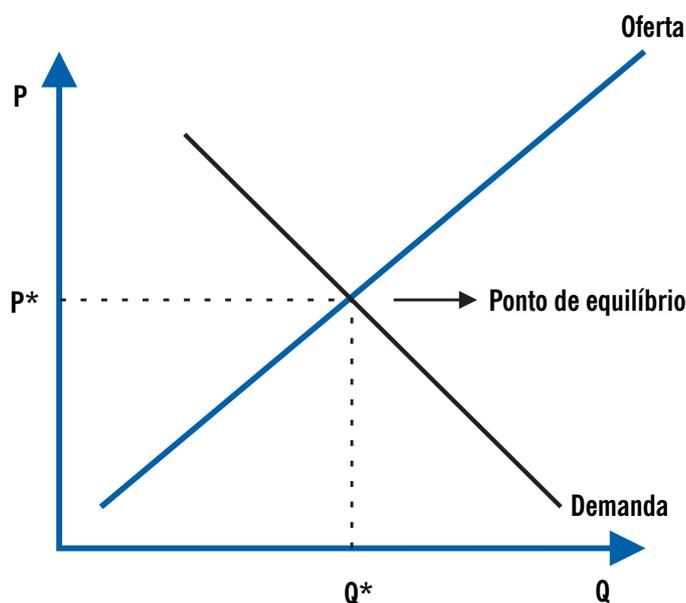


Figura 2: Ponto de equilíbrio em uma economia de mercado

Fonte: Adaptada de Mankiw (1999) e Vasconcellos (2007)

No sistema de concorrência pura, a escolha do que e quanto produzir será definida pelos produtores por meio da expectativa de demanda e do preço que eles irão obter a determinado nível de produção. Em relação a como produzir nesse sistema, serão escolhidas formas de produção que minimizem os custos, por meio da adoção de determinado volume de tecnologia e meios de produção. Por fim, a escolha do destino da produção será definida também pelo preço, já que os que terão acesso à produção serão aqueles que dispuserem de renda para adquiri-la.

Existem várias críticas a essa forma de organização de produção. Entre elas, a principal é que os preços nem sempre flutuam livremente ao sabor do mercado, pois há a força dos sindicatos dos trabalhadores influenciando os salários; o poder dos monopólios e oligopólios determinando os preços; e a intervenção do governo na definição de impostos, de preços mínimos, de congelamento de preços e subsídios, que distorcem a alocação dos recursos a partir do sistema de preços.

A economia de mercado também se expressa pelo **sistema de economia mista**, que se constitui diferente do sistema de economia pura, pois este, na verdade, expressa uma simplificação da realidade. No sistema de economia mista, ao contrário, a realidade é complexa e requer a interferência do governo nos rumos da atividade econômica. Essa atuação do governo é justificada de várias formas, a saber:

- » o governo complementa a iniciativa privada com investimentos em infraestrutura como energia, estradas etc.;
- » o governo atua na complementação de ganhos aos menos favorecidos, pois o mercado sozinho não promove perfeita distribuição de renda; e
- » o governo atua na formação dos preços corrigindo externalidades por meio de impostos e subsídios, tabelando e fixando preços mínimos, juros e câmbio.

Fluxo Circular do Produto e da Renda em uma Economia de Mercado

O fluxo circular da renda e do produto em uma economia de mercado mostra como são alocados os recursos na economia. Por exemplo, a mão de obra contratada por uma empresa para realizar sua produção recebe salário, gerando renda para as famílias. Por meio dessa renda, as famílias adquirem determinada quantidade de bens disponíveis para consumo, conforme suas preferências. Esses bens ou produtos, por sua vez, são ofertados pela mesma empresa que mantém contratada a mão de obra; logo, retorna para ela o salário pago aos seus trabalhadores. Esse processo ganha um contorno circular, conforme a representação esquemática apresentada na Figura 3.

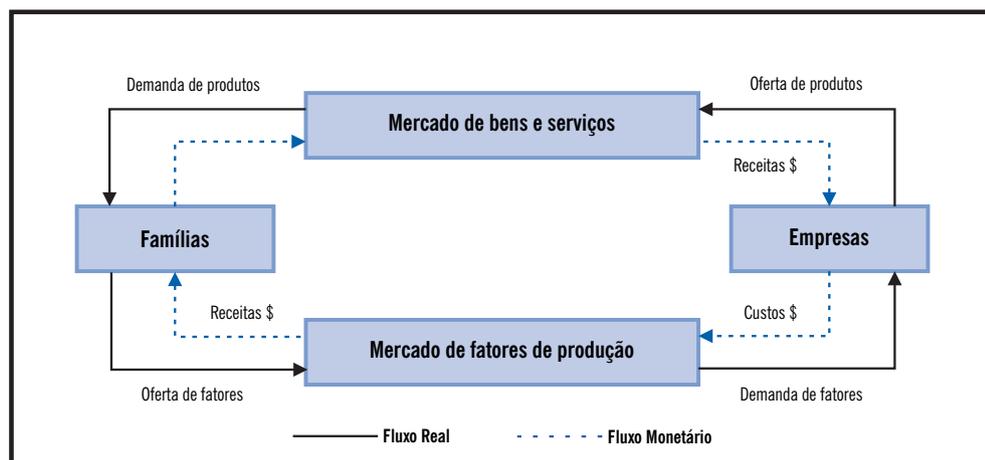


Figura 3: Fluxo circular do produto e da renda em uma economia de mercado

Fonte: Adaptada de Mankiw (1999) e Souza (2007)

Verifique, na Figura 3, que há um fluxo real de bens e serviços trocados entre as famílias e as empresas e um fluxo monetário utilizado para o pagamento dos salários e dos bens adquiridos.

Ponderamos que a análise econômica por meio de um sistema de concorrência totalmente pura está sujeita a uma série de críticas de diversos analistas, já que se trata de uma grande simplificação da realidade. Na vida real, o Estado é mantido por meio da arrecadação de impostos e, dessa maneira, o fluxo circular exposto sofreria a interferência do governo nas transações entre as famílias e as empresas. Essa interferência resulta na apropriação, pelo Estado, de parte da renda das famílias e da receita das empresas na forma de tributos.

Economia Planificada

Em uma economia planificada, ou centralizada, as decisões sobre o que produzir, quanto produzir, como produzir e para quem produzir não serão tomadas mediante as relações de preço e de mercado. Essas decisões estarão centralizadas pelo governo por meio de uma unidade de planejamento.

Nessa forma de organização, os recursos, ou meios de produção – máquinas, edifícios, terras, entidades financeiras etc. – são propriedade do Estado e, dessa maneira, considerados bens de propriedade pública. Já os meios de sobrevivência – roupas, carros, televisores, aparelhos de som etc. – são considerados propriedade privada e pertencem aos indivíduos.

Como os fatores de produção estão sob o controle centralizado do Estado, este é quem definirá as características da produção e a distribuição dos bens entre a população. Ainda que haja respeito a algumas premissas do mercado no estabelecimento da quantidade e do preço dos produtos, outros fatores podem interferir na determinação da produção, como a política de promoção de algum setor da sociedade.

Dessa maneira, em uma economia planificada, os preços representam apenas um instrumento de mensuração contábil dos custos de produção para controle da eficiência, não havendo desembolso por parte dos consumidores. Entretanto, como os preços também são controlados pelo governo, há explícita taxação dos bens supérfluos e subsídios para os bens essenciais, por exemplo, os gêneros alimentícios.

Em relação ao lucro produzido em uma economia planificada, parte dele é retida pelo governo para a manutenção do Estado, parte é reinvestida na

estrutura produtiva. As atividades de grande importância para a sociedade, mas que não apresentam eficiência econômica, são mantidas por meio da gestão do Estado sobre o conjunto da economia. Em outras palavras, o Estado transfere recursos de atividades que geram excedentes para atividades menos eficientes, porém necessárias.

A distinção entre economia de mercado e economia planejada ficou clara para você? Caso tenha restado alguma dúvida, converse com seu tutor e com seus colegas de curso no Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA) para esclarecê-la.

Estudo da Economia: divisão de áreas

Podemos dividir a economia em duas grandes áreas com enfoques distintos: a **microeconomia** e a **macroeconomia**.

A microeconomia é caracterizada pelo estudo do comportamento dos indivíduos e das empresas e se preocupa principalmente com a formação de preços, com o funcionamento do mercado e com a otimização dos recursos orçamentários de cada agente econômico, identificando o impacto de quaisquer mudanças em mercados específicos.

A macroeconomia diz respeito ao estudo do comportamento da economia em seus agregados nacionais e, de modo abrangente, se preocupa com o comportamento do nível de preços, a renda nacional, o nível de emprego de mão de obra e de fatores de produção, a taxa de juros, a taxa de câmbio e o balanço de pagamento.

Complementando...

- » Sobre conceito de economia, consulte as obras: “Introdução à Economia”, do autor J. P. Rossetti e “Manual de Economia”, dos organizadores D. B. Pinho e M. A. S. Vasconcellos.

- » Sobre economia de mercado, consulte: <https://www.suapesquisa.com/economia/economia_mercado.htm>. Acesso em: 16 de fev. 2018.
- » Sobre tratamento de economia planificada – conceitos e características principais –, consulte: <<https://www.infoescola.com/economia/economia-planificada>> e <<http://www.angelfire.com/pro/economiaplanificada>>. Acessos em: 16 fev. 2018.

Resumindo

Nesta Unidade, demonstramos a você, caro estudante, conceitos fundamentais do objeto de estudo da economia. A compreensão do funcionamento de uma economia de mercado, que produz bens e serviços em setores distintos da atividade econômica, foi o tom desta Unidade. Destacamos os ensinamentos sobre a economia de mercado mista, com a qual a iniciativa privada e o governo interagem em prol do desenvolvimento da atividade econômica. Ressaltamos ainda os campos de atuação da microeconomia e da macroeconomia como duas grandes áreas de atuação da economia. A primeira se preocupa com o indivíduo e a empresa; a segunda, com variáveis nacionais.

Agora que você já conhece o significado, as principais variáveis e o campo de estudo da economia, com certeza terá condições de responder às questões a seguir. Quanto à extensão das respostas, o ideal é que seja breve, entre cinco e dez linhas, escrita com suas próprias palavras. Se precisar de auxílio não deixe de fazer contato com seu tutor.

Atividades de Aprendizagem

1. O que se entende por economia?
2. O que são bens livres e bens escassos?
3. Como se configura uma economia de mercado segundo o sistema de concorrência pura?
4. O que significa economia de mercado organizada sob o sistema de economia mista?
5. Explique o fluxo circular do produto e da renda em uma economia de mercado.
6. Qual é o campo de estudo da microeconomia como área de atuação da economia?
7. Qual é o enfoque de estudos da macroeconomia?
8. Verifique como são compostos os principais componentes do fluxo de produção e renda em sua região.
9. Liste os bens e serviços livres e econômicos existentes no seu município.
10. Liste os principais bens de capital e bens de consumo existentes no seu município.

UNIDADE 2

Evolução do Pensamento Econômico

Objetivos

Nesta Unidade, você vai:

- » Conhecer e compreender os principais fundamentos teóricos que marcaram o processo de construção da teoria econômica, com foco nas escolas clássica, neoclássica e keynesiana.
- » Conhecer os marcos teóricos dos pensadores mais proeminentes, entre os quais Smith, Marx, Marshall e Keynes.
- » Conhecer os registros históricos que foram desencadeadores das novas teorias como respostas aos eventos econômicos ocorridos.

Evolução do Pensamento Econômico

Caro estudante!

Nesta Unidade, vamos apresentar a dinâmica do pensamento econômico, desde sua gênese até os dias atuais. Trata-se de uma tarefa bastante ampla e complexa para ser discutida com profundidade somente nesta Unidade. Entretanto, apesar da dificuldade de explorar toda a trajetória de conhecimento econômico em poucas páginas, dispomo-nos a traçar uma linha que permita a você verificar como foram colocados os tijolos que constituem o edifício da teoria econômica. Você vai se deparar com os principais eventos que marcaram a construção do pensamento econômico e saber quais fatores conjunturais deram origem a incrementos de conhecimento ou a diferentes perspectivas econômicas. Entusiasmado para continuar seus estudos? Nós também! Boa leitura!

Escola Clássica

Adam Smith (1723–1790)

Economista e filósofo escocês, Smith é considerado o pai da economia moderna e o mais importante teórico do liberalismo econômico. Em sua principal obra, expressava que a riqueza das nações decorria da atuação dos indivíduos que, movidos pelo autointeresse, promoviam o crescimento econômico. Acreditava que a iniciativa privada deveria atuar livremente, com pouca ou nenhuma intervenção governamental, e que a divisão do trabalho constituía um fator poderoso para impulsionar a Economia. Fonte: Adaptado de Econominet ([201-]).

Ao longo da evolução do conhecimento humano muito se construiu a respeito do pensamento acerca da economia e de seus impactos sobre a sociedade. O fato que marca o início da análise econômica é o trabalho de **Adam Smith** intitulado “A Riqueza das Nações”. Nele são apresentados métodos de análise da dinâmica econômica na sociedade nunca antes

sistematizados com tanta clareza. Essa obra, publicada no século XVIII, foi fortemente influenciada pelas mudanças que estavam ocorrendo na Inglaterra da Revolução Industrial. As mudanças sociais e econômicas, provocadas pelo novo sistema de produção concentrado em uma fábrica, não podiam ser digeridas pelas estratégias mercantilistas adotadas pelos países até então. Por isso, o trabalho de Smith surgiu como uma luz capaz de indicar como deveria ser a nova postura do Estado em face das mudanças produtivas e sociais que estavam ocorrendo nos países europeus naquele período.

Smith rompe com o que havia sido construído acerca da análise econômica ao propor um sistema, que ele batizou de **mão invisível**, em que são os interesses individuais em conflito que podem gerar uma situação de equilíbrio. Nesse sistema, a mão invisível coordena a alocação dos recursos de uma forma equânime entre os agentes econômicos.

A mão invisível é entendida como uma ação não explícita formalmente que coordena, de forma harmoniosa, o mercado.

Na concepção de Smith, a intervenção do Estado nas questões econômicas contribuía, de forma desfavorável, para a obtenção do melhor resultado, pelo fato de acreditar que sua intervenção poderia representar um peso maior em apenas um dos lados da balança, distorcendo, assim, a ordem natural das coisas. Ao Estado caberia três funções:

- » proteger a sociedade da violência e da invasão;
- » proteger os membros da sociedade da injustiça e da opressão; e
- » fazer e conservar obras públicas.

Para Smith, a verdadeira riqueza de um país somente poderia ser construída pelo trabalho. Nesse particular, dá tratamento especial à **divisão do trabalho**.

Esse conceito está baseado na especialização do indivíduo na produção de um bem específico, bem como na forma de execução do processo produtivo. A capacidade de execução e a divisão das tarefas em etapas no processo produtivo contribuiriam para o aumento da produtividade dos indivíduos.

Divisão do trabalho

Distribuição de tarefas entre os indivíduos ou agrupamentos sociais, de acordo com a posição que cada um deles ocupa na estrutura social e nas relações de propriedades. Nesse processo, as pessoas desempenham funções especializadas e complementares. A distribuição de tarefas ocorre mesmo em uma pequena empresa, ampliando-se consideravelmente na grande empresa. Fonte: Sandroni (2005)

Thomas Robert Malthus (1766–1834)

Economista e demógrafo britânico, deve sua notabilidade a uma obra sociológica e demográfica que publicou anonimamente em 1798: “Um Ensaio sobre o Princípio de População”, na qual defendeu que o crescimento da população tende sempre a superar a produção de alimentos, tornando necessário o controle da natalidade. A solução para evitar epidemias, guerras e outras catástrofes provocadas pelo excesso de população consistiria, segundo ele, na restrição dos programas assistenciais públicos de caráter caritativo e na abstinência sexual dos membros das camadas menos favorecidas da sociedade. Fonte: Adaptado de Educação UOL ([201-?]).

David Ricardo (1772–1823)

Economista inglês e autor da teoria do trabalho como valor, é um dos fundadores da ciência econômica. Deixou a escola aos 14 anos para trabalhar com o pai como corretor na bolsa de valores, atividade que lhe rendeu prestígio profissional. Influenciado pelas ideias do economista inglês Adam Smith, aprofundou o estudo das questões monetárias. Sua teoria do trabalho, pela qual o valor de um bem é determinado de acordo com o trabalho necessário à sua produção, é considerada sua contribuição mais importante para a ciência. Elegeu-se, em 1819, para o parlamento, no qual defendeu projetos liberais e reformistas. Fonte: Algo Sobre ([201-]).

O primeiro a contribuir com o pensamento econômico da escola clássica, depois de Smith, foi **Thomas Robert Malthus**. Em 1820, publicou o livro “Princípios de Economia Política”. Sua principal colaboração para a economia foi alertar sobre o fato de que o sistema econômico poderia enfrentar problemas para suprir a demanda por alimentos na sociedade em virtude de o crescimento da sociedade ocorrer por uma progressão geométrica, enquanto as limitações de técnicas e de terras agriculturáveis levavam a expansão da produção de alimentos a ocorrer por uma progressão aritmética. A lacuna nessa teoria foi o fato de Malthus negligenciar o papel do avanço tecnológico para solucionar esse problema.

David Ricardo, outro pensador da economia clássica, apresentou aportes importantes para o entendimento da economia em seu livro “Princípios de Economia Política e Taxação”, pu-

blicado em 1817. Um dos destaques teóricos se refere à conceituação da renda diferencial da terra. Para Ricardo, todos os proprietários de terra comercializavam a produção por um preço homogêneo pelo fato de os preços serem estabelecidos por meio do mercado. A diferença entre a renda obtida por um e outro produtor era decorrente da produtividade da propriedade da terra. Assim, proprietários estabelecidos em terra de melhor qualidade obtinham renda diferencial.

Outra perspectiva bastante importante da obra de Ricardo se refere à teoria das vantagens comparativas e ao comércio internacional. Ele aponta que o livre-comércio internacional poderia beneficiar dois países, se cada um tivesse uma vantagem relativa na produção a ser comercializada. Ou seja, um país poderia comercializar determinada mercadoria que produz com vantagem, dada sua especialização (por exemplo, Portugal e a produção de vinho), com outro país que possui especialização

produtiva em um item diferente (por exemplo, Inglaterra e a fabricação de tecido). Assim sendo, ambos ganhariam com o comércio externo realizado.

Outro representante proeminente do pensamento clássico foi **Jean-Baptiste Say**. Suas principais contribuições também estavam relacionadas com a complementação teórica da obra de Smith, destacando-se em seus trabalhos o conceito de que toda oferta cria sua demanda. Esse conceito, abordado no livro “Tratado de Economia Política”, publicado em 1803, ficou conhecido como a Lei de Say. Nessa perspectiva, estava presente a crença de que as forças que atuam em um mercado livre sempre se ajustariam automaticamente, levando-o a um ponto de equilíbrio, pois tudo o que se produz gera condições para aquisição.

O cientista econômico clássico **Karl Marx** apresentou significativa contribuição teórica para o entendimento das relações econômicas capitalistas, publicadas em diversos livros. Em sua principal obra, “O Capital”, cujo primeiro volume foi publicado em 1867, demonstra que o capitalismo é um sistema baseado na exploração do trabalho assalariado, do homem pelo homem. Expressa que a lógica do sistema capitalista é a busca constante pela acumulação de capital a partir do trabalho não pago (**mais-valia**), apropriado pelo capitalista.

Em complemento, Marx afirma que o sistema capitalista é inerente às crises econômicas como a de subconsumo, de crescimento desproporcional entre setores econômicos e de queda da taxa de lucro. Para o economista, o sistema capitalista se move por contradições não somente entre

Jean-Baptiste Say (1767–1832)

Economista clássico francês, trabalhou com seguros; no jornalismo, foi editor de revista; operou um moinho de algodão; lecionou Economia em Paris; e publicou “Treatise on Political Economy”, em 1803. Tinha originalmente a intenção de seguir uma carreira de negócios. Entretanto, depois de ler “Wealth of Nations”, de Adam Smith, inspirou-se em seguir sua carreira na economia política. Fonte: Adaptado de Minhateca ([201-]).

Karl Marx (1818–1883)

Economista, considerado um dos fundadores da sociologia, com forte influência em outras áreas das ciências sociais, como a filosofia e a história, teve participação como intelectual e como revolucionário no movimento operário mundial. É também considerado o mais eminente teórico do comunismo, cujo referencial teórico-analítico influenciou gerações com essa perspectiva de sociedade. Além de “O Capital”, escreveu inúmeros livros, entre os quais “O Manifesto Comunista”, com Friedrich Engels, em 1847. Seus conceitos econômicos permitem fazer uma análise crítica do sistema de produção capitalista. Fonte: Sua Pesquisa ([201-]).

Mais-valia

Consiste no valor do trabalho não pago ao trabalhador que decorre da exploração exercida pelo capitalista. A força de trabalho é uma mercadoria cujo valor é determinado pelos meios de vida necessários à subsistência (alimentos, roupa, moradia, transporte etc.). Se alguém trabalhar além das horas equivalentes à reprodução da força de trabalho, estará gerando um valor a mais, valor excedente, mais-valia, sem contrapartida. Fonte: Sandroni (2005).

Unidade 2

capital e trabalho, mas também entre capital industrial e capital financeiro, a partir dos resultados, dos lucros e dos juros, pois este último é deduzido do primeiro. As contradições entre capital e trabalho e capital e capital levariam o sistema capitalista a um fim, abrindo a possibilidade de construção de uma sociedade igualitária: o comunismo.

As teorias que fundamentam a escola clássica do pensamento econômico ficaram claras para você? Caso persista alguma dúvida, entre em contato com seu tutor, pois isso será muito importante para a continuidade da sua leitura. Acompanhe a seguir quais são as contribuições da Escola Neoclássica e quem são seus teóricos.

Escola Neoclássica

As principais contribuições da teoria neoclássica surgem no final do século XIX e estão relacionadas com o processo de mudanças econômicas que ocorreram entre 1840 e 1873. Nesse período, os países europeus e os Estados Unidos (EUA) experimentaram anos de grande expansão econômica, acompanhada de um notável crescimento industrial, caracterizado principalmente pela ascensão da indústria pesada e pelo fortalecimento da indústria de bens de capital. Esse crescimento se processava movido por grande concentração do capital, do poder e da riqueza e por um padrão concorrencial muito agressivo e destrutivo.

Entretanto, a partir de 1873, com o fim do período de grande expansão econômica, iniciou-se um período de crise na Europa, chamado de Longa Depressão, que o arcabouço construído pela teoria clássica não conseguiu explicar a origem dos problemas nem apontar possíveis soluções. Foi nesse ambiente de mudança que surgiram as escolas de pensamento de matriz neoclássica, entre as quais destacamos a Escola de Viena, ou a Escola Psicológica Austríaca; a Escola de Lausanne, ou Escola Matemática; a Escola de Cambridge; e a Escola Sueca.

A Escola de Viena se desenvolveu em torno da construção teórica de **Carl Menger**, a partir de 1870. Em 1871, ele desenvolveu a teoria

Carl Menger (1840–1921)

Economista austríaco, foi fundador da escola austríaca de economia e um dos fundadores do pensamento econômico neoclássico. Trabalhou como jornalista e funcionário público; lecionou na Universidade de Viena; elaborou a teoria do valor subjetivo, para substituir as teorias do valor do trabalho, criadas por Adam Smith e Karl Marx; e foi um defensor ativo do liberalismo econômico. Fonte: Carl... ([2017]).

do valor de troca, em seu livro “Princípios de Economia”, baseando-se no princípio da utilidade decrescente. Outros autores que colaboraram com tal construção teórica foram **William Stanley Jevons**, que publicou, também em 1871, o livro “Teoria da Economia Política”, e o francês **Marie-Ésprit-Léon Walras**, que escreveu, em 1874, “Elementos de Economia Política Pura”. A linguagem utilizada nessa escola dificultou sua divulgação; ainda assim, na Alemanha e na Áustria, influenciou diversos estudos posteriores, principalmente os de **Friedrich Von Wieser** e de **Eugen Böhm-Bawerk**. Estes autores apresentaram importantes contribuições em relação à teoria do capital e do juro.

É importante ressaltar que a principal contribuição da Escola de Viena se baseava essencialmente na mudança de foco da fonte de riqueza para o do indivíduo. Com essa escola, a preocupação não consistia em verificar como a riqueza era gerada, distribuída e consumida,

principal preocupação dos clássicos, mas em verificar como são as necessidades dos homens, sua satisfação e como se dá a valoração subjetiva dos bens. Seus teóricos constataram que os indivíduos apresentam escalas de preferência decrescentes das mais variadas motivações e que os objetos mais desejados têm, em geral, oferta menor do que os indivíduos realmente gostariam que tivessem.

A Escola de Lausanne, ou Escola de Matemática, constitui uma das principais ramificações do pensamento neoclássico, tendo como principal representante e seu fundador Marie-Ésprit-Léon Walras. Uma das principais contribuições de Walras foi o desenvolvimento de um sistema matemático que demonstrava o equilíbrio

William Stanley Jevons (1835–1882)

Economista, foi um dos fundadores da economia neoclássica e um dos formuladores da “Teoria da utilidade marginal”, que imprimiu novo rumo ao pensamento econômico britânico, especialmente no que se refere à questão da determinação do valor. Fonte: Willian... ([2017]).

Marie-Ésprit-Léon Walras (1834–1910)

Economista e matemático francês, foi um dos criadores da “Teoria da utilidade marginal”, propondo a matematização dos processos econômicos. Defendia a livre iniciativa como instrumento para alcançar a justiça social e a justificava matematicamente, unindo as teorias de produção, troca, moeda e capital. Fonte: Marie-Ésprit-Léon... ([2017]).

Friedrich Von Wieser (1851–1926)

Economista austríaco, sua principal contribuição foi a teoria de imputação do custo de produção relacionada ao custo oportunidade. Tornou-se renomado pelo desenvolvimento da “Wieser’s Law”, como sua doutrina foi chamada. Fonte: Friedrich... ([2017]).

Eugen Böhm-Bawerk (1851–1914)

Economista austríaco, ficou conhecido por sua teoria sobre o juro, este definido como o preço do tempo, e considerado, com Carl Menger e Friedrich Von Wieser, um dos fundadores da Escola austríaca de Economia. Também ficou conhecido como um dos criadores da Escola Marginalista de Economia de Viena. Fonte: Eugen... ([2017]).

Unidade 2

geral na economia, justificado pela interdependência de todos os preços dentro do sistema econômico. Com esse sistema, mostrou que as unidades econômicas não podiam ser analisadas separadamente, sendo necessário verificar a interação dessas unidades com o restante da economia.

Alfred Marshall (1842–1924)

Economista, foi um dos mais influentes de seu tempo. Com seu livro “Princípios de Economia”, procurou reunir em um todo coerente as teorias da oferta e da demanda, da utilidade marginal e dos custos de produção, tornando-se o manual de Economia mais adotado na Inglaterra por um longo período. Fonte: Alfred... (2009).

Essa construção é alternativa ao modelo de equilíbrio desenvolvido por **Alfred Marshall**, considerado o principal representante da Escola de Cambridge. Na obra “Princípios de Economia”, Marshall se destacou pela utilização de modelos simplificados da realidade que permitem ao investigador observar frações da economia. Ele supõe que, por meio desses modelos, o comportamento de uma fração da economia que está sendo analisado, de uma empresa ou um setor empresarial, por exemplo, não exerce influência apreciável sobre a atividade econômica restante. Todavia

isso não significa que a parte da economia que está sendo analisada permaneça inalterada; o que Marshall pondera é que essa fração da economia modelada irá se ajustar aos efeitos de uma mudança externa.

Como forma de mensurar as motivações humanas de um modo mais homogêneo, sem as dificuldades de mensurar cada uma das atribuições de valor individual, Marshall adotou um denominador comum: a moeda. Entretanto adotar esse denominador não seria válido; o mais adequado seria utilizá-lo sobre um conjunto de indivíduos, ou seja, um grande grupo ou um organismo social; assim, as diferenças de renda seriam niveladas. Desse modo, o estudo dos preços (de bens e de fatores) passou a constituir a principal área de investigação de Marshall, com o objetivo de descobrir as regularidades da atividade econômica.

Johan Gustaf Knut Wicksell (1851–1926)

Economista sueco, estudou Filosofia e Matemática. Sua teoria dos juros e do nível geral de preços continua tendo uma grande influência na teoria monetária. Fonte: Wolfart... (2008).

Finalmente, entre as principais escolas que compõem o neoclassicismo está a Escola Neoclássica Sueca, cujo maior representante é **Johan Gustaf Knut Wicksell**. Suas principais contribuições estão ligadas à análise do valor e da distribuição, expressadas em sua obra “Juros e Preços”, com destaque para a importância da moeda e do crédito na atividade econômica. Foi

pioneiro no sentido de integrar os aspectos monetários aos aspectos do lado real, produtivo, da economia. Supunha-se, à época, que mudanças nos valor dos preços e no valor da moeda refletiam apenas mudanças na quantidade de moeda e na

velocidade de sua circulação, não promovendo alterações na quantidade produzida, que era dada pela oferta de recursos e pela tecnologia empregada (produtividade). A integração entre o lado monetário e o lado real da economia seria posteriormente desenvolvida com maior profundidade por **John Maynard Keynes**.

Escola Keynesiana

A corrente keynesiana surge a partir de uma das piores crises do sistema de produção capitalista. Durante os diversos anos em que o livre mercado foi defendido com veemência pelos capitalistas, e a presença do Estado na economia foi reduzida, diversos problemas foram criados em forma de cartéis, trustes e monopólios, impedindo o funcionamento pleno do mercado. A ineficiência da autorregulação cada vez mais frequente, a concentração de recursos e a capacidade cada vez menor de intervir nas economias culminaram em depressões cada vez mais constantes e duradouras nas economias mundiais, até que eclodiu a Grande Depressão dos anos de 1930.

Como poderiam surgir as condições para que a economia voltasse a se desenvolver e ocupasse os fatores de produção e de mão de obra a fim de modificar a lucratividade desejada pelos capitalistas? Na visão de Keynes, formulada em seu livro “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, publicado em 1936, o capitalismo não pode ser deixado ao simples jogo das forças do mercado e, para isso, defende que o Estado deve ter papel relevante nesse processo, cabendo a ele a função de desenvolver políticas de intervenção, de promoção e de regulação, no sentido de promover o desenvolvimento capitalista. Keynes aponta ainda que o volume de emprego e o nível de produção nacional de uma economia são determinados pela **demanda agregada ou efetiva**, composta dos gastos em consumo e investimento. Nesses termos, a premissa da Lei de Say, segundo a qual toda oferta

John Maynard Keynes (1883–1946)

Foi um dos mais importantes economistas do século XX. Suas ideias revolucionárias levaram à adoção de políticas intervencionistas do Estado com a finalidade de criar estímulos ao desenvolvimento econômico e sua teoria macroeconômica, desenvolvida durante os anos de 1930, em plena depressão econômica, previa que uma economia poderia permanecer abaixo da sua capacidade com taxas de desemprego altas. Para solucionar esse problema, Keynes propôs intervenções estatais na economia com o objetivo de estimular o crescimento e baixar o desemprego por meio do aumento dos gastos públicos e/ou da redução da carga fiscal. Fonte: Economianet ([201-]).

Demanda agregada ou efetiva

É a soma das despesas das famílias, do governo e dos investimentos das empresas, consistindo na medida de demanda total de bens e serviços em uma economia. A demanda agregada (DA) pode ser representada pela seguinte fórmula: $DA = C + I + G + (X - M)$, em que C = despesas de consumo; I = despesas de investimento; G = despesas de governo; X = exportação; e M = importação. Fonte: Sandroni (2005).

cria sua demanda, é invertida por Keynes: é a demanda agregada a bens e a serviços que impulsiona a produção e a renda na economia. Em outros termos, o gasto é que gera renda e não o contrário.

Outro destaque na obra de Keynes é a teoria do investimento. As decisões de investimento ocorrem a partir da expectativa futura de rendimento em relação à taxa de juros no mercado. Se as expectativas de retorno do valor investido forem maior do que a remuneração gerada pela taxa de juros esperada, ocorrerá investimento; caso contrário, os recursos, em vez de serem canalizados para a produção, serão destinados ao mercado financeiro. Nesse quadro, a taxa de juros determina, de forma inversa, o valor do investimento a ser feito; logo, quanto menor for o nível da primeira, maior será o valor do segundo. É importante citar, nesse contexto, a consideração em relação ao futuro: este é incerto e nada garante que as decisões relativas aos investimentos resultarão em sucesso.

Depois do período de guerra, diversos países ao redor do planeta adotaram o modelo keynesiano de intervenção do Estado para o crescimento da economia. Uma referência a essa intervenção ocorreu com o Plano Marshall, que consistia em um plano de ajuda financeira e comercial dos Estados Unidos para a reconstrução dos países europeus e asiáticos pós-Segunda Guerra Mundial. Também o Brasil adotou tal estratégia desenvolvimentista. Dos anos de 1950 até o início dos anos de 1980, o Estado brasileiro concebeu diversos esforços de industrialização por meio da implantação de grande número de empresas estatais de infraestrutura e de bens de capital, entre outras. Essas empresas tinham por finalidade, única e exclusivamente, fomentar o desenvolvimento econômico sob a batuta do Estado, como sugeriu Keynes.

Como a teoria keynesiana se mostrou eficiente para superar os problemas apresentados pelo sistema de produção capitalista, a dinâmica evolutiva da ciência econômica depois de Keynes foi muito influenciada pelo seu pensamento. Nesse período, observamos o desenvolvimento da análise econômica a partir de sofisticados aparatos matemáticos e estatísticos, conduzindo a uma formalização ampla das ciências econômicas.

Nos dias atuais, três grupos desenvolvem formulações teóricas de acordo com a interpretação da obra de Keynes, a saber:

- » Os **monetaristas** defendem o controle da moeda e a premissa neoclássica de baixa intervenção do Estado na economia.
- » Os **fiscalistas** destacam a intervenção do Estado na economia por

meio do uso de políticas fiscais como forma de promover o desenvolvimento econômico, aproximando-se da teoria keynesiana.

- » Os **pós-keynesianos** procuram mostrar que, na teoria geral, não foi negligenciado o papel da moeda e da política monetária; ao contrário, demonstram que a moeda exerce papel ativo nas decisões dos agentes, portanto requer controle na economia.

Assim como Keynes, os partidários dessa escola defendem o papel proativo do Estado na condução da atividade econômica.

Complementando...

- » Sobre biografias de estudiosos do pensamento econômico, consulte: <<http://www.pensamentoeconomico.ecn.br>>. Acesso em: 5 dez. 2017.
- » Sobre “A Revolução Marginalista”, leia o artigo publicado no portal Análise Econômica Consultoria, disponível em: <<http://www.analiseeconomica.com.br/index/a-revolucao-marginalista/>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

Resumindo

Ao longo desta Unidade, caro estudante, você aprendeu como ocorreu a evolução do pensamento econômico ao longo do tempo. De forma sintética, apresentamos os primeiros registros dessa ciência, desde Adam Smith, que mostra como a riqueza das nações é construída; passando por Karl Marx, que denuncia a valorização do capital ocorrida a partir da exploração da força de trabalho; até John M. Keynes, a quem é evidente a importância do Estado para o desenvolvimento das relações capitalistas. Mencionamos ainda a preocupação das linhas atuais do pensamento econômico, com destaque para as variáveis monetária e fiscal. Logo, depois desse empenho, ficamos na expectativa de que você tenha entendido como cada escola de pensamento privilegia certas variáveis na interpretação do mundo real.

Confira se você realmente teve bom entendimento acerca do que tratamos nesta Unidade respondendo às questões a seguir. Se precisar de auxílio, não hesite em fazer contato com seu tutor, pois ele está preparado para auxiliá-lo em seus estudos!

Atividades de Aprendizagem

1. Comente o tratamento de Smith sobre o papel do Estado na economia.
2. Em Ricardo estão presentes a teoria da renda da terra e a teoria das vantagens comparativas. Explique tais abordagens.
3. Qual é a principal contribuição de Malthus para a teoria econômica?
4. Qual é o significado da Lei de Say?
5. Para Marx, não existe sistema capitalista sem exploração da força de trabalho. Explique essa afirmativa.
6. Quais são as principais escolas que se formaram dentro da corrente neoclássica e quais são seus principais representantes?
7. Aponte as diferenças de tratamento da economia feitas por Walras e Marshall.
8. Identifique pelo menos três das principais contribuições da teoria neoclássica.
9. Quais são as principais contribuições de Keynes para a teoria econômica?
10. A partir da obra de Keynes, formam-se três correntes teóricas. Identifique-as e aponte suas preocupações.

UNIDADE 3

Demanda e Oferta

Objetivos

Nesta Unidade, você vai:

- » Analisar o comportamento da demanda e da oferta e o resultado dessa interação em um ambiente de concorrência pura, sem distorções.
- » Conhecer os fatores que influenciam na demanda dos consumidores por bens e serviços e os motivos – aumento ou diminuição no mercado – que levam ao deslocamento dela.
- » Compreender as razões que conduzem as empresas a ofertarem os produtos e os serviços e os movimentos de expansão e de redução de quantidades ofertadas.
- » Compreender como se dá o equilíbrio no mercado, situação em que demandadores e ofertadores realizam suas transações a determinado preço e quantidade, assim como simulações de ocorrência de excedente e escassez no mercado.

Demanda e Oferta

Caro estudante!

Nesta Unidade, vamos analisar o comportamento da demanda e da oferta e dessa interação no mercado em um ambiente de livre concorrência, onde você e sua família costumam frequentar para demandar produtos e serviços e empresas se empenham em ofertá-los. Sabemos, de antemão, que a demanda representa os interesses dos indivíduos em relação aos seus anseios de consumo de bens e serviços, assim como a oferta reflete os interesses dos produtores dispostos a oferecer bens e serviços a determinado preço. O confronto do consumidor com o produtor no mercado expressa, por um lado, o consumidor sempre procurando adquirir mais produtos pelo menor preço; e, por outro, o produtor vendendo o maior número de unidades de seu produto pelo maior preço possível. Buscamos, a partir dessa relação, demonstrar o ponto de equilíbrio de mercado em que tanto consumidores quanto produtores estejam satisfeitos com a quantidade e com o preço estabelecidos.

Agora, convidamos você a conhecer um pouco mais da área de economia a partir desses princípios. Vamos aos estudos!

Demanda

A demanda individual é definida como a quantidade de bem ou serviço que determinado indivíduo deseja consumir em certo período de tempo. Dois aspectos estão presentes nessa definição: a demanda representa o desejo de consumir algo – e isso se encontra relacionado ao plano de consumo, ao anseio, à vontade, e não ao consumo efetivamente realizado –; e a demanda representa o desejo de consumir algo em determinado período de tempo.

Vários fatores determinam a demanda por um bem ou serviço no mercado: o preço do bem e do serviço, o preço de substitutos, a renda disponível e as preferências do consumidor. Veja:

- » **Preço de bem ou serviço:** apresenta uma relação inversa com a quantidade consumida. Em outras palavras, quanto maior for o preço do bem ou serviço, menor será a demanda do consumidor.
- » **Preço de bens substitutos:** afeta a demanda do bem principal por meio do preço, porém, ponderado por quão satisfatoriamente outro bem possa substituí-lo. Caso outro bem seja considerado um bom substituto, o evento de um aumento de seu preço em relação ao bem principal pode estimular seu consumo e vice-versa.
- » **Renda disponível:** afeta a disposição de demandar determinados bens e serviços no mercado. A quantidade de recursos financeiros possibilita optar por bens e serviços mais e menos sofisticados.
- » **Preferências do consumidor:** representam impacto sobre a demanda porque o consumidor pode preferir o produto A, se puder pagá-lo, em detrimento do produto B, por dar mais prazer e satisfação no atendimento de suas necessidades.

O entendimento do comportamento da demanda por determinado bem ou serviço se torna mais simples quando, a partir dos dados, construímos uma curva de demanda. Observe a seguir.

Construímos a curva de demanda, em um gráfico cartesiano, a partir da verificação de qual é a quantidade demandada em cada uma das possibilidades de preço. Vamos a um exemplo: o comportamento da demanda por ingressos do show do U2 no estádio do Morumbi em São Paulo. Antes de focar sua atenção no gráfico propriamente dito (Figura 4), verifique como se comporta a quantidade demandada de ingressos em relação aos preços que podem ser praticados. Observe que, se o preço cobrado por cada ingresso do setor gramado for de \$ 100,00, o público estimado para essa parte do estádio será de 20.000 pessoas pagantes; no outro extremo, se o preço cobrado for de \$ 350,00, apenas 5.000 pessoas estarão dispostas a pagar esse valor pelo mesmo ingresso. Supondo que 5.000 seja o número máximo de pessoas estipulado pela prefeitura, ente responsável pela regulamentação de eventos, nesse setor, o preço cobrado será \$ 350,00.

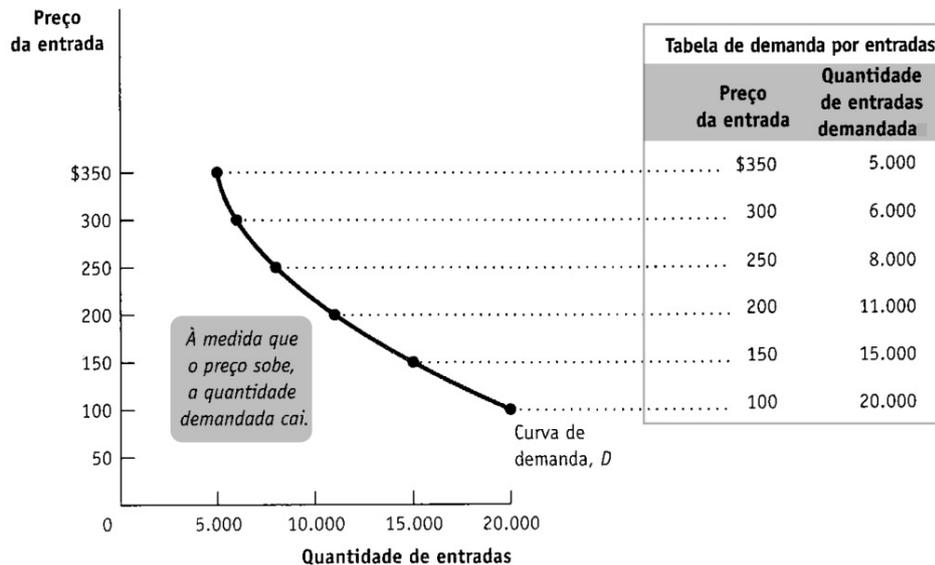


Figura 4: Relação demanda e preço por ingressos
 Fonte: Adaptada de Krugman e Wells (2006)

Analisando a Figura 4, notamos que ela é composta de dois eixos: o vertical representa o preço do ingresso e o horizontal expressa a quantidade de entradas demandadas para o setor gramado. Plotando no gráfico um ponto para a quantidade de ingressos em cada um dos preços, obtemos a curva de demanda.

Seguindo adiante, imagine que, por motivo de reforma nas arquibancadas do estádio, serão ofertados apenas ingressos do setor gramado. Nesse caso, todos os consumidores que preferiam ver o show da arquibancada, se ainda quiserem assisti-lo, terão que adquirir ingressos do setor gramado. Nesse cenário, haveria um crescimento do número de pessoas dispostas a comprar um ingresso do show para o setor gramado, deslocando a curva de demanda para a direita. A Figura 5 a seguir mostra a diferença entre um deslocamento ao longo da curva e um deslocamento da curva de demanda para a direita. Com base nesse gráfico, haveria 2.500 pessoas dispostas a assistir ao show pelo preço de \$ 350,00, conforme indica o ponto A plotado na primeira curva de demanda (D1). Note que, se a organização do evento resolvesse ocupar o limite de espaço de 5.000 espectadores no setor gramado, teria que cobrar o preço de \$ 215,00, que está representado pelo ponto B. Quando ocorre o anúncio da proibição da venda de ingressos para arquibancada, a demanda por ingressos no setor gramado cresce, deslocando-se para a direita, agora representada por (D2), crescendo a quantidade de ingressos vendidos a \$ 350,00 para 5.000 pessoas. Esse exemplo mostra a

diferença entre um deslocamento ao longo da curva de demanda, mudança do ponto A para o B, e um deslocamento da curva de demanda, de D1 para D2, e do ponto A para o C.

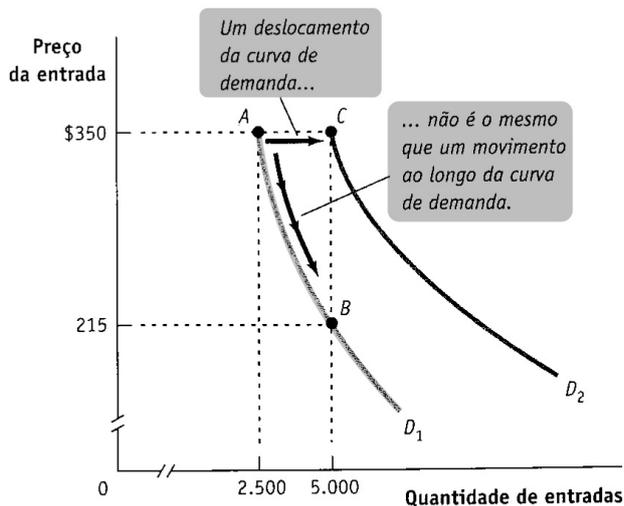


Figura 5: Diferenciação de um deslocamento ao longo da curva de demanda em relação a um deslocamento da curva de demanda
 Fonte: Adaptada de Krugman e Wells (2006)

Lembramos que podem ocorrer deslocamentos na demanda tanto para a direita como para a esquerda; em outras palavras, a demanda tanto pode crescer como pode diminuir. Um deslocamento para a direita significa um aumento de D1 para D2. Por outro lado, uma redução provoca um deslocamento da demanda para a esquerda, ou de D1 para D3, conforme expressa a Figura 6.

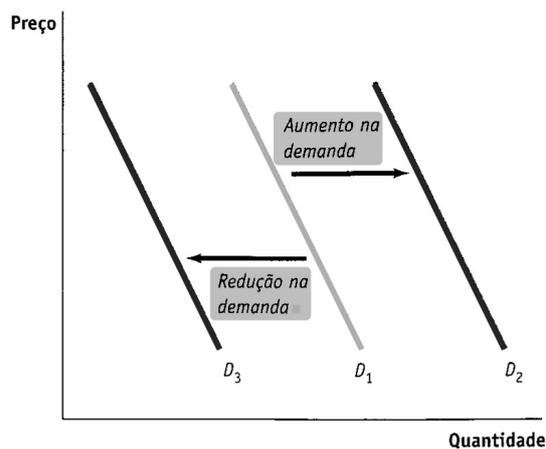


Figura 6: Impactos da redução e da elevação da demanda total
 Fonte: Adaptada de Krugman e Wells (2006)

Bens substitutos

Referem-se aos bens que podem ser consumidos em substituição a outros bens, pois exercem a função de atender às necessidades do consumidor. Fonte: Sandroni (2005).

Bens complementares

São bens econômicos que devem ser combinados com outros bens para satisfazer uma necessidade; usados em conjunto, aumentam sua utilidade. Fonte: Sandroni (2005).

Lembre-se do deslocamento do ponto A para o ponto C exposto na Figura 5.

Os **bens substitutos** e os **bens complementares** podem exercer influência nos deslocamentos da demanda do bem principal. Para facilitar sua compreensão, imagine que, em razão da superprodução de queijo do tipo minas, o preço desse laticínio caia bastante, fazendo com que mais pessoas decidam por sua aquisição. Nesse caso, ocorre um deslocamento de preço sobre uma mesma curva de demanda (lembre-se do deslocamento do ponto A

para o ponto B exposto na Figura 5). Por consequência, o aumento do consumo de queijo minas implicou também um **deslocamento da curva de demanda de goiabada para a direita**, já que diversas pessoas que não a compravam por não ter o queijo minas para acompanhá-la, passarão a consumi-la.

Os bens substitutos também exercem influência sobre os deslocamentos da demanda do bem principal. Imagine, agora, o mercado de manteiga e sua curva de demanda. O que ocorreria com essa curva de demanda caso o preço da margarina sofresse uma sensível diminuição? A curva de demanda de manteiga se deslocaria para a esquerda, passando de D1 para D3, conforme disposto na Figura 6. Em outras palavras, uma parte considerável de consumidores, que antes demandava manteiga, passará a demandar margarina, em razão de seu preço, que passou a ser mais atrativo. Nunca é demais lembrar que a demanda por manteiga não se extingue por completo, já que os consumidores que têm maior preferência pela manteiga não deixarão de consumi-la, mesmo com a redução do preço da margarina.

Agora que você sabe como construir uma curva de demanda e conhece alguns dos fatores que podem influenciar na demanda dos consumidores por bens e serviços e os motivos – aumento ou diminuição no mercado – que levam ao deslocamento dessa curva, certamente está mais bem preparado para estudar sobre “oferta”. Vamos lá!

Oferta

Assim como a demanda e o **preço de venda**, outros fatores interferem na oferta dos produtos, entre eles destacamos o **preço de outros bens substitutos**, os **custos de produção** e as **expectativas dos produtores em relação à demanda futura**.

Inicialmente, trataremos da discussão da oferta a partir da influência do preço, já que este determinante é o que mais nos interessa neste tópico. A reação do ofertante em relação ao preço é exatamente o oposto da reação dos consumidores, ou seja, seu desejo de ofertar bens é estimulado pelo aumento dos preços. É importante destacar que, assim como a demanda, em relação à oferta, estamos tratando do desejo de vender determinada quantidade de bens ou serviços em determinado período de tempo a certo nível de preço. Nesses termos, não estamos tratando de um fato consumado, mas de um anseio.

Observe, na Figura 7, que a curva da oferta se posiciona de forma diferente da curva da demanda, configurando comportamentos antagônicos. Retomando o exemplo da venda de ingressos para o show do U2 no Estádio do Morumbi, agora vamos avaliar a curva da oferta propriamente dita, a partir da disponibilização de ingressos no setor gramado em razão dos preços. Para tornar esse exemplo mais real, incorporamos a noção de que quanto maior for o número de pessoas, maior será o aparato de segurança e organização que os promotores do evento terão que proporcionar, fazendo com que exista a necessidade de dosar bem a oferta em relação ao preço. Repare, na Figura 7, que quanto mais o preço do ingresso sobe, maior é a quantidade de ingressos que os promotores do evento podem ofertar, o que faz com que a curva da oferta apresente uma inclinação positiva em relação ao eixo vertical, representado pelos preços.

Custos de produção

Soma de todos os custos originados na utilização dos bens materiais (matéria-prima, mão de obra, depreciação e amortização de máquinas, patentes e gastos diversos) de uma empresa na elaboração de seus produtos. Fonte: Lacombe (2004).

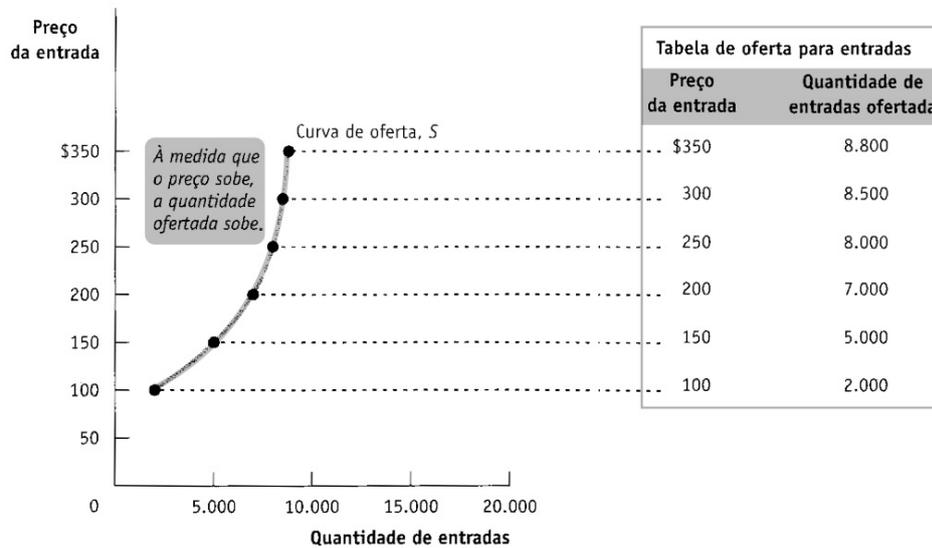


Figura 7: Relação entre a oferta e o preço dos ingressos
 Fonte: Adaptada de Krugman e Wells (2006)

Muito embora a oferta seja grandemente estimulada pelo preço, como dissemos anteriormente, este não é o único fator que influencia na decisão da quantidade que será ofertada. Imagine que, no mesmo dia em que os organizadores estão programando o show do U2 no Estádio do Morumbi, estivesse sendo programado um show religioso no Estádio do Pacaembu e que, devido à ocorrência de dois eventos de grande porte em um mesmo dia, haveria carência de profissionais de segurança em eventos dessa natureza na cidade de São Paulo. Nesse novo cenário, os promotores do evento teriam que recorrer a profissionais especializados na cidade do Rio de Janeiro, gerando, assim, aumento dos custos para realização do show. Entretanto optam pela não contratação dos profissionais especializados desta cidade e reduzem a oferta de ingressos, representada na Figura 8 pela mudança da curva de oferta S1 para S3. Por outro lado, se a ocorrência dos eventos na mesma data fosse prevista e o evento religioso, por algum motivo, tivesse sido adiado, a curva de oferta se deslocaria para a direita, já que não seria mais necessário trazer seguranças de outra localidade, reduzindo o custo. O impacto desse novo cenário pode ser verificado pelo deslocamento da curva S1 para S2.

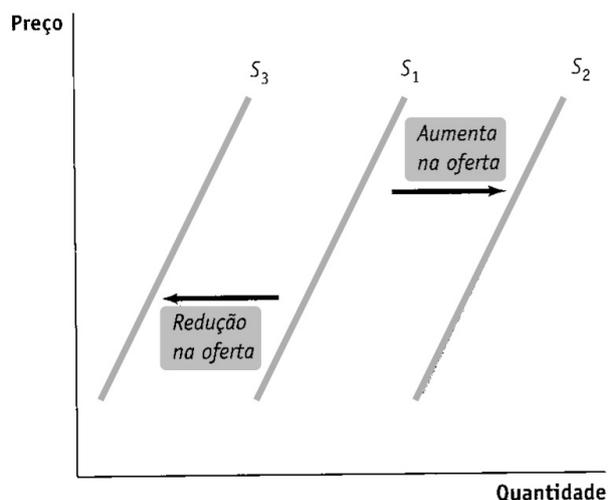


Figura 8: Deslocamentos da oferta
 Fonte: Adaptada de Krugman e Wells (2006)

Destacamos o papel que as expectativas podem ter para a definição da quantidade ofertada. Se por algum motivo os produtores de bens e serviços souberem de alguma informação que possa levar a um aumento da demanda, por exemplo, irão reagir a essa expectativa produzindo um volume maior de bens e serviços que visem atender a essa possível demanda. Por isso, os produtores estão sempre estimando qual será a quantidade demandada para ter condições de atender à demanda de mercado, como acontece com as expectativas de oferta que se formam no meio empresarial no final de cada ano motivadas pelo recebimento do 13^o salário e pelas festas natalina e de réveillon.

Você compreendeu a relação entre a oferta e o preço dos ingressos e seu deslocamento? Excelente! Caso você ainda tenha dúvidas, converse com seu tutor e seus colegas de curso antes de continuar sua leitura.

Equilíbrio de Mercado

Com base nas mesmas curvas de demanda e de oferta que utilizamos anteriormente para estimar os preços e as quantidades desejadas pelo público e pela organização do show do U2 na cidade de São Paulo, procedemos, agora, à união das duas curvas em um mesmo gráfico. Note, na Figura 9, que há um ponto em que as curvas de demanda e de oferta se cruzam. É exatamente nesse ponto em que os interesses dos dois lados se equilibram, já que nele a quantidade que se deseja vender e consumir é a mesma em um mesmo preço, ou seja, quando o preço de equilíbrio e a quantidade de equilíbrio para o show (representado pelo ponto E) correspondem a \$ 250,00 e 8.000 pessoas.

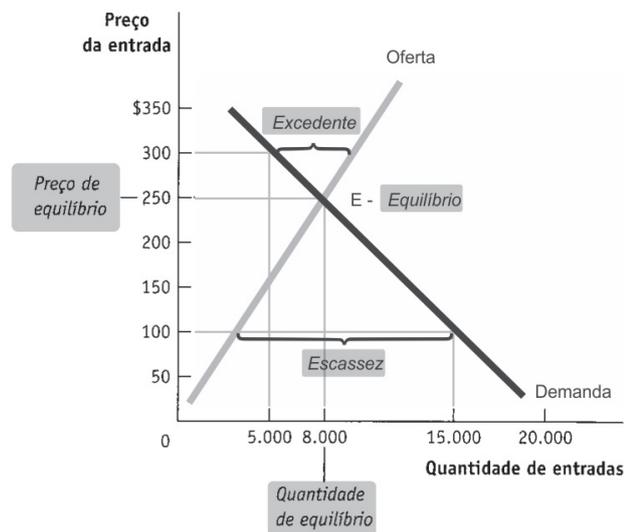


Figura 9: Equilíbrio de mercado

Fonte: Adaptada de Krugman e Wells (2006)

Excedente

Situação que ocorre quando a quantidade de bens e recursos supera as necessidades existentes. Nesse quadro, o consumidor é beneficiado, pois a oferta de bens e serviços é superior à demanda, levando os preços a caírem. Sob essa perspectiva, deixa de perder parte de sua renda com a demanda efetuada, podendo usá-la para outros fins. Fonte: Lacombe (2004).

Para você compreender a questão do ponto de equilíbrio, observe que, se os ofertantes desejassem vender os ingressos no valor de \$ 300,00, iriam provocar uma situação de excesso de oferta; já que, nesse preço, eles teriam interesse em vender mais de 8.000 ingressos; não havendo contrapartida da demanda para essa oferta. Nesse caso, seria oferecido um valor **excedente** de ingressos.

Por outro lado, caso o preço fosse de \$ 100,00, a demanda iria superar em muito a quantidade de ingressos que os produtores do evento estariam dispostos a vender e, então, seria observada a **escassez** de ingressos.

Escassez

Em termos econômicos, a escassez surge do pressuposto de que as necessidades humanas são infinitas, ao passo que os bens ou os meios de satisfazê-las são sempre finitos. Diante desse contexto, na economia, estudamos os processos produtivos pelos quais a escassez pode ser diminuída, empregando, de forma mais eficiente, os recursos disponíveis; agilizando as formas de produção; e melhorando a distribuição dos bens. Fonte: Sandroni (2005).

Além de identificar o preço de equilíbrio, quando reunimos em um mesmo gráfico as curvas de demanda e de oferta, tornamos mais fácil identificar o impacto dos deslocamentos das curvas em relação ao preço e a quantidade.

Vamos a um novo exemplo. Inicialmente, podemos identificar o impacto de um deslocamento da demanda no mercado de café a partir do anúncio de uma revista científica especializada denotando as qualidades dessa bebida como estimulante, conforme representamos na Figura 10. Note que um deslocamento para a direita da curva de demanda, ou seja, a mudança da curva D1 para a D2, demonstra o crescimento da quantidade consumida de Q1 para Q2, que, por sua vez, provoca, como resposta, a maior demanda para uma mesma oferta (repare que a curva de oferta permanece a mesma), resultando em elevação do preço de P1 para P2. O processo contrário não está representado na Figura 10, porém é de simples abstração. Imagine que a demanda por café diminuiu, mas, como a oferta permanece a mesma, o preço irá reduzir.

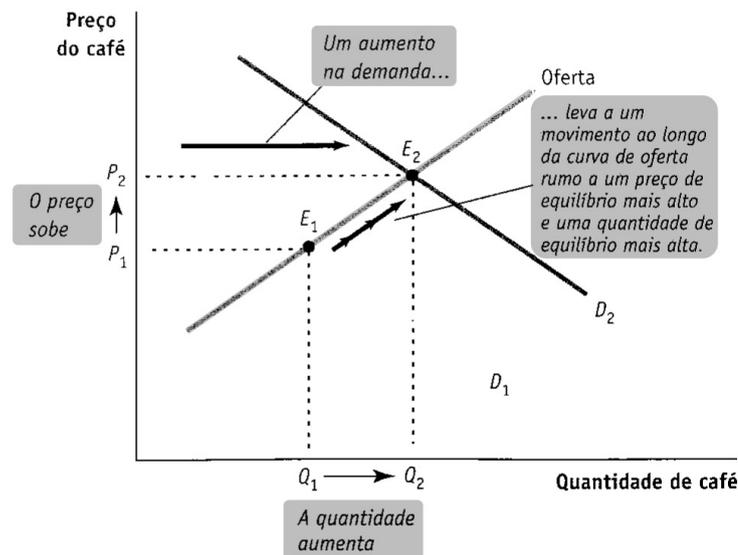


Figura 10: Deslocamento da demanda
 Fonte: Adaptada de Krugman e Wells (2006)

Agora que você conhece o efeito de um deslocamento da curva de demanda para uma mesma oferta, torna-se mais fácil compreender o impacto de um deslocamento da oferta para uma mesma demanda.

Imagine que há crescimento na oferta de *chip* de computador motivado pela descoberta de uma nova técnica de produção, que traz um grande incremento na produtividade. Supondo que a demanda permaneça a mesma, verificamos que haveria uma queda de preços, como representado na Figura 11. Note que a curva de oferta passaria de S_1 para S_2 , aumentando a quantidade de Q_1 para Q_2 e resultando uma queda de preço de P_1 para P_2 .

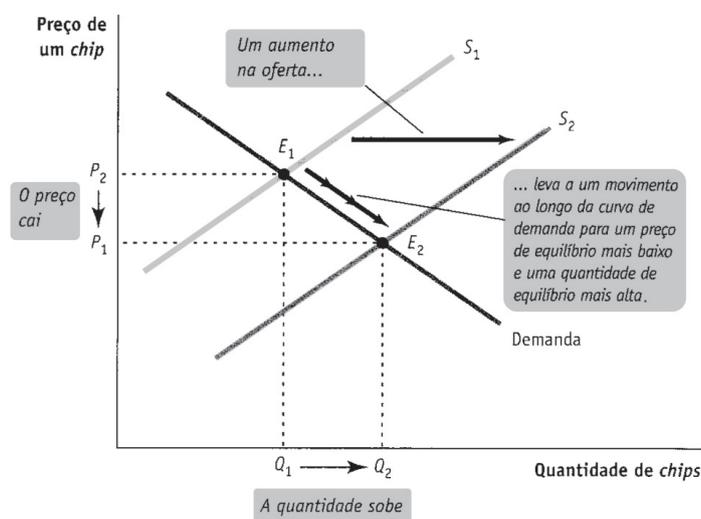


Figura 11: Deslocamento da oferta

Fonte: Adaptada de Krugman e Wells (2006)

Dessa maneira, verificamos que a interação entre os interesses dos demandantes e dos ofertantes em uma economia de mercado tende a gerar uma situação em que se encontre um determinado patamar de preço e quantidade que satisfaça às necessidades de ambos. Lembre-se que, além do preço do produto em questão, existem outros fatores que interferem nas decisões dos consumidores e dos vendedores. Porém, não é o escopo de nosso estudo esmiuçar todas as nuances que compõem o comportamento dos produtores e dos demandantes. Tal nível de aprofundamento diz respeito ao estudo de um curso de microeconomia, no qual são apresentados todos os fatores que permeiam o comportamento desses agentes.

Elasticidade

A **elasticidade** representa uma medida de resposta de compradores e vendedores às mudanças no preço e na renda.

A **elasticidade-preço da demanda** mede quanto a demanda reage a uma mudança no preço. Assim, a demanda por um bem é considerada elástica

Elasticidade

Expressa a relação entre as diferentes quantidades de procura e de oferta de certas mercadorias, diante das alterações em seus respectivos preços. Existem duas categorias de elasticidade: 1) elasticidade perfeita, quando uma diminuta mudança nos preços provoca grande alteração no consumo; e 2) elasticidade imperfeita, quando uma mudança no preço não interfere na quantidade de consumo. Fonte: Sandroni (2005).

se a quantidade adquirida responder muito a uma dada variação de preço; e a demanda por um bem é considerada inelástica se a quantidade adquirida é insensível à mudança de preço.

A elasticidade-preço da demanda (E_p) pode ser expressa algebricamente deste modo:

$$E_p = \frac{\text{Variação das quantidades demandadas}}{\text{Variação dos preços}}$$

O coeficiente da elasticidade-preço da demanda é um número que se expressa de forma negativa, uma vez que o preço e a quantidade demandada são inversamente relacionados. Podemos citar como exemplos de bens com alta elasticidade de demanda (elástica): refeição em restaurante, veículo automotor, viagem aérea, carne bovina, refrigerante, turismo, manteiga etc. Da mesma forma, podemos citar bens com baixa elasticidade de demanda (inelástica): insulina, sal, gasolina, petróleo, ovos, leite etc.

Outro conceito relacionado à elasticidade se refere à **elasticidade-renda da demanda**. Assim como a anterior, expressa variação percentual, pois trata da variação da renda do consumidor sobre a variação na quantidade demandada. Se a elasticidade-renda da demanda for maior do que zero, afirmaremos que o bem é normal (bem em que um aumento na renda provoca o aumento na quantidade demandada), porém, se for menor do que zero, o bem será inferior (bem em que um aumento na renda provoca a diminuição na quantidade demandada).

A elasticidade-renda da demanda (E_r) pode ser expressa algebricamente deste modo:

$$E_r = \frac{\text{Variação na renda do consumidor}}{\text{Variação das quantidades demandadas}}$$

Citamos como exemplos de bem normal, que tem elasticidade-renda positiva, frutas frescas, computadores, viagens aéreas, lazer etc.; e como exemplos de bem inferior, que tem elasticidade-renda negativa, passagem de ônibus, moradia, carne de segunda, pão, batata etc.

Um terceiro conceito de elasticidade se refere à **elasticidade cruzada da demanda**. Esta serve para analisar a relação entre os diversos bens e é assim expressa: entre dois bens, a elasticidade cruzada da demanda mede a variação percentual na quantidade demandada do bem 1, em resposta a uma dada variação percentual do preço do bem 2.

A elasticidade cruzada da demanda (E_c) pode ser expressa algebricamente deste modo:

$$E_c = \frac{\text{Variação das quantidades demandadas do bem 1}}{\text{Variação do preço no bem 2}}$$

Quando o coeficiente é positivo, dizemos que os produtos são substitutos um do outro; e, quando o coeficiente é negativo, os produtos são complementares. Como mencionamos anteriormente, são bens substitutos aqueles que oferecem condições de substituir imediatamente o bem principal, por exemplo: manteiga e margarina, cinema e locação de fita de vídeo, carne de frango e carne de vaca, cerveja e refrigerante. E são complementares quando o aumento no preço de um deles ocasiona uma redução na quantidade demandada do outro, por exemplo: camisa social e gravata, sapato e meia, pão e margarina, computador e *software*.

Há também a **elasticidade-preço da oferta**. A elasticidade-preço da oferta mede quanto a quantidade ofertada responde à mudança de preço e pode ser expressa algebricamente deste modo:

$$E_o = \frac{\text{Variação das quantidades ofertadas}}{\text{Variação dos preços}}$$

Essa elasticidade é considerada elástica e inelástica. No primeiro caso, ocorre quando a quantidade ofertada responde bem à alteração nos preços. No segundo, quando a resposta à quantidade ofertada é pequena em relação às mudanças no preço. Independentemente do caso, o resultado alcançado expressa número positivo, pois as variações de preço e quantidade se movem na mesma trajetória.

Complementando...

- » Sobre economia e mercado, consulte: <www.economiabr.net/publicidade/index.html>. Acesso em: 7 dez. 2017.
- » Sobre conceitos de termos econômicos, consulte: <<http://informeeconomico.com.br/category/conceitos/economia/>>. Acesso em: 7 dez. 2017.
- » Sobre outros conceitos de termos econômicos, consulte: <<http://economia.ig.com.br/dicionario-economia/#letra:./>>>. Acesso em: 7 dez. 2017.

Resumindo

Nesta Unidade, esperamos que você, caro estudante, tenha compreendido um pouco mais sobre o funcionamento do mercado a partir do tratamento teórico dos fatores que determinam a demanda e a oferta. Com esse propósito, demonstramos que a demanda e a oferta percorrem movimentos inversos em relação a preços e a quantidades dos bens e serviços no mercado. Evidenciamos que, além da renda, outros fatores, como existência de produtos substitutos e preferência do consumidor, influenciam na demanda, assim como, além do preço, os fatores custo de produção e preço de produtos substitutos contribuem para determinar a oferta de bens e serviços na economia. Discutimos o movimento das curvas de demanda e de oferta de mercado, sinalizado não somente pela possibilidade de equilíbrio, mas por ocorrências de excesso e escassez de bens e serviços, e explicamos quanto a demanda e a oferta reagem às mudanças nos preços, por meio dos conceitos relacionados à elasticidade.

Verifique o seu entendimento sobre o conteúdo desta Unidade. Para tanto, responda às questões a seguir. Em caso de dúvidas, releia o texto, contate seu tutor e converse com seus colegas de curso no AVEA. Essas ações facilitam o seu processo de aprendizagem.

Atividades de Aprendizagem

1. Por que existe uma relação direta entre preço e quantidade na curva de demanda e uma relação inversa na curva de oferta?
2. Explique situações de deslocamento da curva de demanda e de deslocamento ao longo da curva de demanda no mercado.
3. Construa um gráfico exemplificando aumento e redução da demanda.
4. Construa um gráfico exemplificando aumento e redução da oferta.
5. Explique quando ocorrem o equilíbrio, a escassez e o excedente no mercado.
6. Explique situações de deslocamento da curva de oferta e de deslocamento ao longo da curva de oferta no mercado.
7. O que significam os conceitos de elasticidade-preço da demanda e elasticidade-preço da oferta?
8. Faça exercícios apontando coeficientes de elasticidade-renda e elasticidade cruzada da demanda.

UNIDADE 4

Estruturas de Mercado

Objetivo

Nesta Unidade, você vai:

- » Conhecer e diferenciar a caracterização das estruturas de mercado existentes na economia, com o propósito de apresentar suas distintas conformações.

Estruturas de Mercado

Caro estudante!

Nesta Unidade, vamos caracterizar a estrutura de mercado na economia. É no mercado que procuramos adquirir bens e serviços para satisfação de nossas necessidades e é nesse espaço que as empresas procuram ofertar seus produtos. Porém, o mercado não se apresenta de forma homogênea; pelo contrário, há distinções em sua estrutura que influenciam na oferta e na demanda de bens e serviços. No mundo real, há mercado caracterizado pelo domínio de um número restrito de produtores, assim como há mercado regido por um grande número de produtores que não possuem poder de influenciar nos preços. Assim sendo, convidamos você para compreender como estão dispostas as forças que definem o preço e a quantidade nos mais diversos segmentos produtivos. Não perca tempo, comece já sua leitura! Afinal, você participa da estrutura de mercado da economia, logo deve estar animado para compreendê-la, saber seu significado e suas características. Vamos ao estudo!

Mercado: significado e características

O mercado pode ser definido na ciência econômica como a junção de agentes conflitantes – consumidores e empresas – que constituem um ambiente no qual serão determinados os preços e as quantidades de bens e serviços. É no ambiente do mercado que os agentes econômicos realizam suas trocas, que podem ocorrer de duas formas:

- » **Troca direta:** é realizada, face a face, pelo comprador e pelo vendedor, em momento de negociação e concretização de negócio, por

exemplo, uma pessoa que adquire frutas e verduras de um vendedor em uma feira livre.

- » **Troca indireta:** é realizada, por meio de **bolsas de mercadorias**, diretamente pelo comprador e pelo vendedor, e o preço é definido pelo conjunto das trocas que estão sendo negociadas, por exemplo, a bolsa de cereais.

Para conhecer exemplos de bolsas de mercadorias, acesse: <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bmf.asp>>. Acesso em: 7 dez. 2017.

Conhecer os significados de troca direta e indireta contribui para a compreensão de que o mercado não é restrito por limites geográficos, como se pode pensar *a priori*. O mercado pode ser caracterizado como um espaço econômico que apresenta descontinuidade territorial, descartando, dessa forma, a possibilidade de ficar limitado a uma área particular. Outra questão importante a respeito do mercado é que, como o preço recebe papel de protagonista, as negociações apresentam um caráter voluntário como forma de estabelecer um patamar razoável entre as partes.

O mercado é composto de determinada quantidade de agentes com capacidade de influenciar ou não na determinação do preço, assim como existem comportamentos dos agentes que podem conduzir à ocorrência ou não de determinadas reações entre eles, quando decisões particulares são tomadas. Nesse sentido, há, em uma extremidade, o mercado atomizado, e, em outra, o mercado não atomizado. Veja:

- » **Mercado atomizado:** configura-se como uma estrutura em que grande número de agentes toma decisões no mercado, porém cada decisão individual não consegue ser captada pelo restante. As decisões tomam um cunho individual e não conseguem surtir efeito sobre o restante de transações que estão sendo realizadas. Em mercado atomizado, uma empresa não consegue saber quais são as decisões que as empresas concorrentes estão tomando, e os consumidores não têm clareza sobre as condições em que seus pares estão realizando suas aquisições. Nesse tipo de situação, os consumidores e os vendedores são tomadores de preço e, dessa maneira, não têm poder para influenciar na formação do mercado.
- » **Mercado não atomizado:** refere-se a uma estrutura na qual as decisões tomadas por um indivíduo são conhecidas pelos outros, provocando alterações nas decisões que serão tomadas pelos demais. Esse mercado é geralmente composto de um número restrito de agentes econômicos. Todavia a ideia central, além do fato de

existirem poucos indivíduos, é que haja compartilhamento de informações. Essa situação é caracterizada pela falta de concorrência, o que pode implicar distorções na disputa. Nesse contexto, é possível que algum dos agentes econômicos detenha alguma ou até mesmo total influência na determinação dos preços.

Assim como é possível qualificar o mercado pela quantidade de agentes e pelos comportamentos decisórios de seus participantes, podemos também classificá-lo, segundo a natureza do bem ou serviço, em duas categorias:

» **Mercado puro:** caracteriza-se por bens ou serviços puros ou homogêneos, aqueles que podem ser encontrados no mercado em um mesmo padrão, sem grandes dificuldades. Em verdade, esses bens não são tão fáceis de serem exemplificados em nosso cotidiano, mas podemos, como fator de sugestão de mercados puros, citar a água mineral sem gás, a gasolina comum, as flores, o cimento e alguns tipos de **commodities**. A principal questão que define a ocorrência do mercado puro é o fato de que tais bens/serviços podem ser substituídos, independentemente do fornecedor.

Commodity

Expressão inglesa que designa os produtos que não apresentam diferenciações significativas e tem baixo valor agregado, sendo basicamente homogêneos como: trigo, milho, feijão, metais etc. Fonte: Lacombe (2004).

» **Mercado imperfeito:** caracteriza-se por produtos tidos como diferenciados, ou seja, por produtos que apresentem algum tipo de característica que os tornem singulares, como o pão da padaria x que pode ser melhor que o da padaria y. Nesse caso, ainda que existam bens ou serviços substitutos, estes não podem ser considerados substitutos perfeitos. Além dos produtos ou serviços, em diversos casos existem também tipos de insumos usados na produção que podem caracterizar diferenciação, como: elemento exclusivo de uma localidade, habilidade específica da mão de obra, conhecimento empregado na fabricação de difícil assimilação, entre outros.

Variáveis que Definem a Estrutura de Mercado: uma primeira classificação

Como dissemos anteriormente, a quantidade de agentes envolvidos e a diferenciação dos bens ou serviços são as variáveis que contribuem para definir

as diferentes estruturas de mercado. No mundo real, verificamos um grande número de diferentes estruturas de mercado, como: monopólio, caracterizado por um único produtor; oligopólio, caracterizado por um número restrito de produtores; e concorrência perfeita, definida por um grande número de produtores sem nenhum poder para influenciar os preços.

Na Figura 12, apresentamos um resumo de como a quantidade de agentes e a diferenciação dos produtos podem definir diferentes tipos de estrutura de mercado. Note que, quando há um único produtor e os produtos não são diferenciados, ocorre uma situação de monopólio. Nesse caso, existe apenas um produto e um único fornecedor, o que dá a este grande capacidade de influenciar no preço do bem ou do serviço que esteja sendo comercializado. Quando verificamos a existência de produtores nesse cenário, independentemente de os produtos fabricados serem diferenciados ou não, há a formação de um oligopólio. Tal estrutura é caracterizada pelo fato de os produtores disporem de algum poder para influenciar no estabelecimento de preço, porém não um poder total, já que podem ser surpreendidos pela reação de outro produtor.

		Os produtos são diferenciados?	
		Não	Sim
Quantos Produtores existem?	Um	Monopólio	Não se aplica
	Alguns	Oligopólio	
	Muitos	Concorrência perfeita	Concorrência monopolística

Figura 12: Síntese dos tipos de estrutura de mercado
 Fonte: Adaptada de Krugman e Wells (2006)

Na parte inferior da Figura 12, note que, quando os produtos são diferenciados e há um grande número de produtores, existe uma concorrência monopolística. Esse tipo de concorrência pode ser exemplificado pelas padarias de uma cidade: em cada uma delas, o pão de trigo tem características particulares, porém, como há uma variedade razoável de padarias, isso permite ao consumidor escolher a que oferece o pão que mais lhe agrada. Por outro lado, quando os produtos não são diferenciados e há um grande número de produtores, verificamos uma situação de concorrência perfeita.

Estruturas de Mercado: uma classificação abrangente

O mercado é regido por diferentes estruturas, englobadas em duas grandes magnitudes: mercados imperfeitos e mercados perfeitos.

Mercados Imperfeitos

Os mercados imperfeitos são divididos em: monopólio, monopsonio, oligopólio, oligopsonio e concorrência monopolística.

Confira nos tópicos a seguir cada uma das estruturas em que se dividem os mercados imperfeitos. Lembre-se de sanar suas dúvidas com seu tutor e de interagir nos fóruns de discussão no AVEA com seus colegas de curso, pois isso é muito importante para a efetividade do seu aprendizado. Vamos lá!

Monopólio

A estrutura de mercado que designa uma situação em que exista um único vendedor ou prestador de serviço, de maneira que ele se caracteriza como a única fonte para suprir determinada demanda, se chama monopólio. Tal característica dá a esse fornecedor, seja de serviço ou seja de bem, poder de mercado para escolher o preço ou a quantidade que melhor lhe convier. Desse modo, cabe ao monopolista decidir qual das duas variáveis deverá escolher para melhorar sua condição. Caso escolha a variável preço maior, a quantidade será reduzida; caso opte pela quantidade, não terá domínio sobre o preço. Assim, ainda que detenha grande capacidade para determinar maior lucratividade, o monopolista não consegue ter domínio sobre o preço e a quantidade.

De maneira geral, é difícil encontrar um monopólio em estado puro, já que os governantes geralmente combatem essa prática na economia. Porém, situações de monopólios, ainda que não totalmente puras, ocorrem pela falta daquilo que podemos chamar de um bom substituto. De mesmo modo, pode

ocorrer a presença de **monopólio natural**, formado em decorrência do número de empresas em relação ao tamanho de mercado, assim como de **monopólio estatal**, criado pelo Estado por razões específicas, entre as quais a soberania nacional.

Para construir uma situação de monopólio, é necessário que existam barreiras à entrada de concorrentes potenciais que possam quebrar a soberania da empresa monopolista. As barreiras à entrada podem ser resumidas em três tipos predominantes:

- » **Tecnológicas** – são determinadas pelo tipo de conhecimento ou de necessidade de grande aporte de capital para que a produção de uma empresa possa ser reproduzida por outra empresa concorrente. Esse tipo de monopólio também está relacionado às atividades que demandam determinado nível de escala e que inviabilizam duas empresas de atuarem, simultaneamente, no segmento do mercado ou na localidade. Como exemplos dessa situação estão as concessionárias de água, de gás encanado e de energia elétrica.
- » **Legais e institucionais** – nesta categoria se enquadram diversos tipos de barreiras à entrada, como domínio ou controle de fontes de matérias-primas, que podem ser fruto de alvarás e licenças de funcionamento obtidas com as autoridades competentes. Normalmente, esse tipo de alvará ou licença tem um prazo-limite e uma série de limitações para ser obtido. Um exemplo desse tipo de monopólio é a concessão da Petrobras para exploração de petróleo em solo brasileiro. Outro tipo de barreira à entrada são os direitos autorais e os **copyrights**, assim como as marcas registradas e as patentes. Em relação às patentes, em muitos casos existe um prazo de vigência, constituindo-se em um monopólio temporário. As concessões também são barreiras à entrada e se enquadram na categoria de legais e

Monopólio natural

Situação de mercado em que o tamanho ótimo de instalação e a produção de uma empresa são suficientes para atender a todo o mercado, de forma que exista espaço para apenas uma empresa. O monopólio natural existe sempre que a demanda é pequena o bastante para ser totalmente coberta por apenas uma empresa. Fonte: Sandroni (2005).

Monopólio estatal

Trata-se de monopólio criado pela legislação, atribuído ao Estado em face da exclusividade na oferta de bens e serviços. Várias razões são colocadas para justificar essa estrutura, entre as quais as relacionadas a questões sociais, a motivos de segurança nacional ou a motivos econômicos. Fonte: Sandroni (2005).

Copyright

Direito exclusivo do autor, compositor ou editor de imprimir, reproduzir ou vender obra literária, artística ou científica; direito autoral. Fonte: Houaiss (2009).

institucionais, sendo exemplos as concessões de transporte de passageiro e de cobrança de pedágios em rodovias.

- » **Outras** – dois tipos de barreiras à entrada podem ser identificados aqui: a dimensão do mercado, que está relacionada a sua limitação de tamanho; e o fato de o mercado não despertar interesse de duas empresas distintas, no sentido de atuarem em um mesmo município ou região. Por exemplo, um posto de gasolina em um pequeno município, situação em que dois postos seriam demais para a demanda local de combustível.

As estruturas de mercado monopolísticas podem apresentar tanto vantagens como desvantagens para a sociedade. Você imagina quais são elas? Confira!

Em relação à vantagem das estruturas monopolísticas, destacamos as economias de escala, necessárias em determinados tipos de atividade econômica. Esse tipo de economia também pode apresentar desvantagem quando os ganhos não são repassados ao consumidor, sendo, na maioria das vezes, apropriados em sua totalidade pelo produtor.

Destacamos ainda como desvantagem a possibilidade de a organização monopolista se tornar ineficiente em detrimento da falta de competitividade. Nesse caso, inibe o empenho por melhores e eficientes práticas produtivas, gera falta de opções de escolha para os consumidores e preços elevados, entre outras.

Monopsônio

O monopsônio se refere à estrutura de mercado inversa ao monopólio. Nessa estrutura existem diversos produtores de bens e serviços, porém apenas um comprador. Geralmente, esse tipo de estrutura de mercado se deriva da venda de algum bem ou serviço intermediário e está relacionado à existência de um monopólio no futuro. Para facilitar sua compreensão, imagine que exista uma única empresa que produz navios em determinado país. Todas as empresas que produzem motores para navios terão apenas essa empresa como cliente, estando refém de seus interesses.

Note que, a depender de sua estrutura, o poder de mercado muda de lado: se, no monopólio, ele está ao lado da oferta; em um monopsonio, está ao lado da demanda.

Existem outros exemplos de mercados monopsonicos, caso dos relacionados aos fornecedores de autopeças, como um farol para veículo, cujos fornecedores têm como único comprador a empresa fabricante do automóvel; ou dos grandes atacados de cereais e de frutas que atuam em determinadas regiões adquirindo a produção dos pequenos agricultores, que não dispõem de outro canal de comercialização que não seja o desse grande atacadista. Essa dependência está ligada ao fato de o agricultor não contar com a infraestrutura necessária para o escoamento, o armazenamento e a venda de sua produção. Portanto os monopsonistas, assim como os monopolistas, são ditadores de preço, e não tomadores.

Oligopólio

A estrutura de mercado conhecida como oligopólio pode ser entendida como uma extensão da estrutura monopolística, já que, assim como na outra, o mercado não é atomizado, sendo constituído por um número limitado de produtores, porém mais do que um. Ainda que seja constituído por um número limitado de produtores, um oligopólio é caracterizado pelo fato de os produtores serem concorrentes e rivais entre si, de forma que existe interdependência mútua e incerteza em relação às ações que esses agentes irão tomar.

Dessa maneira, as ações de uma empresa dentro de uma estrutura de mercado oligopolizada devem levar em consideração a reação da outra empresa frente a sua ação, ou seja, conta com a reação esperada do concorrente e desenha sua possível atitude. As ações das empresas oligopolistas se assemelham, assim, às ações dos enxadristas durante uma partida.

O oligopólio pode ser dividido em dois tipos:

- » **Oligopólio puro:** é caracterizado pelo fato de não haver um bom substituto para o produto que as empresas oligopolistas produzem, ou seja, pelo fato de oferecerem um produto padronizado sem diferenciação. No Brasil, existem alguns segmentos que exemplificam esse tipo de oligopólio, como os setores de cimento, vidro plano e liso e aço.

- » **Oligopólio diferenciado:** é mais comum na economia do que o oligopólio. Nesse tipo de estrutura existe certa diferenciação de produto, de maneira que cada produtor desfrute de algum poder de monopólio sobre seu produto, havendo bons substitutos para ele. São casos típicos de oligopólio diferenciado o setor automobilístico e as empresas de cervejas e refrigerantes.

Tácito

Não traduzido em palavras; implícito; silencioso; calado. Fonte: Houaiss (2009).

Quando há oligopólio puro, as empresas envolvidas nesse mercado costumam desenvolver formas mútuas de se proteger por meio de acordos, que tanto podem ser legais como podem estar à margem da legislação, ou ainda estabelecer posturas menos agressivas, na forma de acordos **tácitos** ou verbais.

Esses acordos podem ser classificados em:

- » **Organizados:** são estabelecidos por meio de conluio como cartéis ou de acordos como o que foi firmado pelos países-membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), nos anos de 1970.
- » **Não organizados:** são acordos em que se verifica a supremacia de uma empresa em relação as demais, de maneira que a empresa líder apresenta a capacidade de tomar as principais decisões que serão seguidas pelas empresas oligopolistas menores.

A ocorrência de estruturas de mercado oligopolizadas está relacionada com pelo menos um dos seguintes fatores:

- » **Fatores históricos:** empresas que se inseriram em determinado segmento produtivo e criaram um conjunto de vantagens por meio de seu pioneirismo, de maneira que se torna difícil para as empresas entrantes conseguirem competir em igualdade de condições com a empresa pioneira. Por um lado, a empresa pioneira, em razão de sua vantagem, dispõe de uma parcela significativa do mercado e, por outro lado, é alvo das estratégias de enfrentamento das empresas menores que buscam maior participação.
- » **Fusões e incorporações:** neste tipo de oligopólio, o número de organizações vai se reduzindo à medida que estas adquirem parte de suas concorrentes. Esse tipo de prática, além de aumentar a participação da organização que adquire outras no mercado, também vai aniquilando aquelas que poderiam oferecer algum tipo de ameaça à soberania de mercado da empresa que se perpetua. O setor auto-

mobilitário verificou um intenso processo de fusões e de aquisições de empresas na década de 1930, quando desapareceu do mercado um grande número de pequenas empresas e se consolidou apenas um pequeno grupo de grandes empresas.

- » **Implantação de políticas específicas:** este é o tipo de oligopólio consentido pelo Estado em razão de seus interesses, ou dos interesses da sociedade. Tomemos como exemplo o caso brasileiro, na década de 1950, quando o governo liderado pelo então Presidente da República Juscelino Kubstischek estimulou o estabelecimento de empresas de capital estrangeiro como forma de produzir bens internamente para reduzir a importação de manufaturados. Esse processo foi caracterizado pelo estabelecimento de um número reduzido de empresas nos segmentos de grande porte, como os setores naval e automobilístico.

Assim como no caso do monopólio, também encontramos vantagens e desvantagens no oligopólio. Leia a seguir!

Em relação às vantagens, notamos que, em alguns casos, devido às incertezas das ações de empresas que compõem o mercado oligopolista, a postura em relação aos preços e ao avanço tecnológico se assemelha à estrutura de concorrência perfeita. Em relação às desvantagens possíveis, verificamos, em muitos casos, que as empresas oligopolistas acabam não praticando preços em um patamar normal, por causa do poder de mercado exercido pelas empresas, principalmente se houver uma empresa líder.

Oligopsônio

Essa estrutura de mercado está para o oligopólio assim como o monopsônio está para o monopólio. No oligopsônio, existem apenas algumas empresas que demandam a produção de diversos agentes vendedores. Tal qual ocorre no oligopólio, são observados oligopsônios puros e diferenciados, dependendo da natureza do produto ofertado. A diferença entre eles é marcada apenas se o oligopsônio demanda produto diferenciado ou não.

Podemos encontrar um exemplo de como funciona um oligopsônio no segmento de frigoríficos, que apresenta um número restrito em determinada região, porém um número elevado de pecuaristas para vender gado. Em razão do número restrito de frigoríficos para vender seu rebanho no período de abate, os pecuaristas estão sujeitos a uma quantidade limitada de compradores.

Concorrência Monopolística

O mercado de concorrência monopolística apresenta muita semelhança com a concorrência perfeita, já que sua estrutura é também bastante atomizada. Entretanto seus produtos apresentam características não homogêneas, de maneira que o produto de um ofertante não é igual ao produto do outro.

Nesse tipo de estrutura mercadológica são fatores relevantes as preferências do consumidor em relação às características singulares do produto ou serviço de determinado produtor e as estratégias de venda – promoção das qualidades ou distinções dos produtos por parte dos ofertantes. A característica dessa estrutura de mercado permite que o ofertante tenha, pelo menos por algum tempo, domínio sobre a preferência de consumo de alguns clientes.

Tal preferência, todavia, pode ser quebrada caso o empresário resolva elevar muito o preço de venda, pois o consumidor pode, ainda que com menor satisfação, encontrar um bem substituto que se aproxime ao bem que consumia antes. Da mesma maneira, o consumidor pode migrar para outro produto, caso verifique vantagens como melhor qualidade ou menor preço. São exemplos desse tipo de estrutura as padarias, as pizzarias, os restaurantes, os produtores de artigos de higiene e beleza e vestuário, entre outros.

Mercado de Concorrência Perfeita

A última estrutura de mercado que nos resta apresentar é a denominada concorrência perfeita, cujas propriedades são:

- » **livre mobilidade:** os agentes podem entrar ou sair do mercado em busca de uma situação que lhes seja mais conveniente, sem conviver com a existência de barreiras;
- » **ausência de externalidades:** como não há diferenciação entre os produtos, e os agentes são tomadores de preço, não existem vantagens ou desvantagens em se optar por este ou por aquele bem ou serviço;
- » **transparência:** as informações são disponibilizadas para todos os agentes presentes no mercado, não existindo assimetria de informações; e
- » **divisibilidade perfeita entre insumos e produtos:** todos os produtos fabricados encontram, sem distinção, os insumos produtivos na mesma quantidade.

Esclarecemos que essa estrutura é muito mais uma abstração da realidade, um ideal de mercado a ser buscado, do que um tipo de estrutura comumente verificado no cotidiano. Sendo assim, a concorrência perfeita ocorre em mercados totalmente atomizados cujos bens ou serviços ofertados sejam completamente homogêneos, de maneira que sejam substitutos perfeitos entre si.

Como a concorrência perfeita está mais para um objetivo a ser alcançado do que para um mercado real, sua exemplificação é difícil; todavia, ressaltamos que esse modelo de mercado é bastante útil para verificar quais são os fatores de desajuste nas alocações da economia em busca de mercados mais eficientes. Desse modo, estruturas de mercado que consigam se aproximar da concorrência perfeita se constituem em situações em que há maior benefício social.

Complementando...

- » Sobre estruturas de mercado nas formas de concorrência, monopólio e oligopólio, consulte a obra “Introdução à Economia”, dos autores Paul Krugman e Robin Wells.

Resumindo

Nesta Unidade, esperamos que você, caro estudante, tenha conhecido e compreendido mais as estruturas de mercado existentes na economia. Como você deve ter notado, em termos teóricos, há registros de casos extremos, com presença de um único produtor influenciando preço e quantidade, bem como estruturas formadas por número significativo de produtores sem poder de influenciar tais variáveis. Aqui apresentamos as características e os exemplos de tipos de estrutura de mercado, com diferentes formas de organização de produção e de consumo, definidoras de preço e quantidade, sendo indispensável o entendimento de que o funcionamento do mercado é mais complexo do que a simples condição de agentes econômicos ofertando e consumindo bens e serviços, a determinado preço e quantidade.

Estamos certos de que o conteúdo exposto nesta Unidade ampliou sua visão sobre as estruturas de mercado, agregando novos conhecimentos sobre economia. Aproveite este momento de pausa na leitura para testar seu aprendizado, respondendo às questões a seguir. Boa atividade!

Atividades de Aprendizagem

1. Qual é a diferença entre um mercado atomizado e um não atomizado? Em qual deles pode haver influência na determinação dos preços?
2. Qual é a diferença entre mercado puro e mercado imperfeito? Em qual deles o consumidor pode mudar de produto sem perda ou ganho de satisfação em razão das características do bem ou serviço?
3. Quais são os tipos de barreiras à entrada de empresas no mercado que permitem a ocorrência de um monopólio?
4. O que é um monopsônio? Qual é sua diferença em relação a um monopólio?
5. Quais são os tipos de monopólios possíveis? Qual deles é o mais facilmente encontrado?
6. Descreva sucintamente o que é estrutura de mercado de concorrência monopolística.
7. Que tipo de característica o mercado de concorrência perfeita apresenta em relação à quantidade de agentes econômicos e à característica do bem ou serviço? Esse é um tipo de estrutura de mercado comumente encontrada na economia?

UNIDADE 5

A Empresa como Organização: custos de transação e seus fundamentos

Objetivo

Nesta Unidade, você vai:

- » Conhecer os custos de transação de uma empresa e seus fundamentos.

A Empresa como Organização: custos de transação e seus fundamentos

Caro estudante!

Nesta Unidade, vamos apresentar o conceito de custos de transação e explicar como eles ocorrem. Que custos são estes? São os custos das empresas envolvidos na negociação, redação e cumprimento de seus contratos. Para realizar suas atividades, as empresas recorrem ao mercado; produzem, internamente, o que necessitam; ou estabelecem estrutura de governança que administra, de forma cooperativa e organizada, as relações mercantis com outros agentes. Compreender a natureza e os fatores determinantes dessas transações é muito importante para você, futuro administrador, que vai utilizar esse conhecimento para subsidiar várias de suas decisões gerenciais. Vamos continuar essa jornada por mais conhecimento? Bons estudos!

Custos de Transações: significado e características

No desenvolvimento de qualquer atividade econômica, destaque especial é dado aos custos de produção. Existe, em geral, a preocupação empresarial a respeito de quanto vai custar a fabricação de determinado produto, bem como do particular sobre quais são os itens da pauta dos custos de produção mais elevados. Nesse cenário, os custos de transação são colocados em segundo plano; em verdade, são negligenciados! E isso não deveria ocorrer, pois há custos de transação todas as vezes que os empresários e seus agentes recorrem ao mercado para negociar, redigir e garantir o cumprimento de um contrato.

Os custos de transação são todos os recursos econômicos necessários ao planejamento, ao ajuste e ao monitoramento de ações que garantam, de modo satisfatório, o cumprimento do arranjo institucional para as partes envolvidas.

Esses custos não podem ser confundidos com os custos de produção e envolvem dois momentos: *ex-ante* (coleta de informações de um contrato) e *ex-post* (rompimento de um contrato).

Coase (1937) levanta questões que são cada vez mais hodiernas, dado o nível elevado de terceirização das atividades econômicas:

- » Por que há um grande número de transações de compra e venda de bens no mercado?
- » Quando é mais interessante para a empresa produzir no seu interior, sob condição de uma estrutura organizacional hierárquica?
- » Quando é mais relevante para a empresa deixar que o mercado coordene o sistema de produção, adquirindo, nesse espaço, os bens necessários?

Para Coase (1937), determinadas transações apresentam custos elevados que poderiam ser eliminados ou reduzidos se fossem deslocados para o interior da empresa. Contudo nem sempre a empresa possui condições técnico-produtivas de fabricar determinado insumo; e, mesmo tendo condições, pode ser mais vantajoso economicamente adquiri-lo no mercado. Por isso, quando uma empresa opta por realizar transação no mercado, em vez de ela própria produzir o que necessita, precisa considerar o arranjo institucional que estabelece as condições de competição ou cooperação nesse mercado. Esse arranjo é processado sob condições em que estão presentes normas, costumes, convenções, regras, contratos etc., enfim, aspectos que estabelecem as bases para a produção, a troca e a distribuição de bens.

Observamos que o mercado é pautado por várias características, dado que é resultado de arranjo institucional estabelecido, e suas condições variam de lugar para lugar.

Considerando que as empresas recorrem cada vez mais ao mercado, os custos de transação não são negligenciáveis e sim importantes. Williamson (1985) aponta duas características marcantes no processo decisório dos agentes em um mercado:

- » **Racionalidade limitada** – os agentes possuem intenção racional, procuram ser coerentes e dotados de razão, porém agem de forma limitada em seus processos decisórios. Eles se deparam com a impossibilidade de conhecer todas as alternativas e os resultados antes de tomarem suas decisões. Em outros termos, os agentes enfrentam limitações de duas ordens: a primeira decorre da incapacidade humana de acumular e processar informações; e a segunda deriva da limitada capacidade de transmitir informações.
- » **Oportunismo** – a ocorrência de transações possibilita aos agentes agirem de forma intencional e calculista, no propósito de obterem benefício próprio. Agindo de forma oportunista, os agentes distorcem e deturpam informações, bem como realizam promessas sem condições de cumpri-las, apropriando-se de vantagens. Diante de um quadro em que exista incompleta ou distorcida informação, o agente oportunista se compromete: a) antes da transação – a fornecer um insumo que, de antemão, já sabe que não terá condições de entregá-lo; e b) na execução da transação – a fixar um preço, mas reduz a qualidade para diminuir seus custos.

Custos de Transação: atributos

No curso das transações entre agentes, Williamson (1985) elege três atributos fundamentais:

- » **Frequência**: significa o número de transações realizadas pelos agentes em determinado período. A regularidade das transações possibilita aos agentes adquirirem conhecimento das partes, construírem reputação, reduzirem as incertezas, desestimularem ações oportunistas, entre outras ocorrências. A regularidade gera relação de confiança e cooperação, contribuindo para a redução de custos de transações,

uma vez que são estabelecidas estruturas especializadas. O inverso também é verdadeiro: quando as transações são raras, há desconhecimento das partes e grau de incerteza elevado, possibilitando ações oportunistas e a abertura de espaço para ocorrência de custos transacionais.

- » **Incerteza** – relaciona-se com a incapacidade de os agentes obterem conhecimento antes de aparecerem os resultados. Há desconhecimento de variações em itens futuros relacionados a transações, dado que o ambiente econômico está sempre em movimento e em transformação. Nesse quadro, as informações não são fáceis de serem obtidas e, quando o são, não são totais. Além disso, cada agente possui diferentes formas de processar as informações e distinta agilidade para a tomada de decisão, logo há dificuldades em formular previsões confiáveis.
- » **Ativos específicos** – referem-se à ocorrência de requerimento especializado nas relações entre os agentes. Existem ativos que não podem ser reempregados em outras atividades sem sacrifício do seu valor produtivo, caso deixe de exercer a função estabelecida em contrato. Entre os ativos específicos, destacamos:
 - » especificidade geográfica: proximidade geográfica para transações;
 - » especificidade do capital humano: aprendizado do trabalhador;
 - » especificidade física: presença de máquinas e equipamentos;
 - » especificidade de ativos dedicados: presença de ativo dedicado à determinada função;
 - » especificidade de qualidade superior: padrões e marcas existentes; e
 - » especificidade temporal: tempo de ocorrência das transações.

Como está seu entendimento sobre o significado, as características e os atributos dos custos de transação? Caso restem dúvidas em sua leitura, lembre-se de assistir à videoaula disponível no AVEA e de conversar com seu tutor antes de continuar seu estudo.

Natureza dos Contratos

As transações são marcadas por estabelecimento de contratos. Diante da existência de racionalidade limitada, incerteza em relação aos acontecimentos futuros, possibilidade de ocorrência de atitudes oportunistas e presença de ativos específicos no desenvolvimento da atividade econômica, os contratos constituem um requerimento básico para a realização de transações.

Segundo Fiani (2002, p. 273), existem diferentes tipos de contrato, sendo preciso analisá-los de acordo com a configuração dos custos de transação. Nesse sentido, os contratos podem ser enquadrados em quatro tipos:

- » **com cláusulas que especificam, no presente, determinada performance no futuro** – situação em que são descartadas as transações que envolvam complexidade e incerteza e não permitam flexibilidade de ajuste a mudanças futuras;
- » **com cláusulas condicionais** – quadro em que as partes estabelecem um desempenho que dependerá do que ocorrerá no futuro, dificultando sua redação à medida que a complexidade aumenta;
- » **com realização em curto prazo** – quando vendedor e comprador não possuem vínculos contratuais duradouros, sendo redigido nos momentos em que as condições necessárias são concretizadas; e
- » **com relação de autoridade** – estabelecido hoje com direito de selecionar, no futuro, uma performance dentro de um conjunto de possibilidades estipuladas.

Tipos de Transações e Estrutura de Governança

Híbrido

Refere-se a algo que resulta da mistura de dois ou mais elementos diferentes; junção de partes combinando ambas as características. Fonte: Elaborado pelo autor desta obra.

Para o desenvolvimento das atividades econômicas, os agentes procuram reduzir os custos decorrentes da transação efetuada construindo condições de gestão dessa transação por meio de uma estrutura de governanças. Para tanto, contam com três formas de gestão: 1) recorrem ao **mercado**, 2) estabelecem organização **híbrida** e 3) aproveitam a **hierarquia** organizacional existente internamente. Essas formas ocorrem

considerando o ambiente institucional, os pressupostos comportamentais e os atributos da transação, conforme sintetiza a Figura 13.

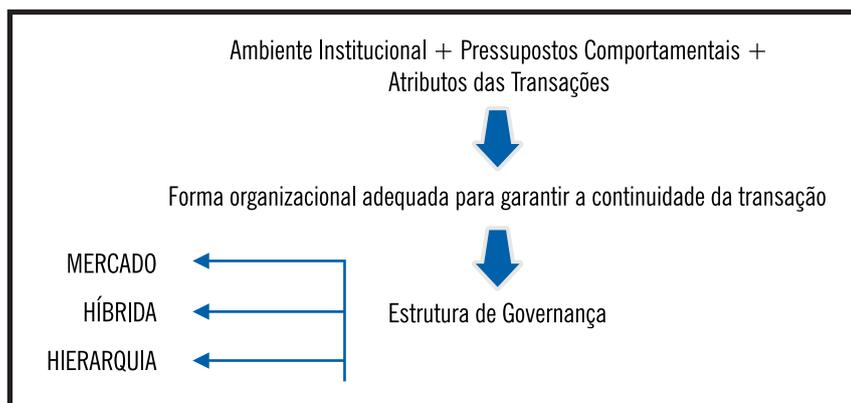


Figura 13 – Raciocínio subjacente à teoria dos custos de transações

Fonte: Pereira, Souza e Cario (2007)

Para a empresa, a organização da atividade econômica realizada por meio do **mercado** – compra e venda – é considerada a mais eficiente em relação a qualquer forma de negociação. Nessa situação, observamos:

- » vantagens de preço superando requisitos como reciprocidade;
- » transação envolvendo negociação prévia de preço e condições de pagamento;
- » referência às relações descontínuas no tempo e impessoais;
- » capacidade de adaptação autônoma no mercado;
- » inexistência de esforços para sustentar a relação de troca entre os agentes;
- » ocorrência de transação segundo produtos padronizados; e
- » inexistência de ativos específicos nas transações.

Quando opta por organizar suas atividades **hierarquicamente**, a empresa processa tal ocorrência por meio da integração vertical de suas operações. Nesse caso, é mais barato o demandante produzir o bem do que recorrer ao mercado, considerando suas necessidades específicas. As transações dessa estrutura:

- » são frequentes em termos temporais;
- » apresentam a identidade das partes envolvidas;
- » possuem ação de comportamento convergente;

- » possibilitam fazer correções de curso; e
- » permitem o controle sobre as transações efetuadas.

A terceira estrutura de governança surge quando a empresa não recorre apenas ao mercado nem opta somente por produzir internamente para organizar sua atividade, mas decide fazer uso de uma estrutura intermediária, intitulada de **híbrida**. A governança híbrida pode ser específica da transação ou assumir governança trilateral. No primeiro caso, os bens transacionados não são padronizáveis, permitindo o estabelecimento de objetivos, metas e outras formas de solucionar problemas – conflitos. No segundo, a especificação *ex-ante* é exigida de uma terceira parte, que será responsável por avaliar a execução da transação e por solucionar eventuais litígios em sua realização. A estrutura de governança híbrida permite que as transações ocorram, em mercados organizados, das mais variadas formas, de acordo com a natureza e as características dos produtos transacionados. São características das transações nesse formato organizacional:

- » cooperação entre as partes;
- » controle das ações;
- » promoção de estímulos;
- » incerteza atenuada;
- » distribuição de riscos do oportunismo; e
- » consideração da especificidade dos ativos.

Para facilitar sua compreensão das diferentes formas de transação e da estrutura de governança, apresentamos alguns exemplos. Acompanhe!

Uma transação em uma **estrutura de governança ditada pelo mercado** ocorre quando determinada empresa de confecção adquire botões para camisas de outra(s) empresa(s), podendo comprá-los em qualquer lugar, considerando o preço como principal determinante. Temos uma **estrutura hierárquica** quando uma empresa fabricante de motores elétricos decide, internamente, aproveitar sua estrutura produtiva para fabricação dos fios elétricos de que necessita. E a **estrutura híbrida** está presente em uma montadora de automóveis, quando esta firma contratos com empresas fornecedoras de produtos da linha de montagem, para entrega e operação de peças especializadas.

A estrutura de governança requer a **coordenação** de transações. Se a governança estabelece as regras para os membros de uma estrutura produtiva, a coordenação assegura sua implementação e aderência a elas. Em outros termos, governar as transações significa estabelecer comportamentos desejados e conseguir efetivá-los a partir de um adequado processo de coordenação.

Farina, Furquim e Saes (1997) ressaltam a importância da coordenação, afirmando que, quanto mais apropriada ela for, menores serão os custos, mais rápidas serão as adaptações às mudanças no mercado e menos conflitos existirão no curso das transações.

Complementando...

- » Sobre custos de transação, consulte o texto “Teoria dos custos de Transação”, do autor Ronaldo Fiana, na obra “Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil”, dos organizadores David Kupfer e David Hasenclever; e a dissertação “Teoria dos custos de transação: uma avaliação à luz de diferentes correntes do pensamento econômico”, do autor Huáscar Fialho Pessalia.

Resumindo

Nesta Unidade, apresentamos a você, caro estudante, os custos de transação que envolvem o desenvolvimento das atividades econômicas de uma organização. Tais custos se referem a dispêndios, por exemplo, com a negociação, a redação e as garantias de cumprimento de acordos firmados em contratos. Esperamos que você tenha compreendido que os agentes envolvidos nessas transações precisam de subsídios para decidir, entre várias possibilidades, se vão adquirir os bens de que necessitam no mercado segundo condições de oferta e demanda; produzi-los, internamente, a partir de uma estrutura produtiva própria; ou estabelecer uma estrutura de gestão para adquiri-los de forma cooperativa e organizada com terceiros. Em geral, as empresas procuram reduzir os custos de suas transações, mas existem características que marcam essas transações e dificultam a melhor escolha, por exemplo, a racionalidade limitada e o oportunismo dos agentes. Por fim, explicamos que os agentes também precisam levar em consideração nesses diferentes cenários: o número de vezes que ocorrem as transações – a frequência –; o nível de incerteza ou indeterminação dos resultados a serem alcançados; e os ativos específicos, que servem a determinada ocorrência.

Esperamos que você tenha compreendido bem o conteúdo desta Unidade e, com isso, possa responder facilmente às questões a seguir. Lembre-se de interagir no AVEA com seus colegas de curso e de esclarecer suas dúvidas com seu tutor quanto antes.

Atividades de Aprendizagem

1. O que são custos de transação?
2. Por que os agentes possuem racionalidade limitada, dificultando as condições de transação no mercado?
3. Por que os agentes usam de atitudes oportunistas quando transacionam no mercado?
4. A frequência com que são feitas as transações impacta os custos transacionais? Explique.
5. A incerteza em relação a futuro promove custos transacionais?
6. Por que os ativos específicos são considerados um dos atributos importantes no curso das transações?
7. Por que as empresas recorrem aos contratos em suas transações no mercado?

UNIDADE 6

A Empresa como Organização: determinantes e características da inovação

Objetivo

Nesta Unidade, você vai:

- » Conhecer o conceito de inovação, seus elementos e suas características.

A Empresa como Organização: determinantes e características da inovação

Caro estudante!

Nesta Unidade, vamos discutir a inovação como requerimento importante para uma empresa se qualificar e ter melhores condições no mercado. Há um tratamento teórico, de base schumpeteriana, que explica como surgem as inovações, seus determinantes, os mecanismos impulsionadores, as ações estratégicas, entre outros aspectos. Nessa perspectiva, o processo inovativo não é ocasional e acidental, ao contrário, requer capacitação, esforços de busca, planejamento, interação com fornecedores, universidades e institutos de pesquisa. Em consequência, o resultado virtuoso da inovação possibilita maior demanda pelo produto fabricado, retorno financeiro positivo pelos esforços empreendidos, elevação do *market-share* no mercado, entre outros ganhos. Compreender os fundamentos dessa abordagem é um requerimento de aprendizagem para você, futuro administrador! Então, faça uma leitura atenciosa deste conteúdo, assista à videoaula e confira o resultado dos seus esforços respondendo às atividades ao final da Unidade. Boa leitura!

Inovação: significado e características

A inovação para Schumpeter (1988) se refere à introdução de novas combinações que se traduzem em novos produtos, processos, insumos, mercados e organização industrial. Para Dosi (1988a; 1988b), autor neoschumpeteriano, a inovação se refere a processos de busca, descoberta,

experimentação, desenvolvimento, imitação e adoção de novos produtos, novos processos e nova organização. Nesses termos, a inovação implica mudança, transformação e alteração da estrutura e do *status* existentes e, com isso, impulsiona o sistema econômico para outro patamar de desenvolvimento.

A inovação não constitui um fenômeno estanque, aleatório e muito menos um ato único, ao contrário, é mais bem definida como uma série de atos unidos em um processo inventivo, de carácter sistêmico e crucial para explicar o desenvolvimento econômico.

Dosi (1988a; 1988b) aponta várias características virtuosas da inovação:

- » amplas possibilidades de aplicação;
- » demanda crescente;
- » queda persistente do custo unitário;
- » crescente complexidade dos novos conhecimentos e tecnologias utilizadas;
- » aceleração do processo de geração e fusão do conhecimento; e,
- » intensificação do processo de adoção e difusão das inovações.

Segundo esse autor, há fatores que induzem ao processo inovativo e o estimulam, podendo ser provocado pela escassez de um insumo importante, pela busca de lucro acima da média do setor, por preços relativos elevados, entre outros listados a seguir:

- » gargalo tecnológico inter-relacionado;
- » escassez de insumo crítico;
- » abundância de insumo particular;
- » composição, mudança e taxa de crescimento da demanda;
- » nível e mudança dos preços relativos;
- » padrão de conflito industrial; e
- » busca por lucro extraordinário.

Cario e Pereira (2002), entre outros autores, realizaram estudos que expressam linhas de interpretação sobre os determinantes da inovação como a que aponta as **forças do mercado** como principal determinante da mudança

técnica. Nessa perspectiva, as empresas reconhecem as necessidades no mercado e tentam satisfazê-las por meio de avanços tecnológicos. Essa linha interpretativa é conhecida como **demand pull**.

Outra linha de interpretação responsabiliza a **tecnologia como dinamizadora do processo inovativo**, isto é, a inovação é determinada exclusivamente pela ciência. Nessa perspectiva, o desenvolvimento científico possui autonomia e impulsiona o desenvolvimento tecnológico de novos produtos e novos processos. Essa visão é chamada de **technology push**.

Exógeno

Que provém do exterior, que se produz no exterior (do organismo, do sistema), ou que é devido a causas externas. Fonte: Houaiss (2009).

A primeira interpretação recebe críticas por ser incapaz de explicar o tempo das inovações e a descontinuidade de seus padrões, enquanto a segunda recebe questionamento sobre sua veracidade por considerar a ciência **exógena** e neutra na interação da tecnologia com a economia.

Diante dessas críticas, existe outra interpretação mais explicativa determinando os esforços inovativos? Acompanhe a leitura!

Há uma importante interpretação que considera a existência de **paradigma tecnológico** como um determinante importante do processo inovativo. Esse determinante se firma a partir de um modelo, ou padrão de soluções de problemas técnicos, baseado em princípios científicos selecionados e em técnicas específicas. O paradigma compreende a definição dos problemas relevantes que devem ser atacados e as tarefas que devem ser realizadas em um modelo de investigação, considerando a tecnologia material e os tipos de artefatos que serão usados e melhorados (DOSI, 1988a; 1988b).

A solução de problemas técnicos que determinado paradigma encontra ao longo do tempo resulta em uma linha virtuosa de progresso técnico. Essa linha que expressa os resultados positivos resultantes dos esforços inovativos empreendidos é denominada de **trajetória tecnológica** (DOSI, 1988a; 1988b). Tome com exemplo a trajetória tecnológica percorrida pelo automóvel. O primeiro automóvel da era moderna surgiu em 1876, com pouco a oferecer aos consumidores em relação aos automóveis dos anos 2000. Ao longo do tempo, inúmeros problemas técnico-produtivos foram superados e resultam, hoje, em maior segurança, velocidade, desempenho, conforto, funcionalidade etc.

Esse conteúdo está claro para você? Não? Então, assista à videoaula desta Unidade, ela será de grande ajuda para a efetividade de seus estudos. Se as dúvidas permanecerem, consulte seu tutor quanto antes!

Procedimentos Inovativos: busca, rotina e seleção

O sistema econômico brasileiro atual, o capitalismo, é caracterizado por processos constantes de mudança e de transformação. Trata-se, em verdade, de um sistema marcado por evolução. Nesse contexto, a inovação é considerada grande responsável pelas transformações ao propiciar saltos quantitativos da produtividade, melhorias nos produtos e processos, reorganização produtiva, transformações institucionais – regras, leis, normas, costumes, hábitos, entre outros. Por outro lado, o processo inovativo também é marcado por incerteza e insegurança em relação aos resultados que os agentes buscam alcançar. Por isso, muitas empresas passaram a fazer arranjos institucionais e organizacionais para alcançar êxito em seus esforços empreendidos. Não raro, criam departamentos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e laboratórios técnicos que contam com profissionais qualificados, equipamentos especializados, recursos financeiros anuais etc. Assim, as inovações passam a fazer parte do cotidiano das empresas, sendo inseridas nas decisões empresariais de forma permanente.

Como mencionamos anteriormente, segundo o tratamento de base shumpeteriana, o processo inovativo não é espontâneo, ocasional e circunstancial. A inovação requer esforços regulares e procedimentos constantes. Nelson e Winter (1982) observam que as empresas adotam procedimentos sequenciais expressos em procedimentos de **busca**, **rotina** e **seleção** para inovar. A **busca** se refere à eleição de esforços voltados à promoção da inovação. Nesse caso, a empresa programa, desenha e estabelece procedimentos que devem ser realizados para alcançar determinado resultado, levando em conta o desenvolvimento de tarefas rotineiras. Para fixar uma **rotina** voltada a inovar, a empresa considera, por exemplo, fatores de produção – insumos, mão de obra –; estoque de capital – máquinas, equipamentos –; capacidade de modificar procedimentos – revisão e alteração dos existentes. Como parte desse procedimento, promove **seleção** interna das várias alternativas e a submete posteriormente à seleção no mercado.

Inovação: aprendizado e conhecimento

Diferentes mecanismos de aprendizagem possibilitam a ocorrência de fluxos de conhecimento e de trocas de informações, que criam condições favoráveis à promoção da inovação em uma empresa. Segundo Malerba (1992), os principais mecanismos são:

- » **Aprender por fazer:** competências adquiridas pelo trabalhador, na realização de tarefas contínuas e repetitivas, promovem melhorias nos produtos e processos da empresa.
- » **Aprender por usar:** informações relatadas pelo consumidor às empresas fornecedoras depois de utilizado determinado produto permitem que elas conheçam os limites e problemas desse produto e possam aperfeiçoá-lo, melhorando suas qualidades.
- » **Aprendizado por interação:** interações entre os agentes – empresas, fornecedores, universidades e institutos de pesquisa – geram fluxo de informação e transferência de conhecimento que potencializam inovações.
- » **Aprendizado por busca:** procedimentos sistemáticos de busca realizados em laboratórios por engenheiros e técnicos em geral, no curso de suas atividades, geram condições para proposição de mudança técnica.
- » **Aprendizado a partir de avanços na ciência e tecnologia:** situação em que a empresa absorve os novos desenvolvimentos alcançados pela ciência e tecnologia, incorporando-os em suas atividades inovativas.

Em suma, há situação em que o trabalhador habilidoso e experiente, no cotidiano de suas operações, sugere uma mudança técnica que é aceita pela empresa. Da mesma forma, a interação da empresa com fornecedores de máquinas e equipamentos constitui um canal importante para troca de experiências operacionais, resultando em melhorias técnicas nos produtos oferecidos, e relatos de consumidores sobre o uso de determinado produto – qualidade, durabilidade, eficiência etc. – possibilitam ao fabricante melhorar o *status* técnico de um produto inovador.

Está claro para você como esses mecanismos podem colaborar para a promoção da inovação? Converse com seus colegas sobre esse tema para esclarecer suas dúvidas e compartilhe exemplos reais próximos a você. Depois dessa pausa, continue sua leitura.

Inovação, Empresa e Ambiente Tecnológico

Cada empresa atua em um segmento econômico que apresenta produtos com propriedades tecnológicas específicas. Cario e Pereira (2002) e Mello (2008) fazem, a partir de Dosi (1988b), Malerba e Orsenigo (1993, 1997) e Breschi, Malerba e Orsenigo (2000), uma síntese dessas propriedades, destacando as características de aproveitamento das oportunidades tecnológicas, de agregação de conhecimento ao longo do tempo, de elementos que asseguram a apropriabilidade tecnológica dos resultados econômicos e de estrutura base de conhecimento.

Oportunidades Tecnológicas

Na busca de solução para problemas técnicos, abrem-se possibilidades para o surgimento de algo novo, portanto inovação. Nesse momento, vários aspectos devem ser considerados no propósito de aproveitar as **oportunidades tecnológicas**, os quais destacamos: os incentivos da empresa para investir em inovação; a variedade de oportunidades colocada em termos de maior número de soluções e de possibilidades; a expansão da utilização e da aplicação da inovação; e o acesso a fontes de informações tecnológicas.

As oportunidades tecnológicas não são iguais para as empresas, suas condições de aproveitamento podem variar entre alta e baixa. Dependendo do momento em que os agentes buscam soluções, também pode ocorrer maior ou menor variedade de soluções. De mesmo modo, o conhecimento aplicado na solução dos problemas técnicos pode ter alta ou baixa complexidade (conteúdo), penetrabilidade (inserção em outros setores) e difusão (propagação).

Cumulatividade do Conhecimento

O processo inovativo leva em consideração o conhecimento acumulado de períodos anteriores, ou seja, a tecnologia evolui a partir da preexistente, por isso o conhecimento constituído ao longo do tempo desempenha papel importante para os avanços tecnológicos. Essa propriedade explica porque algumas empresas possuem melhores condições de desenvolver processos inovativos do que outras.

Logo, o aprendizado existente em uma empresa contribui para o acúmulo de conhecimento e seu avanço tecnológico, sobressaindo-se a experiência e a habilidade dos agentes para executar tarefas que gerem e ampliem o conhecimento existente e induzam à obtenção de novos conhecimentos. Essa propriedade é mais bem aproveitada nas empresas que possuem infraestrutura laboratorial, realizam investimentos em P&D permanente e contam com trabalhadores qualificados.

Apropriabilidade dos Resultados

Uma empresa inovadora deve proteger seus produtos e serviços contra imitações, ou plágio, no sentido de resguardar os lucros gerados pelos esforços/ resultados inovativos realizados e de preservar as propriedades do conhecimento e dos dispositivos tecnológicos internos. Para garantir a inovação sob seus domínios, utiliza a curva de aprendizagem adquirida ao longo do tempo, com sua experiência, seu conhecimento e seu progresso acumulados; o *lead time* – ganho que se tem em tempo, do início ao fim de um ciclo –; e o **registro de patente**.

No Brasil, a instituição que regula o registro de patente é o Instituto de Propriedade Intelectual (INPI). Entre os serviços do INPI, estão os registros de marcas, desenhos industriais, indicações geográficas, programas de computador e topografias de circuitos integrados, as concessões de patentes e as averbações de contratos de franquia e das distintas modalidades de transferência de tecnologia. Na economia do conhecimento, esses direitos se transformam em diferenciais competitivos, estimulando o surgimento constante de novas identidades e soluções técnicas. Para saber mais detalhes, consulte: <<http://www.inpi.gov.br/sobre/estrutura>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

Conhecimento base

O conhecimento é fundamental para a realização do processo inovativo. E não estamos falando de qualquer conhecimento, trata-se daquele considerado fundamental e essencial relacionado ao problema técnico que se pretende resolver. Nesse contexto, a empresa deve considerar o nível de conhecimento existente, os meios de transmissão do conhecimento, a capacidade de organização do conhecimento, bem como as fontes e o acesso às informações que contribuem para alimentar o conhecimento, entre outros requerimentos.

O conhecimento pode assumir características diversas, como ter origem privada (acesso restrito) ou pública (livre acesso); ser codificado (expresso em manuais e livros), simples (fácil acesso), complexo (difícil acesso), específico

(particularizado), não padronizado (diferente), independente (autônomo), dependente (subordinado), tácito (implícito, oculto).

Padrão Setorial de Inovação

Uma das formas de analisar a economia é sob a perspectiva setorial – agricultura, indústria e serviços. Em cada setor existem subdivisões. No setor industrial, por exemplo, há segmentos que fazem parte da indústria de transformação: têxtil, confecção, alimentos, máquinas e equipamentos, eletrônicos, material de transportes. Esse setor é muito importante para a atividade econômica de um país, em especial porque seus investimentos afetam outros segmentos; gera divisas internacionais; promove economias de escala e de escopo com ganhos de produtividade, entre outros. Além disso, ganha destaque como importante espaço para a ocorrência de inovações, provocando efeitos tanto internamente, em seus distintos segmentos, quanto externamente, nos setores da agricultura e serviços.

Também na estrutura industrial há diversidade setorial da inovação. Alguns segmentos industriais inovam mais; outros, menos. Existem segmentos cujo desenvolvimento tecnológico depende muito da ciência e do conhecimento como os de fármaco, eletrônica e biotecnologia; outros, como têxtil, confecção, alimentos e calçados, dependem de outros segmentos, por exemplo, das indústrias de bens de capital, que fabricam máquinas e equipamentos.

Pavitt (1984) classifica as indústrias como usuárias e produtoras de tecnologia em grandes grupos, e Cario e Pereira (2002) sintetizam o significado de cada setor, a partir da leitura de Breschi e Malerba (1997) e Pavitt (1984).

O primeiro grupo compreende as indústrias, cuja dinâmica inovativa é **dominada por fornecedores**. Nesse grupo, as inovações ocorrem, em sua maioria, por processos, estando presente nas máquinas e nos equipamentos e em insumos de outras indústrias; objetivam a redução de custos; e a manutenção dos ganhos resultantes da inovação não é muito grande por longo tempo. As empresas industriais procuram se apropriar dos resultados por meio das marcas registradas e dos licenciamentos. Estão inseridas nesse grupo as indústrias têxtil, de vestuário, de calçados, de mobiliário.

O segundo grupo é composto de **firmas intensivas em escala de produção**, cujas inovações ocorrem tanto em processos como em produtos, sendo

as inovações de processo, em muitos casos, produzidas pelas próprias empresas deste grupo, ainda que fornecedores ocupem lugar de importância nos dias atuais. As inovações geradas ampliam as economias de escala e de escopo, e as formas de apropriabilidade tecnológica e seus resultados são variadas, como registro de marca e de patente, aprendizado e *lead time*. Figuram, neste grupo, as indústrias de bens duráveis eletrônicos e automóveis.

No terceiro grupo, encontramos os **fornecedores especializados**, cujas inovações decorrem de produtos que atendem a demandas específicas de outras indústrias. As empresas que participam deste grupo industrial são de grande porte e a apropriação da tecnologia desenvolvida e de seus resultados é garantida por meio de patenteamento. São exemplos as indústrias mecânica e de instrumentos de engenharia.

Por fim, o quarto grupo é composto de **indústrias baseadas na ciência**. As empresas deste grupo dependem do avanço do conhecimento para realizarem inovação; desenvolvem atividades inovativas em laboratórios próprios; mantém interações com universidades e institutos de pesquisa; destinam parte importante do faturamento para P&D; geralmente têm porte elevado; e procuram garantir a apropriabilidade tecnológica e seus resultados por meio de patentes. Exemplos marcantes deste grupo são as indústrias química e eletrônica.

Estratégias e Assimetrias Tecnológicas

Para enfrentar um cenário de mudanças tecnológicas e de concorrência cada vez mais acirrada no mercado, as empresas adotam estratégias tecnológicas, implementando ações prospectivas que buscam maior especialização e sobrevivência no mercado. Essas ações levam em conta a trajetória tecnológica (resultado do progresso técnico alcançado), as mudanças no ambiente (econômico, político e institucional) e o comportamento da empresa (ativo e defensivo).

Um estudo clássico realizado por Freeman (1974) é referência em classificação de estratégia tecnológica, cujos itens e respectivas características apresentamos no Quadro 2.

Estratégia	Características
Ofensiva	Há elevado investimento em P&D e introdução constante de novos produtos. É utilizada por empresas que querem estar na liderança do mercado e possuem um forte setor interno de P&D. Geralmente, são grandes empresas ou, em menor número, pequenas e novas empresas arrojadas.
Defensiva	O investimento em P&D é uma forma de manter a liderança. Periodicidade e natureza das inovações são diferentes daquelas que adotam a estratégia ofensiva. Introdução de inovações incrementais para melhoria de produtos e redução de custos. São comuns em países desenvolvidos menores.
Imitativa	O foco é em sistema de informação e seleção de aspectos de geração de tecnologias próprias para trabalhar aspectos institucionais e legais de licença e <i>know-how</i> . Apenas querem seguir as tendências de mercado. Necessitam de algumas vantagens, como mercado cativo, localização estratégica, proteção tarifária etc. O departamento de P&D tende a ser especializado em adaptação de produtos.
Dependente	Não há preocupação em estabelecer P&D, mas sim em estabelecer relações de dependência institucional com outras empresas de maior expressão. Geralmente são subcontratadas de grandes empresas. A adoção de inovações é decorrência dos pedidos dos clientes.
Tradicional	Não adotam mudanças por que o mercado não pede alterações e a concorrência não estimula. São nulas em ciência e tecnologia, mas possuem capacidade de imitar as empresas líderes apenas com pequenas mudanças nas inovações. Operam em condições extremas de competição. Acesso mínimo a tecnologia.
Oportunista	Procuram ocupar nichos de mercado não preenchidos pelas grandes e médias empresas. Inexiste política de P&D. Apresentam características similares àquelas que adotam estratégias tradicionais, entretanto, são mais vulneráveis às mudanças tecnológicas endógenas e podem inovar com a identificação de alguma oportunidade ou nicho de mercado.

Quadro 2 – Estratégias tecnológicas

Fonte: Elaborado a partir de Freeman (1974), Mello (2008) e Cario e Pereira (2002)

As empresas adotam estratégia ofensiva com o objetivo de manter e/ou aumentar sua participação no mercado. Nesse caso, são aquelas que fabricam produtos com elevado perfil técnico, exploram as oportunidades tecnológicas, mantêm interação com universidades, destinam elevado percentual do faturamento para P&D, possuem técnicos qualificados em seus laboratórios e utilizam o registro de patentes como proteção. Nas empresas que adotam estratégias defensivas, a postura é seguir as líderes do setor em que atuam, com certa defasagem temporal.

Contam com laboratórios, pessoal e recursos, contudo esperam os resultados alcançados pelas líderes para agirem. Em caso de sucesso, seguem o caminho das líderes; em caso de fracasso, evitam as perdas assumidas pelas líderes.

Cario e Pereira (2002) resumem as demais estratégias apontando a existência de empresas que copiam as modificações, os projetos e as concepções de seus competidores (estratégia imitativa); tornam-se submissas a outras e não iniciam uma inovação ou promoção de alterações significativas (estratégias dependentes); adotam mudanças de forma lenta, em razão de o mercado não demandar inovação (estratégias tradicionais); e possuem habilidades para explorar nichos de mercados (estratégias oportunistas).

Complementando...

- » Sobre inovação, consulte a obra “Gestão da inovação: a economia da tecnologia no Brasil”, do autor Paulo Bastos Tigre.

Resumindo

Nesta Unidade, caro estudante, vimos que a inovação é considerada um dos principais instrumentos competitivos das empresas no mercado. Em sentido amplo, inovação significa mudança, transformação e alteração do estado existente, seja em produto, seja em processo, seja em organizações. Explicamos que várias são as linhas interpretativas dos determinantes da inovação, contudo ressaltamos que o tratamento que elege o paradigma tecnológico como um padrão de solução para problemas técnicos existentes a partir de princípios científicos e técnicos é mais virtuoso em relação aos demais – demanda de mercado e orientado pela ciência. Estudamos sobre os processos de busca, rotinas de trabalho e seleção dos resultados encontrados. Entendemos que a inovação depende de conhecimento, considerado insumo principal, que é alimentado pelo aprendizado e se expressa de diferentes formas (por fazer, usar, interagir, entre outras). Estudamos ainda que a inovação tem propriedades que se estabelecem no ambiente em que ela é desenvolvida, por exemplo, as oportunidades tecnológicas que podem ser aproveitadas, o acúmulo de conhecimento obtido, a possibilidade de manter a posse técnica e econômica por certo tempo e fundamento. Nesse contexto, as indústrias se apresentam como usuárias e produtoras de tecnologias, firmando diferentes padrões setoriais de inovação. Há indústrias que comandam a inovação; outras, são dominadas por fornecedores inovadores. E cada uma estabelece sua estratégia tecnológica.

Agora que você já fez a leitura atenciosa desta Unidade e assistiu à videoaula, responda às atividades que elaboramos para você conferir o seu aprendizado.

Atividades de Aprendizagem

1. Qual é o significado de inovação?
2. Quais são as características virtuosas da inovação?
3. Quais são os fatores que impulsionam a inovação?
4. Explique o significado de paradigma tecnológico. Você o considera superior ao tratamento que aponta o mercado como principal indutor da inovação?
5. Os esforços voltados à inovação são cada vez mais institucionalizados pelas empresas? Explique.
6. Como ocorrem os processos de busca, rotina e seleção voltados à inovação?
7. Dos mecanismos de aprendizagem citados no texto da Unidade 6, comente dois que você considera mais relevantes para as empresas promoverem inovações.
8. Comente as características apresentadas pelos segmentos fornecedores de tecnologias, no âmbito do padrão setorial de inovação.
9. O que são oportunidades tecnológicas? Como elas se apresentam no mercado?
10. Eleja duas das estratégias tecnológicas que você considera mais relevantes para as empresas. Justifique sua escolha.

UNIDADE 7

Mensuração da Atividade Econômica

Objetivo

Nesta Unidade, você vai:

- » Estudar e compreender as formas de mensuração da atividade econômica a partir dos agregados macroeconômicos.

Definindo a Contabilidade Social e seus Objetivos

Caro estudante!

Nesta Unidade, vamos apresentar o significado dos principais agregados macroeconômicos e a maneira como são calculados seus indicadores. Os agregados macroeconômicos são constituídos a partir de indicadores de renda, de despesa e do produto nacional, de maneira que sua obtenção ocorre a partir da mensuração das transações realizadas pelos agentes econômicos. É de suma importância que você compreenda esses agregados, pois eles possibilitam o acompanhamento do desempenho da economia de um país ao longo do tempo, bem como permitem comparações entre diferentes economias nacionais. Prepare-se, a partir de agora você vai aprender mais de economia a partir da área de estudo intitulada Contabilidade Social. Boa leitura!

A Contabilidade Social, ou Contabilidade Nacional, abrange os seguintes fatores:

- » desenvolvimentos conceituais: adota toda a economia como uma unidade de referência;
- » diferenciação dos principais fluxos macroeconômicos interconectados: o produto, a renda, o dispêndio;
- » aproximações progressistas no modelo sistematizado de contabilidade social: parte de uma concepção simplificada de economia até chegar, por meio de sucessivas adições, a um sistema completo de agentes, de transações e de agregados; e
- » definição e diferenciação dos principais agregados macroeconômicos: Produto Nacional Bruto (PNB), Produto Interno Bruto (PIB), Produto Nacional Líquido (PNL), Receita Nacional e Renda Pessoal Disponível.

A necessidade de mensuração da atividade econômica surge em razão dos impactos negativos que resultam das flutuações econômicas. Com efeito, a contabilização da atividade econômica é uma forma de prover o sistema econômico de informações, estas permitem o planejamento da atividade econômica bem como o estabelecimento de parâmetros e metas para o desenvolvimento dessas atividades.

Dessa maneira, são objetivos da Contabilidade Nacional:

- » o planejamento de políticas antidepressão, capazes de criar panoramas de sustentabilidade do crescimento da economia, dos níveis de emprego e da produção;
- » o conhecimento da estrutura e do potencial dos sistemas nacionais, com o objetivo de traçar programas de desenvolvimento socioeconômico; e
- » o suprimento de dados agregados internacionalmente compatíveis, para uso das entidades multilaterais que se originaram no pós-guerra, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

A Contabilidade Social é uma ferramenta importante para o estabelecimento de políticas de desenvolvimento econômico e social, de planejamento e de definição de metas e para a identificação de setores econômicos que não estejam apresentando resultados esperados em um país. Serve aos órgãos internacionais como forma de comparar os diferentes padrões de desenvolvimento dos países a fim de auxiliar, quando necessário, na promoção de ações desenvolvimentistas.

O Papel da Despesa e da Renda na Economia

Uma das formas de verificar o sucesso econômico de uma pessoa é conhecer sua renda. Da mesma forma, para ter um termômetro do comportamento da economia de um país, a renda se constitui em um importante referencial.

Assim, quando avaliamos o PIB de um país, avaliamos sua renda, ou seja, sua capacidade de gerar riqueza, de produzir e de consumir bens.

Duas variáveis podem ser calculadas por meio do PIB, de forma simultânea: a **renda gerada na economia** e a **despesa total com bens e serviços produzidos na economia**. Essa capacidade de medir dois fenômenos ao mesmo tempo deriva da perspectiva econômica de que a renda e o dispêndio devem ser iguais. A explicação dessa igualdade é bastante simples: imagine que em uma transação comercial qualquer há, de um lado do balcão, um vendedor que representa a renda e, do outro lado, o comprador que está representando o dispêndio.

O fluxo circular da renda e do dispêndio, mostrado na Unidade 1, assim como a Figura 3 auxiliam na compreensão dessa avaliação. Volte lá e confira!

Na Figura 3, o fluxo real representa a troca de bens e serviços entre as empresas e as famílias por meio do mercado de bens e de fatores de produção, enquanto o fluxo monetário registra as trocas que são realizadas entre as empresas e as famílias nos mercados de fatores e de bens/serviços, representando o PIB da economia.

Produto Interno Bruto: conceito e forma de cálculo

O PIB representa o valor de todos os bens e serviços finais produzidos internamente na economia, em determinado período. É importante ressaltar o significado do termo bens e serviços finais na conceituação desse indicador: são bens e serviços finais aqueles que estão totalmente acabados e podem ser destinados ao consumo. Contudo há que se tomar cuidado para evitar dupla contagem dos bens e serviços no cálculo do PIB, considerando que há bens e serviços que são finais e outros que figuram como intermediários. Vejamos o pneu como exemplo, este pode ser apontado como um bem intermediário, não sendo computado para fins de cálculo do PIB quando é adquirido e usado na

fabricação de um automóvel; e considerado um bem final caso esteja no estoque da fábrica de carros e não tiver sido usado como bem intermediário, no momento em que o levantamento da produção estiver sendo realizado. Nesse caso, quando da próxima estimativa do PIB, por exemplo, ele não será contado. O último modo de o pneu entrar na conta do PIB ocorrerá se ele for vendido como peça de reposição para os automóveis usados.

Em síntese, um produto é considerado bem final quando é estoque ou quando é destinado ao seu uso final; e é considerado bem intermediário quando, no período em análise, for utilizado como insumo produtivo.

Segundo esse tratamento, a contribuição dos diversos produtos intermediários no cálculo do PIB ocorre a partir do quanto de valor foi adicionado em cada operação produtiva. Podemos ilustrar isso usando um bloco de aço bruto usado na fabricação de um avião, o qual tem um valor x . O aço bruto, ao receber acabamento, apresenta outro valor; ao ser usinado e transformado em uma peça de avião, recebe outro incremento de valor; e assim sucessivamente até o avião ficar pronto. Ou seja, a Contabilidade Nacional considera o valor adicionado por cada etapa do processo produtivo do avião.

Porém, se uma empresa de aviões fabricar 20 pares de asas em um determinado ano e consumir apenas 15, os cinco pares restantes devem entrar no cálculo do PIB de tal ano, já que há valor incorporado nos pares produzidos. Se fosse deixado para computar esse valor depois da conclusão dos cinco aviões em ano posterior, parte do produto contabilizado teria sido fabricado em ano anterior, distorcendo o valor do PIB em ambos os anos.

Outro ponto importante que devemos destacar em relação ao cálculo do PIB é que ele é calculado a partir do preço de mercado do bem ou serviço. Seu valor também inclui diversos impostos indiretos que estão embutidos no preço de mercado, como o Imposto sobre a Produção Industrial (IPI) e o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM). Por isso, o montante de recursos recebido pelo produtor não é o mesmo que o preço dos bens.

Diferença entre o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Nacional Bruto (PNB)

A principal diferença entre o valor do PIB e o valor do PNB se refere ao país detentor dos fatores de produção envolvidos na produção. Para se calcular o PIB, devemos levar em consideração toda a produção realizada dentro do país, até mesmo aquela produção realizada por empresas multinacionais que tenha sido realizada efetivamente no país. Dessa maneira, ainda que empresas como a Microsoft, Nike, Nestlé, entre outras, remetam parte ou a totalidade de seus lucros para os países de origem, o valor da produção dos bens e serviços realizados internamente entram no cálculo do PIB.

Por outro lado, o PNB considera apenas a produção de empresas nacionais, independentemente dessa produção ter sido realizada domesticamente ou em outro país. Assim, para efeito de cálculo do PNB dos Estados Unidos, são computados os lucros recebidos das empresas desse país que estão instaladas em todos os outros países do mundo.

Essa diferenciação entre as formas de cálculo é bastante importante quando queremos comparar a economia de diferentes países. Ao verificar o produto da economia norte-americana, por exemplo, é muito mais relevante levar o PNB em consideração do que o PIB, já que, notadamente, esse país apresenta grande número de empresas que atuam em diversos países, mas remetem seus lucros para suas respectivas matrizes. Diferentemente, ao avaliar a economia brasileira, o PIB reflete um indicador mais relevante, pois aqui verificamos grande número de empresas estrangeiras produzindo e enviando seus lucros para o exterior, porém pequeno número de empresas brasileiras fazendo o mesmo.

Desse modo, justifica-se avaliar a economia por meio do PIB, e não do PNB, em economias que apresentem grande número de empresas de capital estrangeiro atuando no país. Tal justificativa ocorre em razão de que, ainda que sejam remetidos os lucros dessas empresas para os países de origem, estão também sendo remunerados os fatores de produção internos, como mão de obra e aluguel de terras, assim como se verifica o consumo de bens intermediários produzidos internamente e que foram utilizados na produção das empresas de capital estrangeiro. Entretanto é importante ressaltar que o ideal seria que o valor do PIB se aproximasse bastante do valor do PNB, o que demonstraria equilíbrio entre a entrada e a saída dos recursos entre os países, mas isso dificilmente ocorre.

Em síntese, podemos descrever a diferenciação entre o PIB e o PNB a partir do seguinte esquema:

$$\text{PNB} = \text{PIB} + \text{renda recebida do exterior} - \text{renda enviada ao exterior}$$

Limitações no Cálculo do PIB

O cálculo do PIB é realizado nos mais diversos países por meio de procedimentos metodológicos comuns estabelecidos em convenção entre os países e vem passando por constantes melhorias com a finalidade de que se possa obter, da maneira mais cristalina possível, o que realmente foi produzido em uma economia em determinado período. Ainda assim existem fatores que podem distorcer o cálculo do PIB, a saber:

- » **Transações não totalmente legais:** essas transações, integrantes da economia informal, apesar de não representarem atividades criminosas, não são contabilizadas oficialmente e não recolhem impostos. Essa categoria de transações envolve camelôs, vendedores ambulantes e prestadores de serviços informais como pintores, encanadores e eletricitas, que não possuem empresa formalmente aberta, assim como as faxineiras e as diaristas, que sobrevivem de rendimentos sem registro oficial.
- » **Economia ilegal:** apesar de se constituírem em atividades ilegais, as quais o Estado tem o dever de reprimir para que não ocorram, transações como o tráfico de drogas, contrabando e comércio ilegal de armas, entre outros, movimentam um volume considerável de recursos. Essas atividades criam diversos impactos na economia formal, já que os agentes que as realizam acabam sempre, de uma maneira ou de outra, formalizando o fruto dessas atividades para que possam adquirir bens e gozar do conforto proporcionado pelos lucros.
- » **Atividades não comercializáveis, serviços públicos e afins:** diz respeito a alguns serviços prestados pelo Estado, como segurança. Tanto a segurança pública fornecida por meio do aparato policial quanto a soberania nacional garantida pelas atividades das forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) representam atividades

que têm custo para a sociedade, porém não podem ser mensuradas mediante determinado valor pago pelo serviço. Essas atividades geram empregos, investimentos e produtos para a economia sem que se possa verificar quanto foi efetivamente pago por elas.

Para que possamos obter um valor do PIB mais próximo da realidade, utilizamos a técnica de estimação dos valores. As limitações de cômputo de valores e as dificuldades de se verificar quanto se produziu em cada uma das transações realizadas em determinado país em certo período de tempo justificam a estimativa de valor. Considere a dificuldade desse cálculo em uma cidade de médio porte; agora, imagine como é muito mais difícil o cálculo em um país. Há concordância desse procedimento metodológico desde que as variáveis que compõem essa estimação sejam coletadas da forma mais criteriosa possível, no intuito de que o resultado seja o mais próximo da realidade.

Algumas Identidades Macroeconômicas

Consumo

Utilização, aplicação, uso ou gasto de um bem ou serviço por um indivíduo ou uma empresa. Refere-se ao objetivo e à fase final do processo produtivo, precedida pelas etapas de fabricação, armazenagem, embalagem, distribuição e comercialização. Fonte: Sandroni (2005).

Investimento

Aplicação de recursos (dinheiro ou títulos) em empreendimentos que renderão juros ou lucros, em geral em longo prazo. Em um sentido amplo, o termo é aplicado tanto à compra de máquinas e equipamentos e imóveis para a instalação de unidades produtivas como à compra de títulos financeiros (letras de câmbio, ações, etc.). Fonte: Sandroni (2005).

A verificação esquemática de como são obtidas algumas identidades macroeconômicas é importante para melhorar sua compreensão acerca de como é realizada a Contabilidade Social e de como podemos obter os valores do PIB e da Renda Nacional, entre outros.

Em primeiro lugar, imagine uma economia simples, sem governo, e fechada ao comércio internacional. Nessa economia, o produto é obtido a partir da seguinte equação:

$$Y \equiv C + I$$

Em que:

Y = Produto;

C = **Consumo**;

I = **Investimentos**;

\equiv = idêntico, ou identidade.

Essa equação aponta que o somatório dos bens e serviços produzidos pela economia em determinado período de tempo é idêntico ao consumido mais o revertido em investimentos. Anteriormente, comentamos que os pneus adquiridos pela montadora de automóveis, que não foram usados na produção no período, seriam contabilizados como bem final no cálculo do produto. Dessa maneira, o saldo daquilo que não foi consumido na produção, mas foi produzido em outra etapa da produção no mesmo período, se constitui em investimento das empresas para a produção no período seguinte. É importante observar que nem sempre esse investimento é desejado ou premeditado pelas empresas. Em muitos casos, uma empresa adquire matéria-prima para sua produção anual prevendo determinado volume de vendas, no entanto, se suas vendas não apresentam o patamar esperado, ela reduz a produção a um patamar inferior ao planejado. Em correspondência, acaba ficando em seu estoque com determinada quantidade de matéria-prima sem manufaturar. Essa quantidade de matéria-prima se soma a determinada quantidade de produto que pode ter restado sem vender. Assim sendo, tanto a matéria-prima adquirida como a produção que não foi vendida constituem investimento, ainda que isso seja indesejado ou não premeditado pela empresa.

Em seguida, depois de definir o produto pela perspectiva do dispêndio, explicamos, em relação ao produto, como ele ocorre pela ótica das famílias, em termos de geração de renda:

$$Y \equiv S + C$$

Em que:

$$S = \text{Poupança.}$$

Note que, diferentemente das empresas, as famílias consomem produtos com sua renda ou poupam para consumir no futuro. A soma da quantidade consumida à quantidade poupada representa, sob esse ponto de vista, o produto da economia.

Combinando essas duas identidades, obteremos a seguinte esquematização:

$$C + I = Y = C + S$$

Observe que o lado esquerdo da identidade mostra os componentes da demanda e o lado direito aponta a alocação da renda por parte das famílias.

Poupança

Parte da renda nacional ou individual que não é utilizada em despesas, sendo guardada e aplicada depois de deduzidos os impostos. Vários fatores estimulam a poupança, destacando-se: a ocorrência de taxas de juros elevadas e as expectativas negativas quanto a rendimentos futuros. Fonte: Sandroni (2005).

Da forma como estão dispostas essas duas perspectivas, podemos facilmente deduzir, a partir de uma manipulação algébrica simples, que a poupança é igual ao investimento na economia:

$$S \equiv I$$

Os recursos que são poupados pelas famílias são repassados às empresas para que possam ser empregados na produção; como prêmio por essa poupança, as famílias recebem juros das empresas. Para facilitar seu entendimento, um exemplo. Imagine que um agricultor isolado colheu, em um dado ano, 15 sacos de determinado grão; agora, suponha que sua família, durante todo o ano, tenha consumido apenas 10 desses sacos, restando 5 sacos como poupança. Esse estoque de 5 sacos será usado então em ano posterior como semente para a próxima colheita, convertendo-se em um investimento.

Quando o governo e o comércio internacional são incorporados no cômputo das variáveis na determinação do produto, obtemos:

$$Y \equiv C + I + G + NX$$

Em que:

G = Compras de bens ou serviços pelo governo;

NX = Saldo comercial entre as importações e as exportações.

Note agora que as aquisições do governo e o saldo das vendas para o exterior menos as compras no exterior também são incorporadas no cálculo do produto. Com a inclusão do governo e do setor externo na economia, surge a necessidade de calcular a renda disponível para o consumo nessa economia, já que com o governo há tributação. Assim, a renda disponível é esquematizada da seguinte maneira:

$$Y_d = Y + TR - TA$$

Em que:

Y_d = Renda disponível;

TA = Todos os impostos cobrados pelo governo;

TR = Transferências ao setor privado (incluindo juros).

Lembre-se de que, além da cobrança de impostos que reduz a renda disponível das famílias, existem agentes que poupam parte de sua renda e recebem transferências na forma de juros, ou participação dos lucros das empresas, que

são acrescidas à sua renda disponível. Dessa maneira, a renda disponível é a que será alocada pelas famílias para o consumo e para a poupança.

$$Y \equiv C + S + (TA - TR)$$

A partir dessas identidades, obteremos a identidade macroeconômica básica em uma economia aberta e com governo:

$$\frac{C + G + I + NX}{1} \equiv \frac{Y}{2} \equiv \frac{Y_d + (TA - TR)}{3} \equiv \frac{C + S + (TA - TR)}{4}$$

Em que:

1 = Demanda por produto pelos componentes do produto;

2 = Produto ou PIB;

3 = Renda disponível para o consumo, ou seja, o PIB acrescido das transferências e deduzido os impostos;

4 = Renda disponível alocada na forma de consumo e poupança.

Esse procedimento contábil nos permite observar como o produto é constituído pelo lado da demanda e da renda, assim como verificar como o governo impacta a renda disponível das famílias com a cobrança de impostos.

Complementando...

- » Sobre cálculo do PIB no Brasil e sua evolução durante os últimos anos, consulte: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> e <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acessos em: 10 jan. 2018.

Resumindo

Nesta Unidade, caro estudante, demonstramos o sistema de Contabilidade Social de um país. O conhecimento das principais variáveis e das formas de cálculos é um requerimento importante em seu processo de aprendizagem. Estudamos as formas de mensuração da atividade econômica a partir dos agregados macroeconômicos, dando atenção para a explicação das variáveis PIB e PNB, com o propósito de mostrar a você como é calculado o resultado da produção de riqueza de um país, tanto de bens como de serviços. Esperamos que você tenha compreendido o conteúdo e que se sinta estimulado a conhecer mais essas variáveis, visto que estão presentes em nosso cotidiano.

Para que você possa verificar o seu aprendizado desta Unidade, elaboramos algumas atividades. Caso encontre dificuldades em sua resolução, releia o texto e busque o auxílio do seu tutor.

Atividades de Aprendizagem

1. Apresente sucintamente quais são os objetivos da Contabilidade Social.
2. Quais são as duas variáveis que o PIB possibilita medir simultaneamente? Como isso é possível?
3. Explique a diferença entre bem final e bem intermediário para o cálculo do PIB.
4. Qual a diferença entre o PIB e o PNB? Explique de forma esquemática.
5. Quais são as restrições para o cálculo do PIB?
6. O investimento é igual à poupança? Explique.
7. O investimento realizado pelas empresas em determinado ano é totalmente planejado? Explique.
8. Pesquise o comportamento dos indicadores estudados na Contabilidade Social do Brasil e o analise.

UNIDADE 8

Teoria Monetária: conceitos básicos

Objetivo

Nesta Unidade, você vai:

- » Estudar sobre moeda e formas de sua gestão na economia.

Moeda: conceito, funções e evolução

Caro estudante!

Nesta Unidade, dedicaremos atenção à teoria monetária, destacando as temáticas moeda e política monetária. A compreensão desse conteúdo é relevante para seu conhecimento, pois a moeda, pelas funções que exerce, é um ativo fundamental na economia. E como as decisões dos agentes são afetadas por essas funções, seu controle é realizado pelas autoridades monetárias. Você mesmo, em seu cotidiano, executa uma ou várias funções da moeda e é afetado pelas decisões das autoridades monetárias. Assim, convidamos você a continuar seus estudos conosco, reiterando que, em caso de dúvidas, não hesite em contatar seu tutor, pois ele está à disposição para auxiliá-lo sempre!

A moeda é definida como um ativo financeiro de aceitação geral utilizado na troca de bens e serviços, com propriedade de capacidade de pagamento instantânea garantida por lei. A moeda constitui um bem que serve de padrão de valor ou equivalente geral para todos os demais bens e serviços trocados e consumidos na economia. Por meio da moeda, os preços são expressos e as dívidas e os bens e serviços são pagos pelos agentes na sociedade.

A moeda corrente que circula de forma livre no interior de qualquer país é denominada de moeda nacional. Entretanto há moeda considerada internacional, atributo dado pela qualidade de ser moeda forte, como o dólar e o euro, e aceita nas transações que se processam no mundo.

As principais funções da moeda são:

- » **Meio ou instrumento de troca:** trata-se da função de facilitadora das trocas de bens e de pagamento de serviços efetuados. O reconhecimento generalizado dessa função possibilita superar problemas

de divisibilidade de bens na troca, dupla coincidência de desejos, redução de tempo e diminuição de custos de transação.

- » **Unidade de medida:** refere-se à unidade representativa de conta – valor – nas transações dos bens e serviços. Constitui referência para fazer cálculos econômicos, bem como para comparar e agregar valor de bens e serviços.
- » **Reserva de valor:** constitui-se na função de guardar poder de compra ao longo do tempo, de hoje para amanhã. Pode ser guardada para uso posterior, dado que possui a característica de ser utilizada em um momento futuro.

Ao longo do tempo, a moeda assumiu diferentes formas cuja evolução ocorreu em estreita relação com as transformações nas estruturas econômicas, sendo destaques:

- » Na Antiguidade, usavam-se os bens produzidos para comprar outros bens ou quitar dívidas, sendo a moeda considerada **moeda-escambo**. As trocas ocorriam para sanar necessidades específicas, dada as dificuldades de transporte e de distância entre as pessoas.
- » Esse processo evoluiu para a **moeda-mercadoria**, quando a produção excedente passou a ser vendida no mercado. Alguns produtos, como gado, trigo, sal, entre outros, passaram a ser moeda-padrão, porém persistiam as dificuldades em termos de transporte e em nível de aceitação nas transações.
- » A produção de ouro em quantidade e os atributos gerados pelas suas qualidades de beleza, maleabilidade, manuseio, transporte e imunidade à corrosão possibilitaram ao ouro ser moeda de forma generalizada, em fase posterior. Entretanto o crescimento das transações econômicas e os limites de quantidades de ouro existentes fizeram com que se constituísse lastro de **moeda-papel**, emitida pelos países em suas transações.
- » No curso desse acontecimento, surgiu a **moeda fiduciária**, cuja origem está associada ao fato de os bancos perceberem que os recibos de depósitos circulavam como moeda entre as pessoas, sem que os depósitos fossem trocados, baseados na confiança da imediata conversibilidade. Os bancos passaram então a emitir bilhetes sem depósitos na mesma proporção, e as regras criadas possibilitavam a emissão dentro de determinado limite e com garantia de volume suficiente de moeda metálica.

- » Posteriormente, o sistema monetário, no curso de sua evolução, em paralelo às transformações econômicas mundiais, elegeu o **papel-moeda** (sem lastro metálico) como moeda padrão. A escassez de metais preciosos dificultava as trocas e o desenvolvimento da produção, levando a moeda a assumir funções sem lastro. A circulação da moeda-papel passou a ser amparada por legislação dos governos e garantida pela confiança, em geral, dada pelas pessoas e pelas instituições.
- » Nos dias atuais, o sistema monetário apresenta várias formas de expressão da moeda: **moeda bancária, cheque, cartão de crédito ou débito e transferência eletrônica**. Com um cheque assinado, uma ordem de saque ao credor, realizamos pagamento à vista ou parcelado. Com o cartão de crédito ou débito, efetuamos pagamento sem o uso de papel-moeda ou de cheque a partir do reconhecimento de senha eletrônica; nas agências bancárias ou pela internet *banking*, realizamos transações por meio de transferência eletrônica de forma rápida, econômica e segura.

Demanda de Moeda

As pessoas na sociedade demandam moeda considerando três motivos principais: transação, precaução e especulação. Veja:

- » **Demanda para Transação:** as pessoas possuem moeda para efetuar pagamentos, no cotidiano, com alimentação, transportes, vestuário etc. A demanda de moeda por transação depende do nível de renda, assim, quando a renda se eleva, os gastos aumentam e a moeda mantida para adequar os fluxos das transações também aumenta.
- » **Demanda por Precaução:** as pessoas retêm moeda para fazer frente a eventuais compromissos não previstos. A incerteza quanto a recebimentos e pagamentos leva as pessoas a reterem parcela da moeda como precaução. Essa forma de demanda por moeda depende do nível de renda, sendo maior a retenção para segurança quanto mais elevada a renda existente.
- » **Demanda para Especulação:** as pessoas procuram reservar uma parte da quantidade de moeda própria à espera de uma oportunidade

para fazer aplicação financeira, demandando moeda não somente para satisfazer as transações correntes, mas também para especular com títulos, imóveis etc. A demanda por especulação apresenta função inversa da taxa de juros de mercado, esta considerada um prêmio dado às pessoas que renunciam à liquidez proporcionada pela moeda. Assim sendo, quando a taxa de juros é elevada, a quantidade de moeda demandada sob a forma de especulação aumenta.

Oferta de Moeda

A autoridade monetária tem a função de oferecer moeda ao público para atender às necessidades dos agentes econômicos em propósitos diversos. A quantidade de moeda ofertada deve estar compatível com a produção de bens e serviços da sociedade. No Brasil, o órgão responsável pela oferta de moeda manual é o Banco Central, que detém monopólio nesse procedimento. Entretanto os bancos comerciais também têm condições de ofertar moeda, por meio do multiplicador dos depósitos à vista, sob controle do Banco Central. A partir de um depósito inicial, os bancos retêm um percentual da moeda e o restante emprestam para os clientes efetuarem transações, retornando na forma de novos depósitos e novos pagamentos.

A oferta de moeda é chamada de meios de pagamento, dado que constitui o estoque de moeda disponível para uso da coletividade a qualquer instante. Os **meios de pagamento** (M) constituem um conceito que possibilita medir a liquidez da economia em poder do setor privado não bancário.

Meio de pagamento

Volume da oferta de moeda em circulação na economia (excluídos os montantes mantidos em caixa pelas autoridades monetárias e pelos bancos comerciais) mais a moeda escritural (depósito à vista do público nos bancos).

Fonte: Sandroni (2005).

Os meios de pagamento assumem várias classificações, a saber:

- » **Meios de Pagamento – M1:** referem-se ao dinheiro (papel-moeda) em poder do público e os depósitos à vista (moeda escritural) nos bancos.
- » **Meios de Pagamento – M2:** incluem os fundos do mercado monetário (fundos de renda fixa) e os títulos do governo em poder do público aos M1 existentes.

- » **Meios de Pagamento – M3:** envolvem os meios de pagamentos M2 e os depósitos em caderneta de poupança.
- » **Meio de Pagamento – M4:** são considerados, além dos meios de pagamentos anteriores, M3, os títulos privados, como os certificados de depósitos bancários (CDBs) e outros depósitos a prazo e letras de câmbio.

Para facilitar seu aprendizado, elaboramos uma síntese dos meios de pagamento que apresentamos no Quadro 3.

TIPOS DE MEIOS DE PAGAMENTO	SIGNIFICADO
Meios de Pagamento – M1	$M1 = \text{papel moeda em poder do público} + \text{depósito à vista}$
Meios de Pagamento – M2	$M2 = M1 + \text{fundos do mercado monetário} + \text{títulos públicos}$
Meios de Pagamento – M3	$M3 = M2 + \text{depósito de poupança}$
Meios de Pagamento – M4	$M4 = M3 + \text{títulos privados}$

Quadro 3: Tipos e significado dos meios de pagamento
Fonte: Adaptado de Lanzana (2005) e Vasconcellos (2007)

Os meios de pagamento incorporam ativos monetários e não monetários em seu interior. O papel moeda e os depósitos à vista são considerados ativos monetários, pois não rendem juros. Enquanto os títulos públicos, cadernetas de poupança e certificados de depósitos bancários são ativos não monetários e rendem juros aos seus proprietários.

Política Monetária: significado e instrumentos

A política monetária se refere ao conjunto de medidas adotadas pelo governo que visam adequar os meios de pagamentos disponíveis e a taxa de juros às necessidades da economia do país, por exemplo, seu crescimento e a estabilidade de preços. O Banco Central, por meio da política monetária, regula e administra o uso da moeda na economia usando vários instrumentos: controle da base monetária, depósito compulsório e operações de redesconto.

Controle da Base Monetária

O Banco Central utiliza a base monetária para fazer o controle da emissão primária de moeda, composta do papel moeda em poder do público mais as reservas dos bancos comerciais.

A base monetária pode oscilar em razão do resultado das contas públicas, levando o governo, com déficits em suas contas, a emitir moedas ou, em conformidade com o resultado das contas externas do país, no caso de superávit, a emitir moeda para fazer a conversão dos dólares que entram no país. Para controlar a base monetária, fazemos uso das operações de mercado aberto (*open marketing*), que consiste na compra e venda de títulos públicos. Quando os títulos são disponibilizados ao público, enxuga-se a base monetária e o inverso, quando os títulos são comprados, injeta-se moeda na economia.

Depósito Compulsório

Os bancos comerciais são obrigados a depositar uma percentagem de seus depósitos no Banco Central, constituindo-se em depósito compulsório. Essa obrigatoriedade permite à autoridade monetária atuar sobre a capacidade de criação de moeda dos bancos comerciais. Em situação de aumento do depósito compulsório, as taxas de juros tendem a subir, porque a oferta de empréstimo diminui; ocorre o inverso quando se reduz o depósito compulsório.

Operações de Redesconto

As operações de redesconto se referem a empréstimos de recursos do Banco Central aos bancos comerciais, em caso de emergência. Em situação na qual a autoridade monetária deseja que os bancos comerciais realizem menos empréstimos aos seus clientes, visando ter maior controle sobre a moeda, ela aumenta a taxa de redesconto no intuito de evitar que os bancos corram risco de ficar descobertos e ter problemas de liquidez.

Administração da Taxa de Juros: destaque especial

A taxa de juros é um termo usualmente utilizado nas relações econômicas, sendo, portanto, importante conceituá-la. Pode ser vista como prêmio de espera aos credores pelos ganhos decorrentes de transferência ou cessão temporária de valores monetários do presente para o futuro, assim como pode ser considerada

pelos devedores como o custo de antecipar ou importar valores monetários do presente para o futuro.

A taxa de juros exerce papel relevante na economia, pois o nível alcançado por ela afeta as decisões dos agentes em diferentes situações. No âmbito das famílias, pode estimular e desestimular o consumo, dado que, se a taxa de juros for elevada, desestimula o uso do crédito para adquirir determinado bem a prazo, assim como estimula o aumento da poupança e conduz à redução do consumo pelas famílias.

No contexto das empresas, a taxa de juros influencia as decisões de investimentos, pois, em situação de taxa elevada, os empresários reduzem a tomada de crédito para aquisição de máquinas e equipamentos, já que o custo do investimento fica mais alto. Em compensação, torna-se mais atrativa à inversão dos recursos pelas empresas no mercado financeiro, em detrimento de aplicação na atividade produtiva.

A taxa de juros é determinada pela ação do Banco Central e depende de expectativa formada pelos agentes em relação ao seu futuro na economia. Se ocorrer aumento dos meios de pagamento na economia, haverá tendência à redução da taxa de juros. Em situação inversa, em caso de redução dos meios de pagamento, a taxa de juros sobe.

Assim, se as expectativas de venda das empresas são promissoras, os bancos emprestarão a taxa de juros menor, para lucrar com o momento econômico; da mesma forma, se as expectativas são ruins em relação ao futuro, os bancos cobrarão taxa de juros mais elevada, pois podem ter mais dificuldades para receber os empréstimos.

Sistema Financeiro Brasileiro: composição e destaques

O Sistema Financeiro Brasileiro é composto de um conjunto de órgãos e instituições – bancos, comissões, secretarias e entidades administradoras de recursos – com funções normativas, de regulação e fiscalização, e de intermediação financeira. A composição desse sistema apresenta o Conselho Monetário

Nacional (CMN) como órgão que fixa as diretrizes das políticas monetária, cambial e creditícia e regula a constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras do país.

No organograma síntese do Sistema Financeiro Nacional, o Banco Central do Brasil figura como uma instituição vinculada à estrutura normativa do CMN, com função de regulação e fiscalização desse sistema, ao lado de outras instituições, sendo a principal autoridade monetária do país, cuja competência pode ser verificada pelas funções que ele exerce, a saber:

- » executar e acompanhar as políticas monetária e de comércio exterior;
- » controlar as operações de crédito e o nível das taxas de juros;
- » organizar, disciplinar e fiscalizar o Sistema Financeiro Nacional;
- » emitir papel-moeda e moeda metálica;
- » realizar operações de redesconto de liquidez e de mercado aberto;
- » receber os depósitos obrigatórios e voluntários dos bancos; e
- » controlar os capitais estrangeiros e as operações com moedas estrangeiras.

SUBSISTEMA	NORMATIVO	SUBSISTEMA DE	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA
Conselho Monetário Nacional	Banco Central do Brasil	Instituições financeiras captadoras de depósito à vista.	Bancos comerciais; caixas econômicas; e cooperativas de crédito.
	Comissão de Valores Mobiliários	Demais instituições financeiras.	Bancos de investimentos; bancos de desenvolvimento; sociedades de crédito, financiamento e investimento; e sociedades de crédito imobiliário.
	Superintendência de Seguros Privados	Outros intermediários e auxiliares financeiros.	Bolsas de mercadoria e de futuro; bolsas de valores; sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários.
		Entidades ligadas aos sistemas de previdência e seguro.	Sociedades seguradoras; sociedades de capitalização; e entidades de previdência privada.
	Secretaria de Previdência Complementar	Entidades administradoras de recursos de terceiros.	Fundos mútuos; clubes de investimentos; e administração de consórcios.
		Sistema de liquidação e custódia.	Caixas de liquidação e custódia.

Quadro 4: Principais integrantes do Sistema Financeiro Nacional
 Fonte: Adaptado de Souza (2007)

O Banco Central, como gestor da política monetária, tem funções de controlar a liquidez do sistema financeiro. Para tal, exerce as funções básicas de emissor de moeda, banco do Tesouro Nacional e do sistema bancário e depositário de reservas internacionais do país.

Integram também o Sistema Financeiro Nacional os intermediários financeiros, quais sejam: bancos públicos e privados; sociedades de crédito, financiamento e investimento; e outras instituições auxiliares, como a bolsa de valores e corretoras de títulos mobiliários.

Dentro das instituições representativas que compõem os intermediários financeiros, destacamos o Banco do Brasil (BB) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O primeiro constitui a maior instituição financeira da América Latina, que atua em mais de duas dezenas de países e possui pouco mais de quatro mil agências e cerca de quinze mil postos de atendimento. Apesar de atuar com funções de banco comercial, opera, primordialmente, nas atividades de compensação de cheques e de administração do comércio exterior do país. O segundo banco figura como principal banco de desenvolvimento do país e repassador de recursos para os bancos regionais de desenvolvimento. As principais funções exercidas por esse banco são: financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos, apoio a exportações e estímulo à formação de capital das empresas.

Complementando...

- » Sobre indicadores monetários, consulte: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2018.
- » Sobre atuação do Banco do Brasil, consulte: <<http://www.banco-brasil.com.br>>. Acesso em: 11 jan. 2018.
- » Sobre atuação do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, consulte: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

Resumindo

Caro estudante, nesta Unidade, apresentamos um breve e importante conteúdo sobre o significado, as funções e as formas de controle da moeda na economia. Afinal, as atribuições da moeda como meio de troca, unidade de conta e reserva de valor exercem grande influência sobre as decisões dos agentes econômicos, assim como sobre a sua vida, o seu cotidiano. Nesse sentido, não é sem razão que esperamos ter possibilitado a compreensão, por meio de seus estudos, de aspectos relevantes da gestão da política monetária de um país. Nesse particular, termos e significados como depósito compulsório, operações de *open-market* e operações de redescontos, usados de forma frequente no cotidiano, foram explicados.

Confira se você obteve bom entendimento do que foi tratado nesta Unidade respondendo às questões a seguir. Antes disso, revise os trechos correspondentes às perguntas para melhor compreensão. Quanto à extensão das respostas, já mencionamos anteriormente, deve ser breve, entre cinco e dez linhas, escrita com suas próprias palavras. Se precisar de auxílio, faça contato com seu tutor.

Atividades de Aprendizagem

1. Quais são as principais funções da moeda?
2. Aponte, de forma resumida, a evolução relativa aos tipos de moeda.
3. Quais são os motivos que levam as pessoas a demandarem moeda?
4. Quem tem a função de oferecer moeda ao público e quem é o responsável por isso no Brasil?
5. Quais são as formas que a oferta de moeda, chamada de meios de pagamento, assume no Brasil?
6. Quais são os instrumentos de controle da política monetária?
7. O que significa taxa de juros e como é determinada na economia?
8. Como é composto o Sistema Financeiro Nacional?
9. Pesquise e escreva sobre o significado e as atribuições do Banco Central.
10. Pesquise e escreva sobre o significado e as atribuições do BB.
11. Pesquise e escreva sobre o significado e as atribuições do BNDES.

UNIDADE 9

Setor Público e Política Fiscal

Objetivos

Nesta Unidade, você vai:

- » Compreender aspectos relacionados ao funcionamento do setor público na economia.
- » Conhecer elementos do sistema tributário e do déficit público.
- » Conhecer a política fiscal praticada pelo setor público e entender sua importância na gestão da economia do país.

Importância do Setor Público na Economia: evolução histórica

Caro estudante!

Nesta Unidade, vamos apresentar a você os mecanismos de intervenção do setor público na economia. Afinal, é impossível ignorar a atuação dele nessa esfera. Alguns defendem que essa participação seja mínima, mas o tempo e a realidade demonstram que a relação entre a esfera pública e o setor privado tem sido fundamental para o desenvolvimento econômico. Logo, entender algumas questões relacionadas à dinâmica do setor público é fundamental. Itens como sistema tributário, déficit público e política fiscal estão presentes nesta Unidade. Então, o que está esperando para iniciar a leitura? Vamos juntos à procura de mais conhecimento!

O papel do Estado na economia, bem como suas funções e seu grau de intervenção, fomentam uma discussão que percorre séculos. O pensamento econômico clássico do século XVIII aponta que o Estado deve intervir o mínimo possível na economia e deixar para as forças de mercado a responsabilidade de operar seu funcionamento. Nesses termos, os desajustes que geram situação de excedente ou escassez de produtos são considerados momentâneos, pois as próprias forças participantes do mercado levam a um ponto de ajuste. O Estado, por sua vez, deve se encarregar da mediação e da reconciliação dos conflitos entre os agentes, bem como se responsabilizar pela segurança, pelo direito de propriedade, pela educação, pela saúde, enfim, pelas ações de natureza não econômica.

No século XIX, surge a principal corrente de pensamento crítico sobre a participação do Estado na economia. Segundo a corrente marxista, o Estado não atua de forma mínima e suas ações não são neutras na economia. Ao contrário, o Estado se constitui em espaço dominado pelos detentores dos meios de produção (capitalistas) cujas ações objetivam assegurar o domínio sobre uma massa de explorados (assalariados). Nesse cenário, as leis, as normas, os

decretos e a gestão de política econômica, entre outros institutos emanados do Estado, buscam garantir a reprodução ampliada do capital, sob o comando da propriedade privada e da livre iniciativa.

Ainda no século XIX, e com forte inserção no século XX, surgem ideais econômicos cuja matriz provém da escola clássica pregadora de participação mínima do Estado na economia. Intitulada de neoclássica, essa corrente procura dar ênfase às ações dos indivíduos as quais julgam descaracterizadas de qualquer influência dos contextos social e político. Nessa perspectiva, os indivíduos possuem racionalidade perfeita, são dotados de preferências e de escolhas e buscam satisfação máxima com custos mínimos em suas demandas. Ao Estado, cabe atuar nos campos de atividade pelos quais a iniciativa privada não se interessa e se responsabilizar por atividades sociais, sobretudo aquelas relacionadas à educação, à saúde, ao saneamento básico etc. Além dessas funções, possui a incumbência de corrigir imperfeições de mercado de forma momentânea, retornando, posteriormente, à posição de neutralidade diante das relações econômicas.

A partir da terceira década do século XX, surge a corrente keynesiana de interpretação do papel do Estado na economia. A crise e os efeitos posteriores à Grande Depressão de 29 demonstraram os limites do funcionamento de uma economia capitalista sem a participação estatal. Sob essa corrente de pensamento, o Estado tem a função de intervir e de regular as ações dos agentes econômicos, pois a economia não pode ser deixada segundo o espírito individualista dos agentes, sob pena de se deparar com crises destruidoras da riqueza construída. Nesse sentido, o Estado é responsável pelo desenvolvimento de políticas fiscal, monetária e cambial, entre outras voltadas à promoção da produção, à renda e ao emprego e a favor da construção do Estado de Bem-Estar Social.

Nos dias atuais, ainda que sem definição de uma corrente de pensamento majoritária, discutimos a função do Estado na economia. Os resultados da globalização econômica advindos de abertura de mercado e desregulamentação econômica não têm promovido a redução das disparidades econômicas e sociais. Ao contrário, as desigualdades econômicas e sociais se acentuam em cada país e entre países. A produção da riqueza cresce sob as hostes da globalização, porém sem ocorrência concomitante de sua distribuição na sociedade e, nesse quadro, revigora o debate sobre as funções do Estado, estando em pauta a defesa dos interesses nacionais, a regulação das atividades econômicas, a promoção de assistência e proteção social e a construção, com o setor privado, de melhores condições competitivas no mercado, entre outras.

Na Unidade 2 deste livro, apresentamos mais detalhes sobre a evolução do pensamento econômico neoclássico, por isso, em caso de dúvidas, retome a leitura desse conteúdo antes de seguir com sua leitura.

Participação do Setor Público na Economia: algumas evidências

São muitas as razões para a participação do setor público na atividade econômica, sendo destaques: crescimento da renda *per capita*, mudanças tecnológicas, crescimento populacional, fatores políticos e sociais, alteração na previdência social e necessidade de regulação econômica.

O crescimento da renda *per capita*, em decorrência do crescimento econômico, conduz ao aumento da demanda de bens e serviços públicos, exigindo, por seu turno, investimentos públicos em educação, saúde, lazer, saneamento básico etc.

No mesmo sentido, o avanço tecnológico em diferentes setores produtivos exige a construção e melhorias dos serviços infraestruturais de competência do setor público como transporte, energia, comunicação etc.

Já o crescimento populacional vem exigindo do setor público o aumento de seus dispêndios para cumprimento de funções básicas sob sua responsabilidade nas áreas de educação, saúde etc.; assim como, atualmente, o surgimento de novos grupos sociais com maior participação política na sociedade exige, do setor público, soluções em favor de uma melhor distribuição da terra, do acesso à moradia urbana, da defesa do meio ambiente etc.

No campo previdenciário, ressaltamos a participação do setor público no estabelecimento de regimes de aposentadoria para as pessoas sem condições de acesso ao sistema privado previdenciário.

Em complemento, a participação do setor público na economia recebe destaque no campo da regulação. Esse campo é necessário e importante porque o mercado não constitui, por si só, o melhor alocador de recursos, assim como a sociedade não é harmoniosa, e sim conflituosa, marcada por interesses distintos e atitudes oportunistas dos agentes. Nesse particular, o Estado assume a função

de ditar normas, estabelecer regras, definir leis e firmar regime de incentivo e punição etc., no sentido de criar melhores condições para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção e o melhor convívio das pessoas na sociedade.

Essas evidências são suficientes para você compreender a importância da participação do setor público na economia? Em caso negativo, converse com seu tutor sobre esse assunto antes de iniciar o estudo das funções do setor público, que veremos no próximo tópico.

Funções do Setor Público

As funções do setor público estão vinculadas às ações que promove na sociedade, entre as quais: contribuir no fornecimento de bens públicos, melhorar a distribuição da renda, promover a estabilidade e impulsionar o crescimento econômico.

A **função alocativa** do setor público está relacionada às ações empreendidas no fornecimento de bens e serviços não disponibilizados pela economia de mercado. Nesse sentido, o setor público disponibiliza bens e serviços para consumo coletivo e não exclusivo a esta ou àquela faixa da população. Em referência, citamos como exemplo de bens públicos a segurança.

Por sua vez, a **função distributiva** se refere às ações redistributivas efetuadas por meio de medidas de transferência que o Estado executa em favor dos segmentos menos favorecidos na sociedade. Ressaltamos como exemplo a implementação de estrutura tributária progressiva cujos valores de impostos arrecadados dos possuidores de riqueza são transferidos para pessoas de baixa renda, por meio da oferta de educação e saúde de qualidade.

Nesse quadro de ações, a **função estabilizadora** realizada pelo setor público, expressa por ações de intervenção na economia com o intuito de contribuir para seu melhor funcionamento. Destacamos, por exemplo, as intervenções voltadas à redução da inflação e as ações destinadas ao combate do desemprego em determinado setor produtivo.

Ainda sob a responsabilidade do setor público, acrescentamos a **função de crescimento econômico**, expressa pelas ações voltadas para o fomento

dos investimentos tanto públicos como privados na economia. Citamos como exemplos os investimentos públicos realizados em estradas e hidrelétricas sob sua responsabilidade, assim como a disponibilidade de financiamento subsidiado para o setor privado fazer investimentos em áreas consideradas prioritárias.

Agora que você conhece importantes aspectos relacionados ao funcionamento do setor público na economia, podemos iniciar os estudos sobre o sistema tributário e o déficit público. Vamos lá!

Princípios Teóricos da Tributação

A tributação constitui um expediente lançado pelo governo para cobrir suas despesas que segue princípios básicos no intuito de possibilitar a existência de uma carga tributária suportável pela sociedade e compatível com os retornos sociais desejados. São princípios que fundamentam a tributação, a saber: produtividade, neutralidade, equidade e capacidade de contribuição. Veja:

- » **Princípio da produtividade:** significa que o volume de arrecadação do imposto deve ser maior do que os custos de sua obtenção. Imaginando que se requer um aparato administrativo para arrecadação e fiscalização dos impostos, os custos devem ser considerados. Tomamos como referência o imposto sobre movimentação financeira, que possui baixo custo de controle, difícil sonegação e gera significativa arrecadação.
- » **Princípio da neutralidade:** refere-se ao tributo que não provoca mudança nos preços relativos da economia ao ponto de manter inalterada a alocação dos recursos. Nesses termos, o imposto é considerado neutro à medida que modifica os preços da economia na mesma proporção. Citamos, como exemplo, o imposto de consumo, que possui a mesma alíquota para todos os produtos, dado que todos os preços são afetados e a posição relativa dos agentes se mantém inalterada na alocação de seus recursos.

- » **Princípio da equidade:** considera que o tributo deve onerar o contribuinte segundo suas posses e de acordo com os benefícios que cada um recebe pela disponibilidade dos serviços públicos. O exemplo correspondente a esse princípio se situa nos sistemas de taxas públicas, como as relacionadas à água, à energia e ao lixo, entre outros serviços públicos oferecidos.
- » **Princípio da capacidade de contribuição:** relaciona-se à arrecadação tributária que cada contribuinte deve pagar segundo seus ganhos e propriedade. Tal princípio expressa o caráter progressivo do imposto por meio de incidência de alíquotas crescentes sobre a base de cálculo. Por exemplo, os impostos que recaem sobre a renda e o patrimônio.

Tipos de Impostos

Os impostos são denominados de acordo com sua base de incidência, e podem ser: diretos, indiretos, progressivos e regressivos. Veja:

- » **Impostos diretos:** constituem tributos que incidem sobre a pessoa do contribuinte e não sobre os bens ou serviços consumidos. Por exemplo, o imposto de renda, cuja incidência ocorre diretamente sobre a remuneração do contribuinte.
- » **Impostos indiretos:** referem-se aos tributos que incidem sobre os bens e serviços consumidos pelo contribuinte. Por exemplo: o imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços e o imposto sobre produtos industrializados.
- » **Impostos progressivos:** relacionam-se aos impostos cuja alíquota se eleva à medida que o valor de referência aumenta. Por exemplo: o imposto de renda, cujas alíquotas são estabelecidas de forma crescente, por faixa de renda.
- » **Impostos regressivos:** tratam-se de impostos cuja alíquota diminui à medida que o valor de referência aumenta.

Déficit Público: conceitos e financiamento

A diferença entre a arrecadação tributária e as despesas do setor público conduz a dois resultados: superávit ou déficit fiscal. Tais conceitos devem ser analisados à luz dos fatores que os geraram e não somente se houve, em determinado ano, déficit ou superávit fiscal. Nessa perspectiva, superávits tanto podem ocorrer como resultado de elevada carga tributária como podem ser frutos de redução

significativa dos gastos públicos, assim como déficits podem ser financiados sem impacto negativo e estimular favoravelmente o nível de produção e emprego da economia.

Três conceitos são tradicionalmente utilizados para medir o **déficit público**: primário, ou fiscal; operacional; e nominal. No Quadro 5, apresentamos uma síntese explicativa desses conceitos.

Déficit Público

Na linguagem contábil, déficit é um excesso de passivo em relação ao ativo, isto é, as despesas e os pagamentos são maiores que o faturamento e o total de crédito. Nas finanças públicas, considera-se déficit orçamentário quando as despesas são superiores à arrecadação fiscal. Fonte: Sandroni (2005).

CONCEITO	SIGNIFICADO	EXPRESSÃO
Déficit Primário ou Fiscal	Diferença entre o total arrecadado e o total de gastos públicos, calculada como percentagem do PIB.	Gastos Públicos Correntes (G) menos Receita Fiscal Corrente (T) = $G - T$.
Déficit Operacional	Déficit primário ou fiscal acrescido de juros reais de dívidas públicas passadas, excluindo as correções monetária e cambial.	$(G - T) +$ juros reais da dívida pública.
Déficit Nominal	Déficit primário incluindo os juros reais e as despesas com as correções monetária e cambial das dívidas públicas.	$(G - T) +$ juros reais + correção monetária e cambial da dívida pública.

Quadro 5: Síntese dos conceitos de déficit público
Fonte: Adaptado de Lanzana (2005) e Souza (2007)

O déficit primário ou fiscal se refere à diferença entre o total arrecadado e o total de gastos públicos, calculada como percentagem do PIB. Nesse cálculo não são considerados os pagamentos de juros da dívida interna e da externa e as correções monetária e cambial das dívidas passadas. O déficit operacional compreende o déficit primário ou fiscal acrescido de juros reais de dívidas públi-

cas passadas, excluindo as correções monetária e cambial. E o déficit nominal se refere ao déficit primário incluindo ainda os juros reais e as despesas com as correções monetária e cambial das dívidas públicas.

Para financiar o déficit, seja qual for o conceito utilizado, o governo recorre a duas fontes de recursos: a emissão de moeda e a venda de títulos da dívida pública. Veja:

- » **Emissão de moeda:** ocorre por meio de criação de moeda pelo Banco Central para financiar dívida do Tesouro Nacional. Esse procedimento tem a vantagem de não gerar déficits futuros e não ter que elevar a taxa de juros. Porém traz a desvantagem de gerar pressão inflacionária, em face da colocação de moeda em quantidade superior à necessidade da economia.
- » **Colocação de títulos da dívida pública:** possibilita ao governo trocar título, ativo financeiro não monetário, por moeda que está em circulação para financiar seu déficit. Esse procedimento também tem vantagem e desvantagem. No primeiro caso, a venda de títulos públicos evita a ocorrência de pressões inflacionárias, uma vez que não necessita recorrer à emissão de moeda. Porém, no segundo caso, a colocação de títulos públicos à disposição no mercado implica o oferecimento de taxas de juros atrativas, com impacto no total do endividamento e no custo do financiamento.

Esses procedimentos acarretam riscos. A persistente emissão de moeda como forma de enfrentar o déficit público estimula o processo inflacionário a perseguir trajetória ascendente, com riscos de ocorrência de hiperinflação. Nessa situação, a taxa de inflação, ao superar dois dígitos mensais, provoca sérios danos na estrutura produtiva como a perda do valor da moeda nacional e sua consequente substituição como meio de troca. Citamos, como exemplo, a inflação da Alemanha no ano de 1923, quando, em janeiro, 1 dólar valia 18 mil marcos e, no final do ano, em novembro, a cotação passou a ser 1 dólar por 4,2 trilhões de marcos e as mercadorias passaram a ser trocadas por outras mercadorias.

Assim como o forte financiamento do déficit público, a partir da colocação de títulos, pode chegar a uma situação em que o montante de título atinge valor expressivo, exigindo cada vez mais taxa de juros elevada para atrair o credor privado. Nesse quadro, dúvidas sobre a capacidade do governo de honrar seus compromissos impulsionam cada vez mais a elevação da taxa de juros, com impacto sobre o serviço da dívida pública (amortização e juros). Cabe, como exemplo, o

crescimento da dívida interna do Brasil no final do ano de 1989 sob o Governo José Sarney, cuja taxa de juros elevada era a única forma de manter os credores adquirindo títulos do governo, o que levou o Governo Collor de Mello, no início de 1990, a bloquear os ativos financeiros, entre os quais o público, por 18 meses.

Política Fiscal e Objetivos da Política Econômica

Política Fiscal

Denominação dada à política de tributação (receitas) e gastos (despesas) que um governo adota em determinado momento. Para combater o déficit público, uma política fiscal pode optar pela redução das despesas e/ou pelo aumento de receitas pela majoração de impostos. Fonte: Sandroni (2005).

sua oferta. Assim, quando o governo contrata uma empresa empreiteira para a construção de uma estrada, conduz essa empresa a gastos com aquisição de insumos e equipamentos, pagamento de salários e outras prestações de serviços etc. Por sua vez, os fornecedores e os trabalhadores contratados efetuam outros gastos a partir das remunerações recebidas com outros agentes econômicos e assim por diante.

Carga tributária

Soma de todos os impostos e tributos fiscais e sociais que são cobrados dos contribuintes. Corresponde a uma parcela importante da renda nacional. No Brasil, a carga tributária é elevada, apresentando os seguintes percentuais do PIB no triênio 2003-2005: 34,92%, 35,88% e 37,37%, respectivamente. Os principais impostos que contribuem para essa carga são: ICMS, COFINS, INSS PATRONAL, IRPJ, FGTS e IPI. Fonte: Lanzana (2005).

A **política fiscal** praticada pelo governo tem a capacidade de interferir na economia sob diferentes formas. Considerando o objetivo da política fiscal, que é impulsionar a produção e o emprego, os gastos públicos provocam efeito multiplicador na economia. Nesse sentido, ao ampliar seus gastos, o governo está aumentando a demanda e, por consequência, estimulando a estrutura produtiva a elevar

Outra forma de o governo estimular a produção e o emprego na economia ocorre por meio da diminuição da **carga tributária**. Ao reduzir os impostos sobre os produtos considerados estratégicos pelo seu efeito de-sencadeador, o governo pode contribuir para aumentar a demanda dos agentes, assim como pode, por meio da diminuição dos impostos, estimular o consumo de produtos de forma generalizada. No primeiro caso, o governo, ao reduzir os impostos sobre máquinas e equipamentos, contribui para a diminuição

dos custos de aquisição desses produtos, cuja demanda crescente estimula a oferta do segmento industrial correspondente, assim como, mediante a redução da alíquota de imposto de renda, possibilita a elevação da renda disponível dos agentes, estimulando o consumo familiar.

Também temos a política fiscal como um instrumento útil de combate ao processo inflacionário. Em situação de excesso de demanda frente a determinado quadro de oferta de bens e serviços, a procura excessiva pode ser contraída com o auxílio da redução dos gastos públicos e por meio da elevação dos tributos. Nesse aspecto, a adoção de medidas de contração de gastos públicos afeta diretamente o consumo, enquanto o aumento da carga tributária impacta indiretamente o consumo. Exemplos disso são as recomendações de políticas dadas por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional aos países em desenvolvimento para controlar a inflação interna.

Seguindo com seus objetivos, a política fiscal contribui ainda com a área externa da economia. A carga tributária pode tanto estimular como desestimular as importações e as exportações, com consequências sobre a estrutura produtiva interna de um país. A carga tributária elevada desestimula a demanda por produtos adquiridos no exterior, assim como o inverso contribui para aquecer a procura pelos produtos estrangeiros. Citamos, como exemplo, a redução da carga tributária para importação de produtos pelo Brasil a partir de 1994, o que, junto com a valorização da moeda nacional, levou a balança comercial (exportação menos importação) a ficar negativa pelos anos seguintes.

Por fim, outro impacto da prática da política fiscal sobre a economia ocorre na área de distribuição de renda. O gasto público voltado para atender segmentos da população de menor poder aquisitivo constitui uma forma indireta de distribuir renda. Por exemplo: programas de governo como bolsa família e bolsa educação têm o propósito de melhorar as condições de vida de parte da população, assim como a adoção de um sistema tributário progressivo, que possibilita ao governo arrecadar mais recursos para serem destinados à melhoria do sistema de atendimento social.

Complementando...

- » Sobre política fiscal no Brasil, consulte o *site* do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- » Sobre informações quantitativas do déficit público e da dívida interna pública, consulte: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

Resumindo

Nesta Unidade, esperamos que você tenha compreendido como as correntes do pensamento econômico interpretam as funções do Estado na sociedade. Como apresentamos, há correntes que pregam o Estado mínimo, outras ressaltam a importância do Estado na regulação econômica. A partir dessa compreensão, discutimos o papel do setor público e os princípios que regem a tributação praticada na economia. Atribuímos destaque ao conceito de déficit público, pois muito se discute sobre os resultados decorrentes dos gastos e das receitas efetuadas, e voltamos nossa atenção para a política fiscal, no intuito de mostrar como o governo pode intervir na economia por meio de medidas que afetam, em última instância, você, isto é, cada um de nós, caro estudante!

Confira se você teve bom entendimento do que foi tratado nesta Unidade respondendo às questões a seguir. Se precisar de auxílio, lembre-se de fazer contato com seu tutor.

Atividades de Aprendizagem

1. Quais são as posições defendidas pelas correntes de pensamento econômico acerca da participação do Estado na economia?
2. Qual é sua posição quanto à participação do Estado na economia?
3. Apresente exemplos que demonstrem as participações, positiva e negativa, do setor público no desenvolvimento das atividades econômicas.
4. Das citadas funções exercidas pelo setor público, comente o significado da função estabilizadora e da função de crescimento econômico. Exemplifique o exercício dessas funções na economia.
5. Você acha que o sistema tributário deve estabelecer a carga tributária compatível com os retornos sociais desejados? Explique.
6. Dos princípios de tributação apresentados, comente o princípio de equidade e o princípio de capacidade de contribuição.
7. O que significa déficit público e por que deve ser analisado à luz dos fatores que o geraram?
8. Explique como o governo financia o déficit público por meio da emissão de moeda e apresente as vantagens e as desvantagens desse procedimento.
9. Explique como o governo financia o déficit público por meio da venda de títulos da dívida pública e apresente as vantagens e as desvantagens desse procedimento.
10. Como a política fiscal pode ser utilizada para estimular a produção e combater a inflação?
11. Faça o levantamento do gasto público em relação ao PIB do Brasil nos anos 2000, especificamente de 2000 a 2017.
12. Elabore uma tabela com os indicadores do déficit público do Brasil nos anos 2000, especificamente de 2000 a 2017.
13. Apresente graficamente a evolução da dívida total do setor público em relação ao PIB de 1990 a 2017.

UNIDADE 10

Inflação: características principais

Objetivo

Nesta Unidade, você vai:

- » Conhecer o processo inflacionário.

Inflação: significado e distorções no sistema econômico

Caro estudante!

Vamos apresentar importantes referenciais teóricos e analíticos sobre o processo inflacionário nesta Unidade. Afinal, a inflação afeta a todos. O nível de preços elevado não traz benefícios para os trabalhadores ou para os empresários. Logo, torna-se oportuno discutir as causas do processo inflacionário e os principais índices de medidas, cotidianamente anunciados nos meios de comunicação, assim como entender por que o governo, em determinado momento, utiliza instrumentos de política econômica como elevação da taxa de juros e corte nos gastos públicos para controlar a inflação. Vamos aos estudos? Leia atentamente as explicações e, em caso de dúvidas, assista à videoaula, contate seu tutor e converse com seus colegas de curso!

A inflação é conceituada como um processo de aumento contínuo e generalizado nos níveis de preços e constitui uma questão crucial na sociedade, pois a mudança nos preços afeta o valor da moeda e, consequentemente, o poder de compra nas transações econômicas. Assim, quando o nível de preços aumenta, as pessoas pagam mais pelos bens e serviços que adquirem com uma unidade monetária, real, e compram menos quantidade desses itens.

Nesse sentido, trata-se de um fenômeno dos mais perversos, pois subtrai parte da renda dos consumidores e causa efeito negativo nos segmentos mais desfavorecidos da população, que não obtêm reposição de perdas proporcionais à medida que ocorre elevação do nível de preços.

Inflação

Aumento persistente dos preços em geral, do que resulta uma contínua perda do poder aquisitivo da moeda. A inflação pode se tornar galopante quando o surto inflacionário se mantém em alta, no mínimo de 20 a 50% ao mês, e se torna crônica. A hiperinflação é um caso especial de inflação galopante. Fonte: Sandroni (2005).

Considere esse exemplo de perdas salariais com a inflação, tomando como parâmetro uma situação em que ocorre a alta na taxa de inflação com longo período sem reajuste salarial. Se a inflação for de 10% ao ano, um salário de R\$ 1.000,00 chega ao final do ano valendo R\$ 900,00 em termos reais. Com o reajuste no final do ano, o salário volta a ser R\$ 1.000,00, mas as perdas foram de 10%. Se, porventura, o reajuste levar dois anos e a inflação se mantiver em 10%, as perdas somam 20%.

Em uma economia, os preços dos bens e serviços não variam em proporções iguais. Ao contrário, os preços variam a taxas diferentes, com o preço do produto A podendo subir mais do que o preço do produto B, da mesma forma que o preço do produto C em relação ao D e assim por diante. Esse processo conduz a perdas e ganhos nas relações de troca entre os agentes na economia e, em situação de taxas de inflação elevadas, mais perversas são as distorções provocadas.

Tome como exemplo a relação entre agricultura e indústria e entre setores industriais. Se os preços dos produtos agrícolas não sobem, enquanto os preços dos produtos industriais (adubos, fertilizantes, pesticidas etc.) usados na produção agrícola se elevam, estará ocorrendo deterioração nas relações de troca para o setor agrícola. Ou seja, este último está transferindo renda para segmentos industriais dos quais é dependente.

Pode ocorrer também transferência de renda entre segmentos produtivos dentro do setor industrial. Setores industriais atuando em mercados oligopolizados possuem maior poder de barganha e elevam seus preços, como a indústria automobilística, em detrimento de outros segmentos industriais presentes em mercados mais concorrenciais, que lhe fornecem insumos e não possuem poder de barganhar preços maiores.

Tipos de Inflação

A inflação decorre de duas causas clássicas: de demanda e de custos. A **Inflação de demanda** é gerada pela expansão dos rendimentos, cujos meios de pagamento crescem além da capacidade de expansão da economia. É, também, chamada de inflação de compradores em decorrência do aumento dos preços provocado pela demanda intensa por bens e serviços (SANDRONI, 2005).

A **Inflação de custos** é acelerada pela elevação de custos de produção, especialmente das taxas de juros, de câmbio, dos salários e dos preços de importação. No combate à inflação, o governo deveria intervir nos reajustes dos itens citados, eliminando o poder de barganha dos agentes econômico-sociais (SANDRONI, 2005).

Inflação de Demanda

A elevação do nível geral dos preços a partir da demanda é causada pelo excesso de procura por bens e serviços em relação à oferta existente na economia. De modo geral, resulta da escassez de bens e serviços em relação à elevação da quantidade monetária. Isso significa, grosso modo, que a elevação dos preços ocorre a partir da existência de maior volume de moeda disponível estar à procura de poucos bens e serviços no mercado.

Entre os fatores que levam à ocorrência da inflação de demanda, estão:

- » **Aumento da renda disponível:** decorre de elevação de salários reais obtidos acima da taxa de inflação e de redução da carga tributária, como diminuição da alíquota do imposto de renda, que levam os agentes a terem mais recursos monetários para gastos que, sem correspondente oferta de bens e serviços, conduzem os preços à alta.
- » **Expansão dos gastos públicos:** em demanda por bens e serviços, pressiona a estrutura de oferta existente. Em situação em que a oferta de bens e serviços não responde com aumento de sua capacidade de produção, os preços se elevam na economia.
- » **Expansão do crédito e redução das taxas de juros:** provoca impacto na estrutura dos preços, aumento de liquidez e tendência à elevação do consumo e dos investimentos, gerando, por consequência, pressão sobre a oferta de bens e serviços. Da mesma forma, a disponibilidade de crédito abundante e facilitado, concomitante com taxas de juros menores, provoca estímulos para aumento dos gastos e pouca atração à poupança, levando os preços a movimentos ascendentes.
- » **Expectativas** (em relação ao futuro): levam os agentes a tomarem atitudes de antecipação de compras, pressionando o nível de demanda. A corrida dos consumidores ao mercado para adquirir produtos, que em suas concepções não estarão à disposição no futuro, conduz à antecipação de compras, por consequência, a pressões altistas na estrutura dos preços.

Inflação de Custos

A inflação de custos provém de pressões de aumento dos custos empresariais que são repassados para os preços. Esse tipo de inflação provoca efeitos propagadores em cadeia no conjunto da economia, na medida em que cada agente procura repassar o aumento de preços pago para outro segmento. Por exemplo, a empresa que adquire matéria-prima na agricultura repassa o aumento de seus custos para a empresa que compra seu produto, que será transformado em outro insumo ou produto industrial. Da mesma forma, a indústria procura repassar o valor pago a mais para o consumidor final no mercado.

Entre os fatores que provocam aumento nos custos com consequência no processo inflacionário, estão:

- » **Custo da mão de obra:** composto de salários mais encargos, provoca, em momentos de reajustes do salário nominal, aumento dos custos, que é tradicionalmente jogado pelas empresas para os preços finais.
- » **Aumento de impostos:** pressiona diretamente os preços, sobretudo os impostos indiretos como os provenientes de circulação de mercadorias (ICMS) e de transformação de produtos industrializados (IPI). Tais impostos compõem a estrutura de custos empresariais, e a elevação desses tributos é repassada para os preços, sob pena de redução dos lucros empresariais obtidos.
- » **Elevação da taxa de juros:** para as empresas tomadoras de empréstimos, conduz ao aumento dos custos financeiros que fazem parte dos custos de produção, levando-as a aumentarem os preços de seus produtos no mercado.

Indicadores de Inflação

A taxa de inflação é obtida por uma média ponderada de uma cesta de bens e serviços disponíveis na economia. Existem vários indicadores de inflação na economia brasileira, que são calculados por diferentes instituições. Alguns dos indicadores existentes medem a evolução dos preços no mercado consumidor, enquanto outros medem o comportamento no mercado de atacado. Da mesma forma, variam os períodos de coleta dos dados, região de cobertura e abrangência orçamentária familiar.

Os principais indicadores de inflação do país são:

- » Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA).
- » Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).
- » Índice de Preços ao Consumidor (IPC-Fipe).
- » Índice de Custo de Vida (ICV-Dieese).
- » Índice Geral de Preços (IGP).
- » Índice Geral de Preços no Mercado (IGPM).
- » Índice de Preços por Atacado (IPA).

A título de exemplo, recorra a um desses índices para conhecer a instituição responsável, o universo da pesquisa, o período de coleta de informações, a área de cobertura e utilização, conforme demonstramos no Quadro 6.

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL	UNIVERSO DA PESQUISA	PERÍODO DE COLETA	ÁREA DE COBERTURA	UTILIZAÇÃO
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Renda familiar de 1 a 8 salários mínimos.	Primeiro ao último dia do mês de referência.	Áreas metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador, Curitiba, Distrito Federal e Goiânia.	Balizador de reajustes Salariais.

Quadro 6: Critérios componentes do Índice de Preços ao Consumidor (INPC)

Fonte: Adaptado de Souza (2007)

Ressaltamos que a utilização desses índices deve levar em consideração o objetivo que pretendemos alcançar, por exemplo: se o objetivo for verificar a capacidade de compra dos salários, devemos usar o índice de preços ao consumidor (INPC); mas, se for o de verificar o comportamento dos preços no mercado atacadista, devemos utilizar o índice correspondente (IPA).

Principais Enfoques Teóricos sobre o Processo Inflacionário

Neste tópico, estudaremos brevemente a inflação a partir dos enfoques teóricos monetarista, keynesiano e estruturalista.

Teoria Monetarista

A visão monetarista acerca do processo inflacionário parte da suposição de que a causa básica da elevação do nível dos preços se encontra na emissão de moeda em ritmo superior às necessidades da economia.

Considere que o governo gasta mais do que recebe. Tal procedimento leva à ocorrência de déficit nas contas públicas. Logo, para fazer frente aos compromissos assumidos, o governo emite moeda aumentando a liquidez da economia e pressionando os preços dos bens e serviços, conforme o esquema que apresentamos na Figura 14:



Figura 14: Esquema de propagação do processo inflacionário pela teoria monetarista
Fonte: Adaptada de Lanzana (2005) e Souza (2007)

Teoria Keynesiana

O tratamento da teoria keynesiana para a inflação considera o tamanho do gasto público como causa do aumento do nível dos preços, não pelo aumento de moeda emitido, mas por pressionar os preços dos fatores de produção como a mão de obra e os equipamentos.

Tomando como base um gasto excessivo do governo, sua demanda irá pressionar os mercados de fatores de produção cujos preços se elevarão e pressionarão os custos e a inflação na economia, como evidenciamos no esquema expresso na Figura 15:

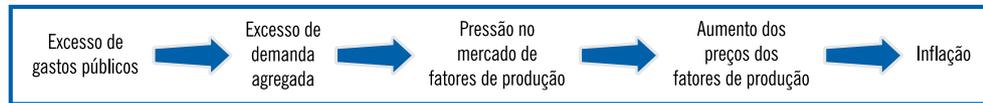


Figura 15: Esquema de propagação do processo inflacionário pela teoria keynesiana
Fonte: Adaptada de Lanzana (2005) e Souza (2007)

Teoria Estruturalista

Os teóricos estruturalistas apregoam o processo inflacionário como decorrente do crescimento dos setores econômicos em ritmos diferentes, o que provoca excesso de demanda nos mercados em que a oferta não tem capacidade de atendimento.

Por exemplo, considere que o setor agrícola, por falta de dinamismo, apresente oferta insuficiente de produtos no mercado, provocando, frente à demanda crescente, elevação de preços de seus produtos. Esse movimento ascendente dos preços de matérias-primas impacta a estrutura de custos dos setores industriais demandantes, que, por sua vez, os repassam para o consumidor final. O esquema que elaboramos na Figura 16 auxilia no entendimento desse processo:



Figura 16: Esquema de propagação do processo inflacionário pela teoria estruturalista
Fonte: Adaptada de Lanzana (2005) e Souza (2007)

Controle da Inflação: principais políticas econômicas

A política econômica direcionada ao combate da inflação procura, em um primeiro momento, compreender as razões do processo de elevação dos preços para, em um segundo, adotar medidas corretivas, como as políticas monetárias, fiscais, de concorrência e de renda.

As **políticas monetárias** podem ser usadas para combater a inflação de demanda por meio de medidas restritivas como a redução da oferta de moeda,

a redução do crédito e aumento da taxa de juros, que reduzem o nível de liquidez que pressiona os preços. Da mesma forma, o uso de **políticas fiscais** em termos de corte nos gastos públicos e de aumento nos impostos impacta o nível de liquidez provocador de inflação de demanda.

As **políticas de concorrência** são mais eficazes no combate à inflação de custos. A abertura comercial com redução dos impostos de importação e de barreiras não tarifárias impeditivas do ingresso de produtos do exterior força as empresas a reestruturarem suas plantas produtivas e a serem mais competitivas, com reflexos positivos em quantidade, qualidade e preços dos produtos.

Por sua vez, a **política de renda** constitui um mecanismo eficiente no combate à inflação quando são estabelecidos critérios de reajustes de preços e salários a partir de um pacto social entre governo, empresários e trabalhadores. Nesse particular, há necessidade da disposição de cada parte integrante da cadeia formadora de preços e salários em aceitar decisões coletivamente tomadas.

Complementando...

- » Sobre informações quantitativas dos índices utilizados no Brasil para medir inflação, consulte: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- » Sobre principais indicadores, critérios de cálculo e utilização ou objetivo para medir inflação, consulte: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

Resumindo

Nesta Unidade, caro estudante, estudamos o processo inflacionário, buscando entender como a inflação afeta os participantes na economia, de forma generalizada, do trabalhador ao empresário, pois a elevação dos preços provoca impactos sobre salários e lucros. Acreditamos que, ao tratar dos tipos de inflação e das políticas econômicas para controle desse processo, elucidamos dúvidas sobre sua origem, bem como sobre os esforços que os governantes fazem para debelá-la na economia.

Confira o seu entendimento acerca do que tratamos nesta Unidade respondendo às atividades de aprendizagem a seguir. Antes de respondê-las, porém, revise os trechos correspondentes às questões para melhor compreensão. Se precisar de auxílio, faça contato com seu tutor.

Atividades de Aprendizagem

1. Qual é o conceito de inflação?
2. Cite exemplos de perdas provocadas pelo processo inflacionário.
3. O que significa inflação de demanda e de custos?
4. Quais são os fatores que levam à ocorrência de inflação de demanda?
5. Quais são os fatores que levam à ocorrência de inflação de custos?
6. Pesquise três diferentes índices de cálculo de inflação, indicando o universo da pesquisa, o período de coleta das informações, a área de cobertura e a utilização do índice.
7. Qual é a visão monetarista sobre a ocorrência do processo inflacionário?
8. Qual é o tratamento dado pela teoria keynesiana para a ocorrência de inflação?
9. Qual é a principal razão apontada pelos estruturalistas da existência de inflação na economia?
10. Apresente exemplos de ocorrência de políticas econômicas de combate à inflação.

UNIDADE 11

Comércio Internacional: noções principais

Objetivos

Nesta Unidade, você vai:

- » Conhecer alguns elementos introdutórios ao comércio internacional.
- » Conhecer a taxa de câmbio, dado que se trata de um parâmetro de conversão monetária da moeda nacional em relação à moeda internacional.

Comércio Internacional: significado

Caro estudante!

O comércio internacional está fortemente presente em nosso dia a dia, seja quando consumimos produtos importados, seja quando lemos notícias de transações comerciais entre países ou seja quando ouvimos informações sobre exportação de produtos brasileiros. Nesta Unidade, você vai conhecer aspectos introdutórios de comércio internacional com especial atenção a dois pontos relevantes: a taxa de câmbio e o balanço de pagamentos. No primeiro ponto, apresentamos o conceito e a sua relação com a economia. Afinal, em certos momentos, requeremos mais unidades de real para comprar um dólar e, em outro instante, requeremos menos; o que significam tais circunstâncias? Vamos explicar isso. No segundo ponto, vamos, da mesma forma, explicar por que em certo momento a balança comercial apresenta resultado positivo e, em outro, negativo. O que representam tais resultados? É o que você compreenderá a seguir. Não perca tempo: inicie sua leitura e, se tiver dúvidas, recorra a seu tutor.

O comércio internacional, presente nas relações entre países ao longo dos séculos, assumiu dimensão significativa nas últimas três décadas, impulsionado pelo movimento de globalização da economia. Em destaque, nesse movimento, a abertura da economia, movida pela redução dos impostos de importação e de eliminação de barreiras protecionistas, e os processos de desregulamentação dos mercados domésticos, com quebras de monopólios e de outras concessões.

Nesse contexto, o campo de atuação das empresas se tornou cada vez mais transnacional, seja estabelecendo filiais em outros países, seja comercializando seus produtos em mercados distantes. Muitas empresas se inseriram nos espaços

dos blocos econômicos de países para se beneficiar das condições dos mercados existentes e promover transações entre matriz e filiais, assim como muitas empresas procuram se estabelecer em países cujas condições de produção possibilitam significativa redução de custos e/ou cuja produção circula em nível internacional, impulsionando as transações mercantis entre países.

Corroboram, nesse contexto, as ações governamentais dos países voltadas a impulsionar a participação de suas empresas no comércio internacional, incentivando-as a estabelecerem filiais em outros países, bem como a direcionarem parte da produção ao mercado externo. Além disso, muitos governos criam agências voltadas à promoção de exportações, fornecendo dados relevantes sobre outros mercados e melhorando as condições infraestruturais de promoção das vendas externas.

Todavia devemos considerar que o comércio internacional não está imune a restrições praticadas pelos países que nele atuam. Pelo contrário, existem restrições, cuja magnitude e motivo variam de país para país. Em grande parte, as barreiras levantadas à livre circulação de mercadorias se pautam por interesses estratégicos. Entre os quais, citamos: proteção a setores industriais nascentes, preservação do espaço doméstico por motivo de segurança nacional e ação restritiva momentânea para melhorar o poder de barganha.

O comércio internacional possui características virtuosas que o colocam como parâmetro para impulsionar o crescimento econômico. Com seu dinamismo, crescem os investimentos, aumenta o volume de empregos e se eleva o nível de renda do país. Nesse cenário, o monitoramento do comércio internacional é requerimento fundamental, pois, em situação de escassez de divisas para pagamentos internacionais, países são obrigados a queimar reservas ou tomar empréstimos e fazer ajustes no balanço de pagamento. Da mesma forma, a gestão inadequada da taxa de câmbio conduz os países a processos de desindustrialização, com impactos negativos na geração de renda e de emprego internos.

Taxa de Câmbio: conceito, regime e impacto na economia

Na economia internacional, os países realizam transações econômicas sob a conversão dos valores em uma moeda padrão. Essa conversão objetiva facilitar as transações econômicas, dado que cada país possui moeda própria.

Assim sendo, definimos **taxa de câmbio** como a medida de conversão de uma moeda em outra.

A taxa de câmbio expressa o número de unidades da moeda nacional, por exemplo, no Brasil, o real (R\$), por unidade de moeda estrangeira, por exemplo, dos Estados Unidos, o dólar (US\$). Nesses termos, a taxa de câmbio, ao expressar uma relação entre moedas, indica quanto uma moeda representa em relação à outra. Logo, se US\$ 1,00 equivale a R\$ 3,20, significa que cada dólar vale três reais e vinte centavos.

A taxa de câmbio é determinada pela **oferta de divisas** e pela **demand de divisas**, sob regulação da autoridade monetária, no Brasil, como já vimos, o Banco Central. A oferta de divisas depende do volume de exportações, da entrada de capital externo, vinda de turistas estrangeiros etc., enfim, de agentes que querem trocar US\$ por R\$; enquanto a demanda de divisas depende do volume de importações, da saída de capital externo, saída de turistas nacionais etc., ou seja, de agentes que desejam trocar R\$ por US\$.

Nesse contexto, firma-se uma relação de mercado na qual a moeda nacional pode obter uma **valorização cambial** (apreciação cambial), bem como pode ter uma **desvalorização cambial** (depreciação cambial). Em caso de valorização cambial, ocorre um aumento do poder de compra da moeda nacional em relação à moeda estrangeira. Em situação inversa, no caso de desvalorização cambial, a moeda nacional perde poder aquisitivo em relação à moeda estrangeira. Considere os exemplos conforme o Quadro 7.

Ex. 1: com R\$ 1,00 se adquire US\$ 1,00.	Valorização	Com R\$ 1,00 se adquire US\$ 1,25.
Ex. 2: com R\$ 1,20 se adquire US\$ 1,00.	Desvalorização	Com R\$ 1,70 se adquire US\$ 1,00.

Quadro 7: Exemplos de valorização e desvalorização cambial

Fonte: Adaptado de Vasconcellos (2007)

Constatamos, no caso da valorização cambial, que a moeda nacional se tornou mais valorizada em relação à moeda americana, pois adquire mais unidade monetária externa com o mesmo valor nacional. De forma contrária, no registro de desvalorização cambial, a moeda nacional se tornou mais barata, em

relação à estrangeira, requerendo, portanto, mais moeda nacional para comprar a mesma unidade de moeda externa.

Nesses termos, considerando que a taxa de câmbio é o preço em moeda nacional em relação à moeda estrangeira, em uma situação de elevação dessa taxa ocorre uma desvalorização da moeda nacional. Em raciocínio inverso, na ocorrência de uma baixa da taxa de câmbio há uma valorização da moeda nacional.

Existem, na verdade, dois grandes regimes de administração da taxa de câmbio: taxas de câmbio fixo e taxas de câmbio flexível, cujas características relacionamos no Quadro 8.

CÂMBIO FIXO	CÂMBIO FLEXÍVEL
<ul style="list-style-type: none"> » O Banco Central fixa a taxa de câmbio. » O Banco Central é obrigado a disponibilizar as reservas cambiais. 	<ul style="list-style-type: none"> » O mercado – oferta e demanda – de divisas determina a taxa de câmbio. » O Banco Central não é obrigado a disponibilizar as reservas cambiais.

Quadro 8: Características principais dos regimes de câmbio fixo e flexível

Fonte: Adaptado de Vasconcellos (2007)

Em um sistema em que vigora a **taxa de câmbio fixa**, o valor da moeda estrangeira é determinado pelo Banco Central e não se altera. Nesse caso, essa autoridade monetária administra a oferta e a demanda da moeda estrangeira ao valor fixado. Em situação oposta, encontramos a **taxa de câmbio flexível**, cujo valor da moeda varia de acordo com a oferta e a demanda, sem compromisso de a autoridade monetária comprar divisas no mercado, no intuito de manter a taxa existente. As forças de mercado determinam a taxa de câmbio praticada.

Assim, tanto a taxa de câmbio fixa como a taxa de câmbio flexível apresentam vantagens e desvantagens em sua administração. Uma vantagem apontada pela adoção de taxa de câmbio fixa se refere à condição de previsibilidade dada ao agente que opera no comércio exterior, em face do seu caráter estável. Por outro lado, apresenta desvantagem decorrente da necessidade de o Banco Central ser obrigado a manter divisas para garantir a taxa de câmbio fixada.

A taxa de câmbio flexível apresenta como principal vantagem o fato de o Banco Central não precisar contar com reserva para intervenção no mercado, dado que este determina a taxa de câmbio. Por outro lado, apresenta a desvantagem decorrente da taxa de câmbio ficar dependente da volatilidade do mercado financeiro internacional.

A taxa de câmbio constitui um preço fundamental na economia. A sua determinação afeta o comércio exterior, o nível de inflação, o estoque da dívida externa e a dinâmica da produção doméstica, entre outras variáveis. No campo do comércio externo, uma desvalorização cambial deve estimular as exportações, pois os exportadores receberão mais reais por dólar exportado. Na área das importações, a desvalorização cambial deve conduzir os importadores a mais despesas, pois pagarão mais reais por dólar pelos produtos adquiridos do exterior.

Outro efeito importante da taxa de câmbio ocorre sobre o processo inflacionário. Na ocorrência de valorização cambial, devemos estimular a aquisição de produtos importados, dado que a moeda nacional se torna mais forte em relação ao dólar. A prática dessa política cambial, juntamente com a política de abertura comercial, estimula a entrada de produtos importados no mercado doméstico pressionando a queda dos preços internos.

Política Comercial e Órgão Regulador do Comércio Mundial

A política comercial externa se constitui de instrumentos que atuam sobre o fluxo de bens e serviços, estabelecendo regimes de incentivo e de restrições ao comércio externo. Entre as principais medidas de política comercial estão: imposto de importação, quotas de importação, subsídios à exportação e regulamentações administrativas, cujos significados encontramos no Quadro 9.

POLÍTICAS COMERCIAIS	SIGNIFICADO
Imposto de importação	Tarifa incidente sobre o valor das importações.
Quotas de importação	Estabelecimento de quantidades fixas de importações.
Subsídios à exportação	Concessão de incentivos fiscais e monetários para exportações.
Regulamentações administrativas	Imposição de normas, barreiras e padrões restritivos às importações.

Quadro 9: Principais políticas comerciais externas
Fonte: Adaptado de Vasconcellos (2007) e Souza (2007)

As políticas comerciais estão sujeitas às normas da **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, órgão criado no ano de 1995 em substituição ao Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT), órgão instituído no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, para regular as relações comerciais entre os países. A OMC tem como propósito coibir políticas protecionistas e práticas de **dumping** no comércio mundial; para tanto, possui poder de estabelecer normas e sanções entre os países-membros. Entre outras funções, a OMC:

- » gerencia os acordos multilaterais de comércio de bens e serviços e direitos de propriedade industrial;
- » administra o entendimento sobre soluções de controvérsias;
- » serve de fórum para as negociações;
- » supervisiona as políticas nacionais; e
- » coopera com outras organizações internacionais.

Organização Mundial do Comércio (OMC)

Organização internacional que estabelece as regras e julga as pendências mundiais de comércio internacional. Fonte: Lacombe (2004).

Dumping

Expressão da língua inglesa que designa a prática comercial de vender produtos a preços inferiores ao seu custo de produção ou ao preço vigente com a finalidade de eliminar concorrentes ou aumentar a participação no mercado. Fonte: Lacombe (2004).

Regionalização do Comércio Internacional

A regionalização do comércio mundial se tem constituído em uma das características marcantes da globalização econômica. Países formam blocos econômicos iniciados a partir de acordos comerciais que evoluem no curso das transações, alcançando a união aduaneira, o mercado comum e a união econômica, até lograr a integração econômica ampla. No propósito de intensificar o comércio entre si, países desenvolvem diversos propósitos, desde a redução de barreiras tarifárias até a adoção de políticas tarifárias comuns. Em certos espaços regionais, países adotam moeda única e a política macroeconômica segue padrão comum entre os países-membros.

Unidade 11

MERCOSUL

Criado no Tratado de Assunção, em 1991, com o objetivo de instituir um mercado comum entre os países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Fonte: Lacombe (2004).

NAFTA

Criado em 1989, trata-se de uma ampliação do acordo de livre comércio que existe entre os EUA e o Canadá desde 1989, passando a incluir o México em 1994. A meta é a eliminação das tarifas alfandegárias entre esses três países em um prazo de 15 anos. Fonte: Lacombe (2004).

ALCA

Abrange todos os países da América, exceto Cuba, sendo instituída em 1994, para ser implantada gradualmente até 2005. Fonte: Lacombe (2004).

UE

Aliança econômica e política de países da Europa. Fonte: Lacombe (2004).

Na América Latina, destacamos o Mercado Comum do Sul (**MERCOSUL**). Nesse mercado, muitos produtos não possuem impostos de importação e são reduzidas as barreiras não tarifárias. Países parceiros desenvolvem políticas explícitas de intensificação do comércio intrabloco. Entre os objetivos a serem alcançados nesse mercado estão: pôr fim à restrição à mobilidade de trabalho e capital, harmonizar as políticas econômicas nacionais e criar uma moeda única.

Outro bloco econômico em destaque é o North American Free Trade Agreement (**NAFTA**). A pretensão desse mercado, segundo o interesse coordenado pelos Estados Unidos, é estender sua área de atuação para toda a América, unindo 32 países por meio da Associação de Livre Comércio das Américas (**ALCA**). No momento, alguns países relutam em integrar esse bloco sob temor de submissão ao poder da economia dos Estados Unidos.

Citamos ainda como bloco econômico relevante: a União Europeia (**EU**). Essa organização foi constituída em 1992, em substituição à Comunidade Econômica Europeia (CEE). O padrão cooperativo entre países dessa região vem desde a década

de 1950. Atualmente, 28 países-membros atuam em mercado único e adotam política aduaneira comum e moeda única, na maioria de seus representantes. Além disso, procuram desenvolver de forma coordenada atividades judiciais de defesa dos países participantes.

Balanço de Pagamentos: conceito e contas

O comércio internacional gera fluxos de transações econômicas que envolvem movimentação de bens e serviços entre países, cujos pagamentos e recebimentos são registrados, contabilmente, em moedas estrangeiras no **balanço de pagamentos**. Neste, ocorrem os registros contábeis de transações

econômicas entre os residentes do país e os residentes no exterior. Tais registros tratam de transações verificadas em determinado período de tempo (um mês, um semestre e um ano), pois se referem ao fluxo do movimento transacionado em determinado período. Se as receitas totais (entradas) superarem as despesas totais (saídas), o balanço de pagamentos apresentará superávit; se ocorrer o inverso, haverá déficit; e se os valores estiverem equivalentes, estará equilibrado (SANDRONI, 2005). No Quadro 10, apresentamos os componentes e as contas do balanço de pagamentos.

COMPONENTES	CONTAS
A. Balança Comercial	Importação Exportação
B. Balanço de Serviços	Viagens Internacionais Transportes – frete Seguros Juros Lucros e Dividendos <i>Royalties</i> e Licença Serviços Governamentais
C. Transferências Unilaterais	Doações e remessa de dinheiro feitas ou recebidas
D. Balança de Transações Correntes	Resultado Líquido de A+ B + C
E. Conta Capital e Financeira	Investimento Direto Líquido Reinvestimento de Firms Estrangeiras Financiamento de Bancos Oficiais Empréstimos Amortizações de Empréstimo e Financiamento Empréstimos de Regularização do FMI Capitais de curto prazo no Mercado Financeiro
F. Erros e Omissões	
G. Saldo do Balanço de Pagamentos	Resultado Líquido de D + E + F
H. Variação de Reservas	

Quadro 10: Discriminação das contas do balanço de pagamentos

Fonte: Adaptado de Lanzana (2005) e Vasconcellos (2007)

As contas registram o comércio de mercadorias decorrente de exportação e importação, assim como contabilizam os serviços a partir do pagamento de

Unidade 11

Royalties

Expressão da língua inglesa que significa o pagamento que se faz àquele que possui uma patente, *copyright*, marca registrada, um recurso natural ou qualquer direito de uso exclusivo que seja resultante de um trabalho intelectual ou criativo com a finalidade de obter uma licença para uso desse direito. Fonte: Lacombe (2004).

juros, **royalties**, remessa de lucro, turismo, pagamento de fretes etc. Da mesma forma, registra o movimento de capitais expresso pelos investimentos diretos estratégicos, empréstimos e financiamentos etc.

Em uma situação em que o balanço de pagamentos apresente resultado negativo, o país deve cobrir o déficit com reservas internacionais. Em contexto de superávit, o resultado possibilita ao país aumentar sua conta de reservas internacionais. Se as reservas não cobrirem o déficit apresentado, o país precisará recorrer a empréstimos no sistema financeiro internacional para cumprir com seus compromissos. Entre os bancos integrantes desse sistema financeiro, citamos o Fundo Monetário Internacional (FMI), instituição criada em 1944 com a finalidade de zelar pela estabilidade financeira e econômica e prestar assistência aos países com dificuldades no balanço de pagamentos.

Complementando...

- » Sobre balanço de pagamentos do Brasil, pesquise: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2018.
- » Sobre intercâmbio comercial do Brasil, pesquise: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/inicial/index.php>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

Resumindo

Nesta Unidade, caro estudante, apresentamos os principais aspectos do comércio internacional. Com a economia cada vez mais globalizada, e as barreiras que separam os países cada vez menores em relação ao passado, o fluxo de mercadorias e serviços entre países se tornou imenso. Por isso nosso esforço em fazê-lo compreender esse processo, em deixar claro o significado e as características da taxa de câmbio; e em explicar como os movimentos de valorização e desvalorização cambial podem tanto intensificar como restringir o movimento das mercadorias e serviços internacionais entre países e blocos econômicos regionais. Também é importante que você tenha assimilado a explicação relativa ao balanço de pagamentos, pois, como todo o movimento de uma economia com o exterior é registrado contabilmente, não há como desconsiderar a relevância desse instrumento, visto que nele são registrados os tipos de transações efetuadas entre países.

Agora, confira se você teve bom entendimento do que tratamos nesta Unidade respondendo às atividades. Bom exercício! Se precisar de auxílio, faça contato com seu tutor.

Atividades de Aprendizagem

1. Destaque características presentes no comércio internacional nos dias atuais.
2. O que significa taxa de câmbio e o que a determina?
3. Em que situações ocorrem a valorização e a desvalorização cambial?
4. Explique os significados de taxa de câmbio fixa e taxa de câmbio flexível.
5. Por que a taxa de câmbio constitui uma variável importante na economia? Cite exemplos do cotidiano.
6. O que é OMC e quais são as funções desempenhadas por essa organização?
7. Aponte razões para a formação de blocos econômicos regionais.
8. Explique a formação, a composição e as medidas comerciais existentes no MERCOSUL.
9. Conceitue balanço de pagamentos e destaque algumas de suas contas.
10. Pesquise as contas do balanço de pagamentos do Brasil no período de 2003–2007 e, a partir dessa pesquisa, faça uma tabela, analisando os dados coletados.
11. Pesquise o intercâmbio comercial, exportação e importação, do Brasil com os principais blocos econômicos: MERCOSUL, União Europeia e Nafta e, a partir dessa pesquisa, faça uma tabela, analisando os dados coletados.
12. Discuta a contribuição das políticas cambial e de comércio exterior para o desenvolvimento econômico do País.

UNIDADE 12

Desenvolvimento Econômico: características determinantes

Objetivo

Nesta Unidade, você vai:

- » Conhecer os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico.

Crescimento e Desenvolvimento Econômico

Caro estudante!

Nesta Unidade, a penúltima deste livro, convidamos você a refletir sobre o significado dos termos crescimento e desenvolvimento econômico, palavras muito citadas nos dias atuais. Com frequência ouvimos alguém afirmar que tal país é desenvolvido, enquanto outros são subdesenvolvidos. O que significam esses conceitos? Quais são os parâmetros que definem se um país é desenvolvido ou não? Temos certeza que a explanação que desenvolvemos vai permitir a você compreender essas questões com facilidade. Vamos começar a discussão? Boa leitura!

Os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico são frequentemente utilizados para expressar características de um país, de uma região ou local, seja de forma isolada, seja em termos comparativos. Os conceitos se apresentam inter-relacionados, porém são distintos. Precisamos considerar as distinções existentes, sob pena de fazer uma análise incorreta dos termos, pois é possível encontrar: um país que apresente crescimento econômico virtuoso, mas sem que ocorra desenvolvimento; um segundo país cuja trajetória de crescimento econômico siga concomitante com a evolução do desenvolvimento econômico; ou outro país que apresente um quadro econômico nefasto, no qual não apresente crescimento e desenvolvimento econômico, persistindo no domínio de condições subdesenvolvidas.

O crescimento e o desenvolvimento econômico são resultados de processos históricos constitutivos dos países ao longo do tempo. Isso significa que relações econômicas, políticas e sociais, não somente internas, mas também externas, ao longo do tempo, impactam o curso do crescimento e do desenvolvimento econômico de cada país. Indicadores, apontados por organismos nacionais e internacionais, frequentemente utilizados para indicar o estágio de crescimento e desenvolvimento, em muitos casos desconsideram o processo histórico de constituição do país.

O **crescimento econômico** está relacionado a fenômenos que expressam a produção de riqueza, em termos de bens e serviços, de um país. Os setores primário (agrícola), secundário (indústria) e terciário (comércio e serviços) são responsáveis pela produção de bens e serviços em cada país. O conjunto da produção de bens e serviços desses setores forma o PIB, cujo valor e taxa de variação anual constituem indicadores de crescimento econômico de um país. O valor do PIB indica a produção de bens e serviços em determinado ano, e a taxa de variação aponta acréscimo ou diminuição entre os anos.

O desenvolvimento econômico expressa um fenômeno que não se limita apenas a aspectos puramente econômicos, mas considera estruturas sociais e políticas de um país. Nesse sentido, o termo crescimento econômico simboliza aspectos quantitativos, enquanto o termo desenvolvimento econômico agrega não somente elementos quantitativos, mas também variáveis mais qualitativas. Por isso, a abrangência de variáveis que compõem o conceito de desenvolvimento é significativamente superior àquelas de crescimento econômico.

Nessa perspectiva, o conceito de desenvolvimento incorpora elementos presentes no conceito de crescimento econômico, na medida em que a riqueza produzida em bens e serviços de um país se insere na matriz desenvolvimentista. Assim, consideramos, na avaliação do quadro de desenvolvimento de um país, os resultados econômicos apresentados pelos setores produtivos: agricultura, indústria, comércio e serviços. Entretanto a avaliação não se limita apenas a esses setores. Inserem-se, na compreensão do desenvolvimento, variáveis sociais como educação, saúde, habitação, saneamento básico e nível nutricional, entre outros. Da mesma forma, são consideradas variáveis políticas no processo de desenvolvimento: liberdade de expressão, processos democráticos, direitos políticos garantidos etc.

O desenvolvimento significa, em essência, a transformação nas estruturas econômicas, políticas e sociais de um país. Expressa um processo em permanente mutação, em constante e contínuo movimento, por meio do qual cada país procura proporcionar melhores condições de bem-estar à sua população. Essa particularidade não significa uma relação crescente das condições de desenvolvimento. Melhores indicadores de desenvolvimento sinalizam avanços em momentos determinados em um país, porém o abandono de esforços de construção permanente pode resultar em retrocesso tanto nas condições econômicas como nas políticas e sociais.

Crescimento Econômico

Aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. É definido basicamente pelo índice de crescimento anual do PIB. Fonte: Sandroni (2005).

É vital o país desenhar, em conjunto, políticas de crescimento e desenvolvimento econômico. Isso é importante, pois a realidade mostra que países alcançam taxas de crescimento significativas por certos períodos, porém os frutos desse crescimento não são distribuídos para muitos que dele participam. Assim, registros contendo indicadores de crescimento econômico de países, em muitos casos, com taxas recordes, convivem com baixo nível educacional, falta de saneamento básico, elevado índice de mortalidade infantil, forte concentração de renda, restritos direitos à liberdade de expressão, enfim, resultados precários nos campos social e político.

Os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico ficaram claros para você? Não continue sua leitura sem tê-los bem compreendidos. Por isso, se necessário, releia o texto, troque informações com seus colegas de curso ou converse com seu tutor.

Indicadores de Desenvolvimento Econômico

São muitos os indicadores utilizados por organismos nacionais e internacionais para situar o padrão de desenvolvimento dos países, conforme demonstra a Figura 17 a seguir. O Banco Mundial seleciona um conjunto de indicadores para apontar o grau de desenvolvimento de países segundo o nível de renda – baixa, média e alta. Entre os indicadores considerados mais importantes estão:

- » mortalidade infantil, por mil nascidos vivos;
- » expectativa de vida ao nascer, em termos de anos;
- » alunos matriculados no ensino fundamental e no ensino médio, em relação ao total de jovens correspondentes;
- » população com acesso a instalações sanitárias;
- » desnutrição infantil, crianças com menos de 5 anos;
- » exportação de bens de alta tecnologia e valor adicionado pela indústria em relação ao PIB.

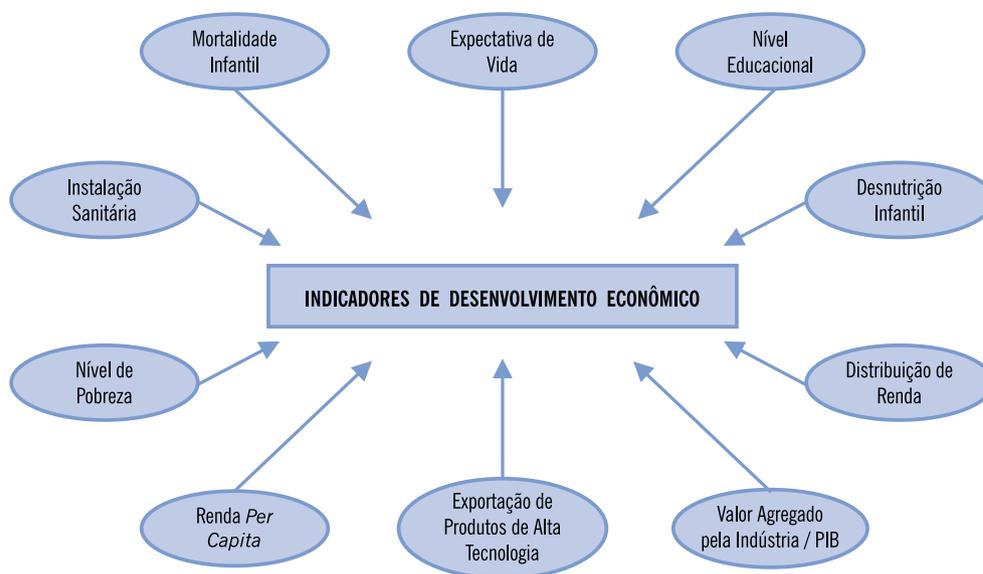


Figura 17: Principais indicadores de desenvolvimento econômico
 Fonte: Adaptada de Banco Mundial (2004) e PNUD (2006)

A ONU também elabora um relatório de desenvolvimento humano como indicador de desenvolvimento por país. Três dimensões são consideradas: vida longa e saudável, medida pela expectativa de vida ao nascer; conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de matrícula nos três níveis de ensino; e padrão de vida decente, medido pelo PIB *per capita*. Este terceiro indicador de desenvolvimento vem sendo ampliado e conta hoje com a incorporação de outras variáveis, como índices que retratam a pobreza e a distribuição de renda.

Tomando alguns exemplos de indicadores de desenvolvimento, segundo estudos do Banco Mundial para o ano de 2016, observamos forte distinção de indicadores entre grupos de países por nível de renda. Países de alta renda apresentam expectativa de vida ao nascer elevada como Itália (83,49 anos), Canadá (82,13 anos), Alemanha (81,09 anos), França (82,67 anos), Japão (83,84 anos) e EUA (78,74); enquanto países de baixa renda apresentam baixa expectativa de vida ao nascer como Serra Leoa (51,41 anos), Moçambique (57,61 anos), Haiti (63,01 anos), Nigéria (52,98 anos) e Bolívia (68,75 anos). Da mesma forma, são distintos outros indicadores para os alguns países de renda alta, como a taxa de alfabetização, que alcança 100%, e a taxa de acesso às instalações sanitárias, também de 100%, em relação aos países de baixa renda, que figuram entre 60 e 65%, respectivamente.

O Brasil se insere, segundo o Banco Mundial, entre os países que apresentam nível médio de desenvolvimento. A taxa nacional de mortalidade infantil, em 2014, se situava em 14,4% por mil, bem inferior à registrada em 2000, 29,0%, enquanto a expectativa de vida alcançava 75,20 anos para o ano 2014, superior, portanto, a registrada em 2000, 70,44 anos. Outro indicador importante, a taxa de alfabetização total, incluindo homens e mulheres, em 2013, se situava em 91,3% da população. Neste mesmo ano, outros indicadores sociais são citados, como 83% dos brasileiros serem atendidos com abastecimento de água tratada; 44,92% dos esgotos serem tratados; e 51,92% da população ter acesso à coleta de lixo.

Subdesenvolvimento Econômico

Subdesenvolvimento

Situação inferior do sistema econômico-social de um país em relação aos padrões econômicos das nações industrializadas. Evidencia-se por indicadores como exportação, baseada em produtos primários, forte participação de produtos industrializados nas importações, persistência de elevadas taxas de desemprego, baixa produtividade, baixa renda *per capita*, baixo nível de poupança e subconsumo acentuado. Fonte: Sandroni (2005).

O **subdesenvolvimento** constitui um quadro em que os indicadores econômicos, políticos e sociais se situam, de forma gritante, abaixo de determinados parâmetros indicativos de crescimento e desenvolvimento econômico. Essas economias se deparam com o baixo nível de crescimento do produto, assim como convivem com fortes níveis de concentração de renda, baixo nível educacional, condições sociais precárias e reduzida participação política da população, notabilizando-se por dependências econômica, tecnológica e financeira dos países desenvolvidos. A base produtiva dos países subdesenvolvidos se fundamenta na fabricação de produtos de baixo valor agregado como os alimentos, os calçados, o vestuário e os móveis, em contraposição aos produtos industriais de maior conteúdo tecnológico dos países desenvolvidos como os eletrônicos, os químicos e os mecânicos. As máquinas e equipamentos utilizados em sua base produtiva também provêm dos países desenvolvidos, dadas as limitações da indústria de bens de capital local. Da mesma forma, tais economias são dependentes do mercado financeiro internacional em razão da baixa renda gerada, da insuficiente capacidade de geração de poupança interna e do débil sistema financeiro doméstico.

Em muitas economias subdesenvolvidas, registramos a ocorrência de dualismo estrutural, expresso pela presença simultânea de setores econômicos e regiões arcaicas e atrasadas com segmentos produtivos e regiões mais avançadas. Constatamos a presença de agricultura de subsistência com agricultura modernizada, por exemplo, pela utilização de equipamentos de uso manual, na primeira; e de máquinas e equipamentos atualizados em termos tecnológicos, na segunda, assim como, no interior da indústria, constatamos segmentos industriais que crescem de forma intensa com técnicas de produção e de gestão avançadas e outros que adotam formas de produzir e de administrar arcaicas para os padrões atuais.

A desigualdade regional, não poderia ser diferente, está presente em economias subdesenvolvidas. Há regiões concentrando melhores infraestruturas em relação a outras. Essa característica é reforçada pelas atitudes de empresas que procuram se estabelecer em regiões com melhores condições infraestruturais (energia, transporte, comunicação), gerando emprego e salários atrativos em relação a outras regiões que apresentam lento crescimento. Esse procedimento fomenta movimentos migratórios internos de trabalhadores em direção às regiões que oferecem melhor emprego e salário e muitos não conseguindo ser incorporados no mercado de trabalho e sem renda para viver, passam a fazer parte dos bolsões de pobreza urbanos.

Nesse cenário de subdesenvolvimento, o setor público se mostra incapaz de atender às necessidades socioeconômicas existentes. O valor da receita proveniente da arrecadação de impostos é insuficiente para atender às necessidades infraestruturais. Muitos países fazem uso de financiamento externo para realizar investimentos em estradas, escolas, habitação, segurança etc. e ficam longos períodos presos aos encargos financeiros assumidos. Outros, diante da restrição orçamentária, recorrem à emissão de moeda para fazer frente às necessidades imediatas, contribuindo para a geração de persistente processo inflacionário.

Segundo indicadores selecionados de desenvolvimento do Banco Mundial, estão inseridos no grupo dos países subdesenvolvidos: Serra Leoa e Moçambique, nos quais, para cada mil crianças nascidas vivas, 185 e 104 não sobrevivem, respectivamente, enquanto nos Estados Unidos tal indicador é de 6,7; e a expectativa de vida ao nascer nesses países se situa em 41 anos, diferente do padrão estadunidense, que é de 77,5 anos. Da mesma forma, apresentamos o nível de desnutrição infantil, que é elevado para crianças com menos de 5 anos nos países subdesenvolvidos citados, 27,2% e 23,7%, respectivamente, percentuais distintos do indicador americano, que é da ordem de 1,6%.

Muito se discute sobre os caminhos para superar o subdesenvolvimento. Entre as sugestões, figuram esforços no sentido de fomentar o crescimento econômico de forma contínua em consonância com a aplicação de políticas públicas sociais. Para que isso seja possível, ações devem ser realizadas em prol da industrialização substitutiva de importação e do incentivo à exportação de produtos. No campo da aplicação de políticas sociais, esforços devem ser dirigidos para melhorar o perfil da distribuição de renda e as condições nas áreas da educação, saúde e habitação.

Complementando...

- » Sobre indicadores de desenvolvimento econômico, consulte: <<https://nacoesunidas.org/>> e <<http://www.pnud.org.br>>. Acessos em: 16 jan. 2018.
- » Sobre artigos e indicadores que tratam aspectos do desenvolvimento econômico latino-americano, consulte: <<https://www.cepal.org/en>>. Acesso em: 16 jan. 2018.
- » Sobre artigos e indicadores que tratam aspectos do desenvolvimento econômico brasileiro, consulte: <<https://www.cepal.org/pt-br>>. Acesso em: 16 jan. 2018.
- » Sobre a expectativa de vida ao nascer de outros países, consulte: <<https://data.worldbank.org/indicator>>. Acesso em: 16 jan. 2018.
- » Sobre a realidade socioeconômica do Brasil, consulte: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

Resumindo

Nesta Unidade, caro estudante, demonstramos a diferença conceitual de crescimento e desenvolvimento econômico. Importa que você compreenda tais conceitos à luz da realidade, pois a todo instante índices de produção, nível de renda, expectativa de vida, grau de instrução, padrão nutricional, condições políticas, entre outros, relativo a países, são apresentados nos meios de comunicação. A compreensão dessas variáveis possibilita uma visão das diferenças existentes nos campos econômico, social e político entre os países.

Para você se certificar de que entendeu o tema abordado nesta Unidade, apresentamos algumas atividades. É importante que você procure respondê-las, relendo o texto e conversando com seu tutor em caso de dúvidas.

Atividades de Aprendizagem

1. Discuta o significado e a importância dos conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico.
2. Quais são os indicadores frequentemente utilizados para expressar os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico?
3. O que caracteriza a condição de subdesenvolvimento?
4. Pesquise e compare os indicadores de desenvolvimento econômico do Brasil com os dos países que compõem o BRIC: Rússia, Índia e China.
5. Pesquise e compare os indicadores de desenvolvimento econômico do Brasil com os de alguns países da América Latina.
6. Em sua opinião, quais são as principais barreiras que impedem um país de se desenvolver em termos econômicos, políticos e sociais?
7. Quais são, em sua opinião, as ações que devem ser realizadas no Brasil para alcançar um maior nível de desenvolvimento econômico?

UNIDADE 13

Globalização e Desenvolvimento: significado, expressões e características

Objetivo

Nesta Unidade, você vai:

- » Compreender o termo globalização, suas expressões e características.

Globalização e Desenvolvimento: significado, expressões e características

Caro estudante!

Nesta última Unidade do livro, vamos apresentar o significado e as formas de expressão da globalização na economia. Também apresentaremos as características da cadeia global de valor, como um importante exemplo da globalização. Hoje, a produção e o comércio de mercadorias ocorrem de forma global, acompanhados de transações financeiras que envolvem instituições situadas em diferentes espaços nacionais. Nesse contexto, diferentes empresas, consumidores e governos se relacionam em escala transnacional, o que tem propiciado o desenvolvimento capitalista. Logo, é relevante associar a globalização econômica com parte do desenvolvimento capitalista. Preparado para retomar sua leitura sobre mais uma importante temática relacionada à economia? Então, vamos lá!

O que é Globalização

Nos dias atuais a palavra globalização é constantemente citada para explicar o desenvolvimento capitalista, ou seja, expressa as transformações e os desdobramentos que ocorrem no sistema de produção e valorização capitalista. Afinal, o que significa a palavra globalização? Vários autores de diferentes áreas das ciências sociais procuram defini-la sem que haja consenso acerca do conceito, dado se tratar de um fenômeno complexo e multidimensional. Para Coutinho (1995), a globalização constitui a etapa mais avançada do desenvolvimento capitalista, com características marcantes e distintas de etapas anteriores.

Uma definição clara e abrangente de globalização é fornecida por Gonçalves (1999), que a considera como um processo interativo e ampliado dos fluxos de capitais, bens e serviços motivado por intensa concorrência que se processa em nível internacional. Nessa perspectiva, as esferas **produtiva, comercial e financeira** se manifestam de forma concomitante: os capitais se expandem e intensificam seus fluxos produtivos, comerciais e financeiros, tornando as economias nacionais partes de um único sistema.

Alguns fatores são responsáveis pela ocorrência da globalização. Gonçalves (1999) e Chesnais (1995) destacam: a revolução nos meios de comunicação e no sistema de transportes, que facilitaram e estimularam as operações internacionais; a instauração de uma ordem política e institucional voltada à abertura de mercado e a desregulamentação econômica, que possibilitou a mobilidade do capital em suas diferentes esferas; e a melhoria dos fatores sistêmicos – infraestruturais, sociais e econômicos – nos países em desenvolvimento, que atraiu capitais forâneos dos países desenvolvidos.

Outros aspectos podem nos ajudar a compreender o significado de globalização, como o apontado por Held e McGrew (2007 *apud* PERIN, 2014), para quem a globalização é entendida como um processo histórico de desenvolvimento, que culminou em uma ordem mundial firmada no mercado e nas instituições supranacionais. Para tais autores, trata-se de um fenômeno portador de mudanças intensas e dinâmicas das atividades econômicas e provocador de alterações nas relações sociais. No entendimento de Ohmae (1990 *apud* PERIN, 2014), significa corporações multinacionais concentrando elevado volume de recursos e sendo responsáveis pelo desenvolvimento das atividades econômicas mundiais. Neste tratamento, a capacidade de intervenção e a regulação exercida pelo Estado-nação diminuem de forma significativa.

A conceituação de globalização ficou clara pra você? Caso não a tenha compreendido ou seu entendimento seja diferente do apresentado nesse tópico, converse com seu tutor e com seus colegas de curso sobre sua opinião.

Formas de Expressão da Globalização

Podemos expressar a globalização de três formas, a saber: comercial, produtiva, financeira; as quais detalharemos a seguir.

Globalização Comercial

Considera-se globalização comercial a integração dos mercados nacionais em processos de compra e venda de produtos e prestação de serviços na estrutura geral do comércio internacional. As empresas de diferentes países realizam transações comerciais em escala global, permitindo que os produtos e serviços estejam à disposição para consumo, em distintos espaços nacionais. Assim o comércio internacional evoluiu de forma intensa e em volume de negócios ao longo do tempo. Sabemos que há significativas diferenças entre o comércio internacional realizado há séculos, quando caravanas cruzavam os mares para comercializar os produtos nacionais, e os avanços comerciais hodiernos, cujos processos de compra e venda internacionais são realizados por meio eletrônico.

Para Castells (1999), a evolução do comércio internacional decorre de um conjunto de transformações ocorridas ao longo do tempo:

- » mudança na base produtiva marcada pelo surgimento de inúmeros produtos e serviços, exigindo cada vez mais transações de compra e venda que superem os espaços local e nacional;
- » inserção crescente dos países em desenvolvimento no comércio internacional, motivados pela necessidade de obtenção de divisas externas procedentes da área comercial;
- » redes de empresas que compram e vendem de forma sincronizada no interior de cadeia de valor em competição mundial;
- » eleição da abertura de mercado e da desregulamentação econômica como sinônimos do desenvolvimento, facilitando e estimulando fluxo intenso de mercadorias e serviços; e
- » constituição de diversos acordos de comércio intrabloco de países.

Globalização Produtiva

A globalização produtiva expressa a produção de mercadorias realizada de forma internacional por empresas transnacionais, que se estabelecem em espaços nacionais fabricando mercadorias, segundo padrão mundial de produção. Historicamente, as empresas multinacionais sempre instalaram filiais em países distintos de suas matrizes. Mas foi a partir da segunda metade do século XX que esse processo se intensificou, em face do acirramento concorrencial entre empresas de países desenvolvidos que levou as filiais estrangeiras a se estabelecerem nos territórios de países em desenvolvimento. No curso desse processo, ao longo do século XXI, a internacionalização da base produtiva alcança seu clímax, impondo nova dinâmica na organização produtiva mundial.

Para Gonçalves *et al.* (1998, p. 153), o fenômeno da globalização produtiva envolve “[...] a internacionalização da produção, o acirramento da concorrência internacional e a maior integração entre as estruturas produtivas das economias nacionais”. Segundo esse autor, vários motivos levam as empresas a realizar investimentos forâneos:

- » obter acesso aos fatores de produção;
- » participar de mercados internos em expansão;
- » receber incentivo governamental;
- » explorar vantagem tecnológica;
- » manter contato direto com o consumidor;
- » beneficiar-se da infraestrutura local; e
- » participar de regiões onde existem economias de aglomeração e/ou *clusters* especializados. Nessa perspectiva, a empresa participa de uma organização produtiva integrada mundialmente, que se manifesta, por outro lado, por meio da maior desagregação de produção e de divisão internacional do trabalho, cuja referência é a especialização e a terceirização produtivas.

Um elemento importante que devemos considerar na globalização produtiva é a mentalidade empresarial que incorpora em suas ações a necessidade de se internacionalizar, como parte do processo produtivo e competitivo (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2002). Esse pensamento alcança todos os setores da economia, cujas estratégias empresariais consideram não somente o mercado local, mas a inserção produtiva em outros espaços nacionais como exigência para a manutenção e o crescimento empresarial.

Tal requerimento é reforçado pelo aumento da especialização intrafirma em escala mundial, ou seja, cada empresa se especializa em parte do processo produtivo, abrindo, assim, espaço para participação cooperativa em outros espaços produtivos nacionais.

Globalização Financeira

A globalização financeira constitui uma extensão das manifestações de globalização nos campos produtivo e comercial. Moraes (2004) observa que as transformações na estrutura produtiva causam mudanças, para além do comércio, que alcançam a organização das finanças mundiais. Observa ainda que a expansão das empresas produtivas e o aumento das operações comerciais para fora das fronteiras nacionais geraram o crescimento da massa de recursos monetários que precisam ser processadas pelo sistema financeiro. Contribui para tanto, a existência de uma macroestrutura financeira, composta de bancos centrais, comerciais e de investimentos; empresas seguradoras e previdenciárias; associações e cooperativas de crédito; bolsa de valores, entre outras instituições em geral, que operam em várias praças financeiras. Nessas macroestruturas são realizadas operações de depósito, empréstimos e transferência de recursos, bem como são movimentados lucros realizados, pagamentos de *royalties*, licenças, patentes e juros de empréstimos, aplicação em títulos de crédito, compra e venda de ações, entre outros (BRAGA, 1993).

No centro da riqueza capitalista sob a forma de globalização financeira, figura o capital gerador de juros, cujos proprietários são de diferentes origens – famílias, empresas industriais, proprietários de terra, investidores institucionais, bancos em geral, entre outros. Em busca de juros como recompensa pela aplicação do capital, observamos montante cada vez mais elevado de valor transacionado, significativa velocidade de mudança de posições diárias de credores e devedores e atuação dos agentes em mercados financeiros situados em espaço transnacional (PRATES, 2005). Facilitam tais ocorrências a flexibilidade das regras estabelecidas como possibilidade de mudança de prazo de aplicação (curto, médio e longo prazos); a alteração da aplicação da taxa de juros, passando de fixa para flutuante em momento posterior; a oportunidade de mudar de moeda nos contratos estabelecidos; o pragmatismo das transações em mercados (secundários) que agilizam a negociação dos papéis secundários (PRATES, 2005).

A disponibilidade de recursos para tomadores, em diferentes praças finan-

ceiras, e para emprestadores privados e públicos constitui uma característica dessa fase do desenvolvimento capitalista. Essa característica apresenta efeitos positivos e negativos para as economias em desenvolvimento (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2002). Em termos positivos, há oportunidades de financiamento de investimentos dos setores público e privado, potencializando o crescimento econômico. Enquanto o lado negativo decorre da fragilidade financeira que parte dos tomadores enfrenta, em razão da instabilidade gerada pelos ciclos dos negócios. Isso significa que os tomadores de recursos encontram facilidade de concessão de empréstimos na fase de crescimento econômico e se deparam com dificuldades de pagamento em fase posterior, diante do declínio da atividade econômica. Além disso, uma característica marcante desse mercado é sua natureza volátil. Mudanças de opinião e de expectativas dos agentes afetam o mercado financeiro, assim como as aplicações são influenciadas pelos juros e câmbio estabelecidos internacionalmente pelos países desenvolvidos. Para Lacerda (2003) e Rocca *et al.* (2008), em um ambiente com informação imperfeita e de atitudes oportunistas de seus agentes, o risco de contágio existe, dada a integração financeiro-produtiva. Nesse cenário, uma crise financeira pode se tornar uma crise produtiva.

Globalização e Cadeias Globais de Valor

O sistema capitalista apresenta, nas cadeias globais de valor, um exemplo hodierno de seu desenvolvimento dinâmico. Um dos principais autores que trata dessa forma de organização da produção, que é Gereffi (2001), define cadeias produtivas globais como amplo conjunto de operações envolvidas no projeto, na produção e na comercialização de um produto cujos estágios se encontram difundidos em diferentes espaços nacionais.

As cadeias globais de valor decorre da presença de vários fatores inter-relacionados, a saber:

- » crescente divisão internacional do trabalho;
- » especialização empresarial em etapas de produção e de prestação de serviços;
- » dispersão dos espaços territoriais, para realização de etapas de produção e montagem de componentes;

- » eficiência produtiva das empresas como apenas um dos requerimentos necessários;
- » articulação de cadeias de suprimentos e de distribuição, exigindo processos mais rápidos e eficientes;
- » existência de condições sistêmicas favoráveis dos países participantes – transporte, energia, comunicação, regras, leis, incentivo, apoio etc.; e
- » governança central das etapas do processo de produção e distribuição.

Dos fatores citados, destacamos a governança. Isso porque o envolvimento de inúmeras empresas localizadas em diferentes países exige trabalho qualificado da gestão das operações das cadeias globais de valor. Existem empresas específicas que definem e organizam os parâmetros pelos quais as outras empresas, localizadas em diferentes espaços nacionais, devem executar as atividades dentro de cada cadeia produtiva global. Segundo Humphrey e Schmitz (2000), a governança elege parâmetros-chave:

- » o que deve ser produzido;
- » como deve ser produzido;
- » quando deve ser produzido;
- » quanto deve ser produzido; e
- » a determinação de preços.

Em termos gerais, existem dois tipos de cadeia global de valor, classificados por Gereffi, Korzeniewicz e Korzeniewicz (1994) e Gereffi (2001) em: comandadas por produtores (*producer-driven commodity chains*) e comandadas por compradores (*buyer-driven commodity chains*). Por exemplo, na primeira, figuram as empresas do setor automobilístico, computacional e da aeronáutica, enquanto as empresas dos setores de calçados, vestuário e móveis constam na segunda.

As principais características dessas cadeias estão apresentadas no Quadro 11.

	Cadeias Comandadas por Produtores	Cadeias Comandadas por Compradores
Dirigentes da Cadeia de Valor	Capital industrial.	Capital comercial.
Competências Centrais	Pesquisa, desenvolvimento, produção.	<i>Design, marketing.</i>

Barreiras à Entrada	Economias de escala.	Economias de escopo.
Setores Econômicos	Bens de consumo duráveis, bens intermediários e bens de capital.	Bens de consumo não duráveis.
Indústrias Típicas	Automotiva, computacional, aeronáutica.	Vestuário, calçados, brinquedos.
Características das Empresas	Transnacionais.	Locais, predominantemente em países em desenvolvimento.
Característica da Rede de Produção	Baseada em investimentos.	Baseada em comércio.
Estrutura da Rede de Produção	Vertical.	Horizontal.

Quadro 11: Comparação entre cadeias comandadas por produtores e por compradores

Fonte: Gereffi (1999)

As cadeias produtivas globais dirigidas por produtores apresentam várias características, como: grandes empresas industriais controlando a produção; dispersão geográfica mundial da produção; produção por subsidiária e subcontratação; alianças estratégicas entre rivais internacionais; hierarquia comandada pela empresa estrangeira; lucratividade dependendo de economia de escala e dos avanços tecnológicos.

Por seu turno, as cadeias produtivas dirigidas por compradores apresentam os seguintes traços marcantes: presença de grandes varejistas; empresas detentoras de marcas; empresas comerciais e distribuidores formando redes de produção em países exportadores; produção de bens de consumo final; empresas participantes seguem especificações e desenhos de produção feitos pelos compradores de marca; lucratividade dependendo da pesquisa, do *design*, da venda, da distribuição e dos serviços.

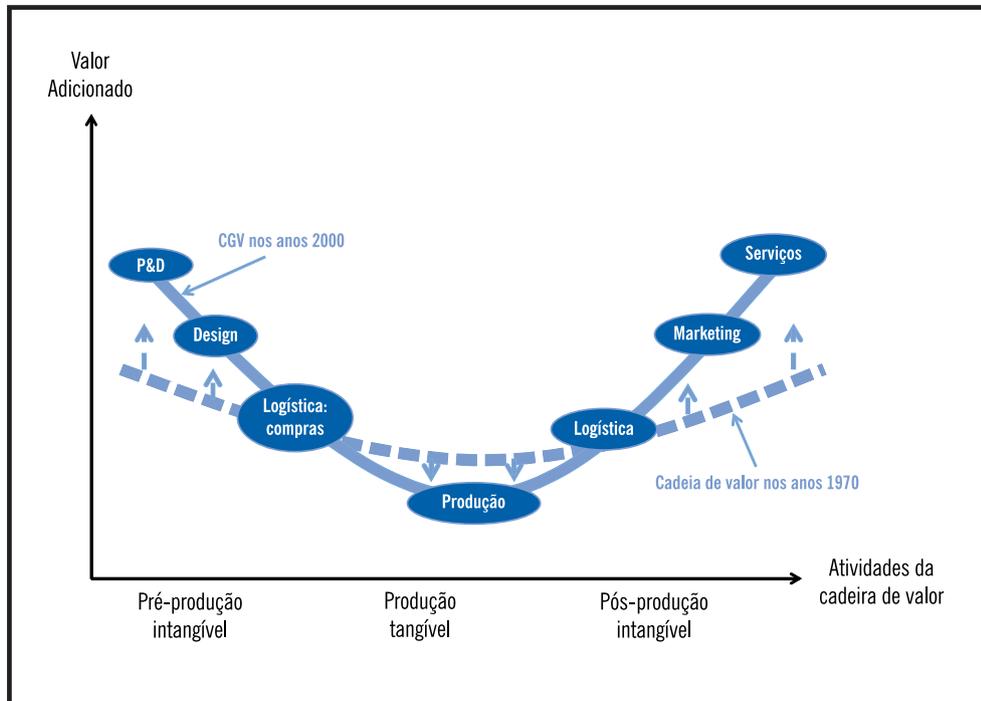


Figura 18: Curva sorridente – valor adicionado ao longo da cadeia global de valor
 Fonte: Organization for Economic Co-Operation and Development e World Trade Organization (2013, p. 216)

É um tema presente em estudos sobre cadeias globais de valor a distribuição dos rendimentos ao longo das etapas realizadas. Em geral, empresas que desenvolvem atividades de *design*, distribuição, logística etc. se apropriam da maior parte do valor gerado, beneficiando-se mais do que empresas que apenas pertencem ao elo produtivo, conforme ilustra a Figura 18. Contudo as empresas que atuam em etapas que agregam pouco valor às mercadorias têm recebido orientações para mudar essa situação. Segundo Humphrey e Schmitz (2000), essas empresas devem fazer *upgradings* de processo (introdução de técnicas *just-in-time* e *kanban*, redução do prazo de entrega, adoção de práticas ambientais e sociais etc.); *upgrading* de produto (fabricação de novos produtos com maior valor agregado e aperfeiçoamento de antigos produtos de forma eficiente etc.); e *upgrading* funcional (melhoramento da logística e da qualidade e desenvolvimento de *design*, *marketing* e marcas próprias etc.) visando obter maior remuneração pelos produtos fabricados nas cadeias de valor que participam.

Complementando...

- » Sobre globalização, consulte as obras “Globalização e competição”, do autor Luiz Carlos Bresser-Pereira, e “Globalidade: a nova era da globalização”, de Harold L. Sirkin.

Resumindo

Nesta última Unidade do livro, caro estudante, procuramos apresentar a você o significado de globalização como expressão maior do desenvolvimento capitalista hodierno. Explicamos que, em um cenário globalizado, as mercadorias são transacionadas mundialmente, e a produção ocorre em diferentes espaços nacionais. Em verdade, o mundo ficou pequeno diante da dimensão dos processos de produção e comercialização de mercadorias. A divisão do trabalho e o padrão de consumo foram internacionalizados. Destacamos as mercadorias fabricadas sob cadeia global de valor, cujas etapas produtivas são realizadas em distintos locais e países, bem como consumidas em outros espaços territoriais nacionais, sem deixar de mencionar a face financeira desse estágio capitalista. Testemunhamos nos dias de hoje um volume elevado de recursos financeiros sendo movimentado diariamente em diferentes praças mundiais, tornando juro e câmbio variáveis-chave do desenvolvimento econômico.

Confira seu entendimento acerca da globalização, respondendo às questões que elaboramos para você. Releia o texto, assista à videoaula, pesquise na internet, troque ideias com seus colegas de curso e converse sempre com seu tutor, pois todas essas ações são fundamentais para a efetividade do seu aprendizado e formação profissional. Sucesso na continuidade dos seus estudos!

Atividades de Aprendizagem

1. Qual é o significado de globalização? Cite exemplos.
2. Quais são os fatores que impulsionam a globalização? Escolha um dos fatores indicados e aprofunde sua análise.
3. As transações comerciais assumem grande magnitude hoje, apresente e discuta dois fatores que considera mais relevantes.
4. O acirramento da concorrência internacional acelerou o processo de globalização produtiva? Justifique.
5. O que você entende por globalização financeira?
6. Em sua opinião, existem fatores positivos e negativos em relação à globalização financeira?
7. O que você entende por cadeia global de valor?
8. Cite exemplos e faça comentários sobre a forma de organização de produção mundial regida pela cadeia global de valor.

Referências

ALFRED MARSHALL. 2009. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:SKEpHCruVSAJ:https://economackq.files.wordpress.com/2009/03/05marshall_resumohpe2.doc+%&cd=5&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 5 dez. 2017.

ALGO SOBRE. **David Ricardo**. [201-]. Disponível em: <<http://www.algosobre.com.br/biografias/david-ricardo.html>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre desenvolvimento mundial**. Washington, DC: Banco Mundial, 2004.

BRAGA, J. C. B. A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismo centrais. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 2, n. 1, ago. 1993.

BRESCHI, S.; MALERBA, F.; ORSENIGO, L. Technological regimes and schumpeterian patterns of innovation. **The Economic Journal**, n. 110, p. 388–410, abr. 2000.

CANO, Wilson. **Introdução à economia crítica**. São Paulo: UNESP, 1998.

CARL MENGER. [2017]. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/EcCaMeng.html&num=1&dcr=0&strip=1&vwsrc=0>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

CARIO, S. A. F.; PEREIRA, F. F. C. Inovação e desenvolvimento capitalista: contribuições de Schumpeter e dos neo-schumpeterianos para uma teoria econômica dinâmica. **Revista de Ciências Humanas Universidade do Extremo Sul Catarinense**, Criciúma: UNESC, v. 7, n. 1, p. 81–102, 2002.

CARNEIRO, Ricardo (Org.). **Os clássicos da Economia**. São Paulo: Ática, 1997.

CARVALHO, Fernando *et al.* **Economia monetária e financeira: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a era da informação**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

- CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 5, p. 1–30, dez., 1995.
- COASE, R. The nature of firm. **Economica**, Nova Iorque, v. 4, n. 16, p. 386–405, nov. 1937.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). Globalização e desenvolvimento. Vigésimo Nono Período de Sessões – Brasília, DF, maio 2002. 396 p.
- COUTINHO, L. Nota sobre a natureza da globalização. **Economia e Sociedade**, Campinas: UNICAMP, n. 4, jun. 1995.
- DEANE, Phyllis. **A evolução das idéias econômicas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- DORNBUSCH, Rudiger *et al.* **Introdução à economia**. 2. ed. São Paulo: Campus. 2003.
- DOSI, G. Sources, procedures and microeconomic effects of innovation. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 26, p. 1120–1171, set. 1988b.
- _____. The nature of the innovative process. *In*: DOSI, G. *et al.* (Ed.). **Technical change and economic theory**. London: MERIT, 1988a. p. 221–238.
- ECONOMIANET. **Adam Smith**. [201-]. Disponível em: <<http://www.economiabr.net/biografia/smith.html>>. Acesso em: 24 nov. 2017.
- _____. **John Maynard Keynes**. [201-]. Disponível em: <<http://www.economiabr.net/biografia/keynes.html>>. Acesso em: 5 dez. 2017.
- EUGEN VON BÖHM-BAWERK. [2017]. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/EugenBoh.html&gws_rd=cr&dcr=0&ei=awkoWqqvDcWTwgSkrbDIBg>. Acesso em: 5 dez. 2017.
- FARINA, E. M; FURQUIM, Azevedo, P. F.; SAES, M. S. **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo: E. Singular, 1997.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário eletrônico Aurélio**. Versão 5.0. 3. ed. Regis Ltda., 2004.

- FIANI, R. Teoria dos custos de transação. *In*: KUPFER, D.; HASECLEVER, L. **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.
- FREEMAN, C. **The economics of industrial innovation**. Penguin: Hardmondwoth, 1974.
- FRIEDRICH VON WIESER. [2017]. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/EcFrWies.html&gws_rd=cr&dcr=0&ei=hAcoWqirF8aTwwSj6ZTwDw>. Acesso em: 5 dez. 2017.
- GALBRAITH, John Kenneth. **O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica**. São Paulo: Pioneira, 1989.
- GEREFFI, G. **A commodity chains framework for analyzing global industries**. Durham: Institute of Development Studies, Duke University, 1999. Disponível em: <http://eco.ieu.edu.tr/wp-content/Gereffi_CommodityChains99.pdf>. Acesso em: 25 set. 2010.
- GEREFFI, G. Las cadenas productivas como marco analítico para la globalización. **Problemas del Desarrollo**, México, n. 125, v. 32, p. 9–37, abr./jun. 2001.
- GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M.; KORZENIEWICZ, R. Global Commodity chains. *In*: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (Org.). **Commodity chains and global capitalism**. Westport: Greenwood Publishing Group, 1994.
- GIANETTI, Eduardo. **O valor do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GONÇALVES, R. *et al.* **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.
- HUGON, Paul. **Evolução do pensamento econômico: economistas célebres**. São Paulo: Atlas, 1967.

- HUMPHREY, J.; SCHMITZ, H. Governance and upgrading: linking industrial cluster and global value chain research. **IDS Working Paper**, Brighton: University of Sussex, Institute of Development Studies, n. 120, 2000.
- HUNT, Emery Kay. **História do pensamento econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KALDOR, N. The role of effective demand in the short and long-run growth. In: BARRÉRE, A. (Org.). **The foundations of keynesian analysis**. Londres: Macmillan Press, 1988.
- KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e prática**. São Paulo: Addison Wesley Bra, 2005.
- KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- LACERDA, A. **Globalização e inserção externa da economia brasileira**: política econômica, investimentos diretos estrangeiros e comércio exterior, na década de 1990. 2003. 212 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- LACOMBE, Francisco José Masset. **Dicionário de administração**. São Paulo: Atlas, 2004.
- LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. **Economia brasileira: fundamentos e atualidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MALERBA, F. Learning by firms and incremental technical change. **The Economic Journal**, UCL, n. 102, 1992.
- _____; ORSENIGO, L. Technological regimes and firm behavior. **Industrial and Corporate Change**, Oxford, v. 2, n. 1, p. 45–71, 1993.
- _____; _____. Technological regimes and sectoral patterns of innovative activities. **Industrial and Corporate Change**, Oxford, v. 6, n.1, p. 83–118, 1997.
- MANKIW, Gregory. **Introdução à economia**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MARIE-ESPRIT-LÉON WALRAS. [2017]. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/MarieELW.html&gws_rd=cr&dcr=0&ei=gwUoWudKzK_ABL2-t-gC>. Acesso em: 5 dez. 2017.

- MELLO, M. C. S. **Trajatória tecnológica do setor de telecomunicações no Brasil: a tecnologia Voip**. 2008. 230 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- MINHATECA. **Principais pensadores da Economia**: Jean Baptiste Say. [201-]. Disponível em: <<http://docs11.minhateca.com.br/96290929,BR,0,0,Principais-pensadores-da-Economia.doc>>. Acesso em: 5 dez. 2017.
- MORAES, R. Globalização e políticas públicas: vida, paixão e morte do estado nacional? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 309–333, maio/ago. 2004.
- NAPOLEONI, Cláudio. **O pensamento econômico do Século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- NELSON, R.; WINTER, S. **An evolutionary theory of economic change**. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1982.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD); WORLD TRADE ORGANIZATION (OMC). **Interconnected economies**: benefiting from global value chains. Genebra: [s.n.], 2013. Preliminary Version.
- PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. **A nova contabilidade social**. São Paulo: Saraiva, 2000.
- PAVITT, K. **Sectors patterns of technical change**: toward a taxonomy and theory. Brighton: Research Policy, 1984.
- PEREIRA, B. P.; SOUZA, J. P.; CARIO, S. A. F. Elementos básicos par estudo de cadeias produtivas: tratamento teórico-analítico. In: PRADO, I. N; SOUZA, J. P. **Cadeias produtivas**: estudo sobre competitividade e coordenação. Maringá: Eduem, 2007, p. 13–36.
- PEREIRA, Wladimir *et al.* **Manual de introdução à economia**. São Paulo: Saraiva, 1981.
- PERIN, F. S. **Trajórias de desenvolvimento distintas**: estudo sobre o padrão de investimento direto no exterior do Brasil e da Coreia do Sul. 2014. 314 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

PINDYCK, Roberto; RUBINFELD, Daniel. **Microeconomia**. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval (Org.). **Manual de economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNDUD). **Relatório de desenvolvimento humano**. Lisboa: A. P. Faria, 2006.

PRATES, D. M. As assimetrias do sistema monetário e financeiro internacional. **Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 263–288, maio/ago. 2005.

ROCCA, M. *et al.* A survey of the relation between capital structure and corporate strategy. **Australasian Accounting Business and Finance Journal**, Wollongong, v. 2, n. 2, p. 1–18, 2008.

ROSSETI, José Paschoal. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 1997.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. 40. ed. São Paulo: Best-Seller, 2005.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SINGER, Paul. **Aprender economia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

_____. **Curso de economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

STIGLITZ, Joseph; WALSH, Carl. **Introdução à microeconomia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SUA PESQUISA. **Karl Marx**. [201-]. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/biografias/marx/>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

UOL EDUCAÇÃO. **Sociólogo e Economista Inglês Thomas Robert Malthus**. [20-?]. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/biografias/thomas-robert-malthus.htm>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

Referências

THOMPSON JR., Arthur; FORMBY, John. **Microeconomia da firma: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1998.

TRÓSTER, Roberto Luiz; MOCHÓN, Francisco. **Introdução à economia**. São Paulo: Makron Books, 2002.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia: micro e macro**. São Paulo: Atlas, 2007.

WILLIAM STANLEY JEVONS. [2017]. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/WiliStJe.html&gws_rd=cr&dcr=0&ei=hwQoWoCQIsKwwATMwajwAQ>. Acesso em: 5 dez. 2017.

WILLIAMSON, O. E. **The economic institution of capitalism: firms, markets, relational contracting**. Nova Iorque: New York Press, 1985.

WOLFART, Graziela. A crise atual não pode ser atribuída ao capitalismo e às idéias econômicas liberais. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, n. 276, out., 2008. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao276.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

Minicurrículo



Silvio Antônio Ferraz Cario

Possui graduação em Ciências Econômicas, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1975); mestrado em Economia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1979), e em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Santa Catarina (1991); e doutorado em Ciências Econômicas, pela Universidade Estadual de Campinas (1997). Atualmente é professor associado IV da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Organização Industrial, Estudos Industriais e Economia da Inovação, atuando principalmente nos seguintes temas: capacitação tecnológica, organização da produção, estruturas industriais e competitividade.

Este livro compõe o material didático do Curso de Graduação em Administração, oferecido na modalidade a distância. O curso é realizado em parceria entre o Sistema Universidade Aberta do Brasil e a Universidade Federal de Santa Catarina por meio do Departamento de Ciências da Administração.

Organização e Oferecimento



Realização



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

